

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Marina Nogueira Ferraz

**POLÍTICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA  
BIBLIOTECAS PÚBLICAS (1983-2012)**

Belo Horizonte  
2015

Marina Nogueira Ferraz

**POLÍTICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA  
BIBLIOTECAS PÚBLICAS (1983-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte

Co-orientador: Cláudio Paixão Anastácio de Paula

Belo Horizonte

2015

F381p Ferraz, Marina Nogueira.

Políticas do estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012) [manuscrito] / Marina Nogueira Ferraz. – 2015.  
142 f. : enc., il.

Orientador: Adriana Bogliolo Sirihal Duarte.  
Co-orientador: Cláudio Paixão Anastácio de Paula.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Escola de Ciência da Informação.  
Referências: f. 111-118.  
Apêndices: f. 119-141.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Bibliotecas públicas – Minas Gerais – Teses. 3. Políticas públicas – Minas Gerais – Teses.  
I. Título. II. Sirihal Duarte, Adriana Bogliolo. III. Paula, Cláudio Paixão Anastácio de. IV. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 027.4(815.1)



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"POLÍTICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS (1983-2012)"

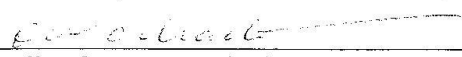
Marina Nogueira Ferraz

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "Mestre em Ciência da Informação", linha de pesquisa "Informação, Cultura e Sociedade".

Dissertação aprovada em: 07 de dezembro de 2015.

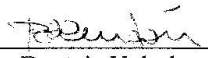
Por:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - ECI/UFMG (Orientadora)

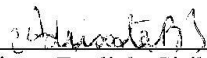
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Elisa Campos Machado - UNIRIO

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Beatriz Valadares Cendón  
Coordenadora

Versão final Aprovada por

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte  
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **MARINA NOGUEIRA FERRAZ**, matrícula:  
2014664379

Às 14:00 horas do dia 07 de dezembro de 2015, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 26/11/2015, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Políticas do Estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

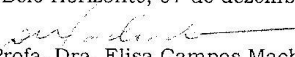
Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Elisa Campos Machado (por videoconferência)	APROVADA
Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA e, tendo em vista a relevância e mérito da pesquisa, a Comissão Examinadora recomenda sua publicação e indicação aos prêmios UFMG e ENANCIB.

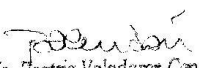
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2015

  
Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte  
ECI/UFMG

  
Profa. Dra. Elisa Campos Machado  
UNIRIO

  
Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira  
ECI/UFMG

  
Profa. Beatriz Valadares Condón  
Coordenadora do Programa Pós-Graduação  
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

A Deus e ao Universo pela oportunidade de evoluir, sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe Lúcia e minha irmã Angélica, por sempre acreditarem que seria possível e não me deixarem desistir, nunca! Vocês são meus amores!

À Valquíria pelo acompanhamento, pelas orientações, pela lucidez e sabedoria de ver muito além do que eu conseguia e por nunca deixar de mostrar a verdade.

À minha família e amigos, pela torcida constante.

À Adriana Bogliolo, minha orientadora, por acreditar e apoiar meus temas de pesquisa, e pela delicadeza nas intervenções.

Ao Cláudio Paixão, co-orientador, pela motivação, mesmo diante de um tema desconhecido.

À Mirian, querida bolsista, que abraçou a pesquisa junto comigo e tornou minhas tardes muito mais leves.

À amiga Marília, pelo apoio e motivação constantes, além de todos os ensinamentos. Você é uma bibliotecária exemplar!

Aos Superintendentes de Bibliotecas Públicas Áurea Piacesi, Catiara Afonso e Lucas Guimaraens, que autorizaram esta pesquisa e me incentivam em momentos tão distintos desta jornada. Muito obrigada!

Aos meus colegas da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário pelos ensinamentos diários. Parabênzico a todos pela ação comprometida e amorosa.

Às Superintendentes entrevistadas pela generosidade em repassar as informações e contribuir para este processo.

À professora Dalgiza, pela motivação e entusiasmo com minha pesquisa.

A todos os bibliotecários e funcionários que organizaram bibliotecas e sites utilizados nesta pesquisa.

*“Minas são muitas.  
Porém poucos são aqueles que  
conhecem as mil faces das Gerais”.*

*Guimarães Rosa*



## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo de descrever e analisar as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas no período de 1983 a 2012. Seus objetivos específicos são identificar as políticas governamentais para bibliotecas públicas por meio de atos legais e documentos administrativos; conhecer a implementação real de tais políticas por meio de entrevistas e acompanhar os possíveis avanços ou retrocessos proporcionados pelas políticas implementadas para as bibliotecas públicas. Justifica-se esta pesquisa na medida em que, pesquisar as bibliotecas públicas dentro do contexto das políticas públicas poderá servir como um suporte importante para que os gestores públicos programem novas ações, contribuindo para o estudo do papel social da informação e das políticas culturais no campo da Ciência da Informação. A metodologia utilizada foi a análise documental, por meio da análise de conteúdo dos documentos, e também a realização de entrevistas semi-estruturadas com gestores da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. O embasamento teórico partiu dos conceitos e proposições do Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas e do trabalho realizado por Paiva (2008), sobre as políticas federais para a área de bibliotecas, livro e leitura. Ao final, verificamos que as políticas para bibliotecas públicas em Minas Gerais têm avançado, ainda que timidamente, e que o histórico das políticas já realizadas configuram-se, sobremaneira, como políticas de Governo, e não como políticas de Estado.

**Palavras-chave:** Biblioteca pública. Política pública. Minas Gerais.

## ABSTRACT

This research aims to describe and analyze the policies for public libraries of Minas Gerais, to understand the possible advances and retreats of these policies from 1983 to 2012. Its specific objectives are to identify government policies for public libraries through acts legal and administrative documents; know the actual implementation of such policies through interviews and track possible progress or setbacks provided by policies implemented for public libraries. Justified this research in that, searching public libraries within the public policy context can serve as an important support for public managers to program new shares, contributing to the study of the social role of information and cultural policies in the field Information Science. The methodology used was documentary analysis, by means of the documents content analysis, and also carrying out semi-structured interviews with managers of the Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. The theoretical basis came from the concepts and propositions of the UNESCO Manifesto for public libraries and the work done by Paiva (2008), about federal policies for the area of libraries, books and reading. At the end, we found that policies for public libraries in Minas Gerais have advanced, albeit timidly, and that the history of policies already carried out are configured, greatly, as Government policies, not as State policies.

**Keywords:** Public Library. Public Policies. Minas Gerais

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ciclo de políticas públicas .....	39
FIGURA 2 - Perspectiva temporal do processo de Planejamento Estratégico do Governo do Estado de Minas Gerais .....	49
FIGURA 3 - Notícia em jornal regional sobre a criação da rede de Bibliotecas-Pólo em MG, abril de 1986.....	62
FIGURA 4 - Notícia no Diário Oficial sobre a criação da rede de Bibliotecas-Pólo em MG, 25 setembro de 1986.....	63
FIGURA 5 - Notícia em jornal regional sobre a criação da rede de Bibliotecas-Pólo em MG, 27 setembro de 1986 .....	64
FIGURA 6 - Notícia no Diário Oficial sobre a criação da rede de Bibliotecas-Pólo em MG, 30 setembro de 1986 .....	64
FIGURA 7 - Folder do Encontro mineiro de prefeitos para criação de bibliotecas públicas, julho de 1989 .....	67
FIGURA 8 - Notícia em jornal regional sobre o projeto Check-livro, 25 outubro de 1993 .....	74

## LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1 - Evolução quantitativa do número de bibliotecas públicas municipais no período de 2007 a 2009 .....95
- GRÁFICO 2 - Evolução quantitativa do número de bibliotecários nas bibliotecas públicas municipais no período de 2007 a 2009 .....96

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Tancredo Neves .....	57
QUADRO 2 – Gestores da SEC e SUB-MG do primeiro mandato do governo Hélio Garcia .....	60
QUADRO 3 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Newton Cardoso .....	65
QUADRO 4 – Gestores da SEC e SUB-MG do segundo mandato do governo Hélio Garcia .....	70
QUADRO 5 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Eduardo Azeredo .....	76
QUADRO 6 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Itamar .....	78
QUADRO 7 – Gestores da SEC e SUB-MG dos mandatos do governo Aécio Neves .....	81
QUADRO 8 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Antonio Anastasia .....	92
QUADRO 9 – Categorias de análise .....	98

## LISTA DE SIGLAS

AR	-	Acordo de Resultados
BPELB	-	Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa
DRAB	-	Diretoria de Regionalização da Ação Bibliotecária
FBN	-	Fundação Biblioteca Nacional
FIEMG	-	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FUST	-	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações
IFLA	-	International Federation of Library Associations and Institutions
INL	-	Instituto Nacional do Livro
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	-	Juscelino Kubistschek
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
MEC	-	Ministério da Educação
MINC	-	Ministério da Cultura
PELL	-	Plano Estadual do Livro e Leitura
PMDI	-	Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PNLL	-	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPAG	-	Plano Plurianual de Ação Governamental
SABE	-	Associação dos Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

- SEBPM - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais
- SEC-MG - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais
- SEPLAG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
- SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
- SocInfo - Sociedade da Informação
- SUB-MG - Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais
- SUBSL - Superintendência de Bibliotecas e Suplemento Literário
- TELEMIG - Telecomunicações de Minas Gerais
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS</b> .....	<b>22</b>
2.1 SURGIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SEU CONCEITO .....	23
2.2 MINAS GERAIS: A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, A SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS E A BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL LUIZ DE BESSA .....	29
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	35
2.3.1 <i>Políticas Públicas Culturais</i> .....	40
2.3.2 <i>Instrumentos de gestão do Estado de Minas Gerais</i> .....	44
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>53</b>
<b>4 GOVERNOS E POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS</b> .....	<b>56</b>
4.1 GOVERNADOR: TANCREDO DE ALMEIDA NEVES (15/03/1983 A 14/08/1984) .....	56
4.2 GOVERNADOR: HÉLIO DE CARVALHO GARCIA (1º MANDATO: 14/08/1984 A 15/03/1987) .....	59
4.3 GOVERNADOR: NEWTON CARDOSO (15/03/1987 A 15/03/1991) .....	65
4.4 GOVERNADOR: HÉLIO DE CARVALHO GARCIA (2º MANDATO: 15/03/1991 A 01/01/1995) .....	69
4.5 GOVERNADOR: EDUARDO BRANDÃO DE AZEREDO (01/01/1995 A 01/01/1999) .....	76
4.6 GOVERNADOR: ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO (01/01/1999 A 01/01/2003) .....	78
4.7 GOVERNADOR: AÉCIO NEVES DA CUNHA (MANDATO - 01/01/2003 À 31/03/2010) .....	81
4.8 GOVERNADOR: ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA (31/03/2010 A 01/01/2015) .....	91
4.9 DADOS QUANTITATIVOS .....	94



<b>5 ANÁLISE CATEGORIZADA.....</b>	<b>98</b>
5.1 MARCO LEGAL .....	99
5.2 REDE DE BIBLIOTECAS POLO .....	100
5.3 RELAÇÃO ESTADO-UNIÃO .....	101
5.4 RELAÇÃO ESTADO-MUNICÍPIOS .....	102
5.5 PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO .....	103
5.6 CAPACITAÇÃO E EVENTOS .....	104
5.7 COMUNICAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS .....	106
5.8 RECURSOS .....	106
5.9 POLÍTICAS DE ESTADO OU POLÍTICAS DE GOVERNO.....	108
5.10 O PLANO ESTADUAL DO LIVRO E LEITURA .....	108
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE A – LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES .....</b>	<b>120</b>
APÊNDICE B – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	124
APÊNDICE C – AÇÕES, PROJETOS, PROGRAMAS CRIADOS OU GERIDOS PELO GOVERNO ESTADUAL.....	136
APÊNDICE D – EVENTOS RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS .....	137
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	139
APÊNDICE F – BIBLIOGRAFIA DE INTERESSE PARA FUTUROS PESQUISADORES.....	140

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças sociais, econômicas e tecnológicas vividas nos tempos atuais na chamada Era da Informação ou Sociedade da Informação, têm trazido como consequência o desenvolvimento das tecnologias, o encurtamento das distâncias e, principalmente, a valorização da informação. Porém, mesmo diante do quadro de um mundo globalizado, a desigualdade de acesso à informação ainda persiste. As bibliotecas públicas podem e devem desempenhar o papel de disseminador da informação e foram criadas para este fim.

No entanto, ao longo de sua trajetória a biblioteca pública desempenhou papel de biblioteca escolar, suprimindo uma falta histórica no Brasil e no mundo, foi direcionada por interesses políticos, e mais do que tudo, nunca recebeu a devida atenção e reconhecimento como instituição, por excelência, democrática e que serve como veículo para o desenvolvimento da cidadania e acesso ao conhecimento. Ainda pouco frequentada pela maioria da população, o papel da biblioteca pública vem passando por mudanças nas últimas décadas, voltando-se para um desempenho dinâmico, vivo, integrado às várias manifestações artísticas e atuando como importante instrumento de caráter social, que contribui para o diálogo e articulação da comunidade.

Machado e Suaiden (2013) comentam a crise vivida pelas bibliotecas públicas e apontam alguns caminhos como alternativa para superação, baseados no Manifesto de 1994 (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1994):

O resgate da biblioteca pública corresponde ao seu resgate enquanto instituição indispensável à sociedade, no desenvolvimento da democracia e na formação de cidadãos conscientes e críticos. Uma unidade de informação que possibilite a educação permanente, fornecendo as condições básicas para uma aprendizagem contínua, e inclusão digital e social, além do desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais, atuando como agente essencial para a

promoção da paz e do bem-estar espiritual nas mentes dos homens e das mulheres (MACHADO; SUAIDEN, 2013, p.8).

As bibliotecas públicas têm sido objeto de interesse social e acadêmico, principalmente a partir do século XX, com o fortalecimento dos conceitos de direitos sociais, democratização, acesso à informação e aprendizagem ao longo da vida. Poder-se-ia imaginar que chegaríamos ao século XXI com a universalização de tais bibliotecas, com a universalização de políticas de educação e cultura, propiciando aos cidadãos plenos direitos de acesso à informação e à cultura.

Nosso trabalho demonstra que, terminado já o primeiro decênio do século XXI, no Brasil e, especificamente em Minas Gerais, ainda estamos almejando os mesmos objetivos que outros países colocaram e cumpriram no séc. XX: a universalização das bibliotecas públicas como condição para a plena cidadania, da infância até o fim da vida. Segundo Fonseca trata-se de um ciclo vicioso na política:

[...] A explicação mais plausível para a pouca ou nenhuma atenção que as autoridades brasileiras – até mesmo os ministérios chamados da Educação e da Cultura – dispensam às nossas bibliotecas: já que delas não se beneficiaram na infância e na mocidade, como podem, depois de adultos, avaliar a importância que, no máximo, apenas platonicamente admitem? (FONSECA, 2007, p.51).

Relatando questionamento que teria feito ao arquiteto Lúcio Costa sobre o “esquecimento” das bibliotecas públicas no projeto de Brasília, é ainda Fonseca (2007, p.51) quem registra a resposta: “esquecera-se das bibliotecas porque nunca as vira funcionar em nosso país!”. Lamentável realidade que o autor chama de “o grande escândalo da biblioteconomia nacional”.

O interesse pelo tema das bibliotecas públicas e das políticas públicas veio da vivência como servidora pública e Diretora do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais (SEBPM), gerenciado pela Superintendência de Bibliotecas Públicas (SUB), unidade da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SEC-MG), no qual o grande desafio é pensar e propor políticas públicas para a área de bibliotecas públicas, que representem as necessidades de seus usuários, a diversidade do estado de Minas Gerais e que estejam em consonância com as políticas do Governo Federal.

## OBJETIVO GERAL

Com o objetivo de descrever e analisar as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas, propomos a presente pesquisa. O corte temporal vai desde a criação da Secretaria de Estado de Cultura em 1983 até 2012, quando a autora passa a fazer parte da gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais – o que poderia trazer impedimento ético na pesquisa.

## PROBLEMA

As perguntas que se pretende responder são: a criação da Secretaria de Estado de Cultura e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas representou incremento e continuidade das políticas para bibliotecas públicas em Minas Gerais? De que forma foram implementadas estas políticas? Assim se buscou:

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as políticas governamentais para bibliotecas públicas, no período 1983-2012, por meio de atos legais e documentos administrativos;
- b) Conhecer a implementação real de tais políticas por meio de entrevistas com gestores diretamente ligados diretamente às bibliotecas públicas;
- c) Acompanhar os possíveis avanços ou retrocessos proporcionados pelas políticas implementadas para as bibliotecas públicas.

Tendo-se definido, portanto, os objetivos geral e específicos, justifica-se a presente pesquisa ressaltando que a biblioteca pública funciona como veículo

para o acesso público à informação, este último um dos campos de estudo da Ciência da Informação. O acesso à informação como ponte para a construção da cidadania e preservação da cultura foi designado por Reis, Silva e Massensini (2011, p.17) pelo termo *informação social*, que significa “um produto social, resultado das relações entre os homens em um contexto histórico-político e cultural, fato que faz refletir os interesses, as contradições, a ideologia e os limites históricos da sociedade”. Este é um tema de debate na era da Sociedade da Informação, e as bibliotecas públicas devem ser pensadas e estudadas como meio para proporcionar a possibilidade de acesso e uso da informação de forma crítica, autônoma e consciente.

Sendo assim, pesquisar as bibliotecas públicas dentro do contexto das políticas públicas poderá servir como um suporte importante para que os gestores públicos programem novas ações, contribuindo para o estudo do papel social da informação e das políticas culturais no campo da Ciência da Informação.

O trabalho se organiza nas seções que descreveremos a seguir. No capítulo 2 trataremos das bibliotecas públicas no Brasil e em Minas Gerais, desde seu histórico e desenvolvimento do conceito, até a configuração da Secretaria de Cultura e da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, seu órgão central. Ainda nesse capítulo discutiremos sobre as políticas públicas como campo de pesquisa, especificamente as políticas públicas culturais e, ainda, os instrumentos de gestão pública no Estado de Minas Gerais. No capítulo 3 descreveremos a metodologia do trabalho. No capítulo 4 apresentaremos, em subseções para cada governo, as políticas para bibliotecas públicas no estado, apresentando e analisando os dados da pesquisa, sendo que os dados puramente quantitativos serão tratados em subseção em separado. No capítulo 5 faremos a conclusão dos dados, embasada nos aspectos teóricos levantados e subsidiada pelos depoimentos dos entrevistados. Faremos ainda algumas considerações finais no capítulo 6.

O trabalho traz ainda 6 apêndices, produzidos a partir de dados colhidos ao longo da pesquisa: o Apêndice A traz a listagem de leis, decretos e resoluções do governo de Minas Gerais; o Apêndice B lista os documentos administrativos encontrados nos arquivos da Superintendência de Bibliotecas; no Apêndice C são apresentados cronologicamente as ações, projetos e programas criados ou geridos pelo governo mineiro; o Apêndice D elenca os eventos relacionados às políticas para bibliotecas públicas em Minas Gerais, no período estudado; o Apêndice E é o roteiro de entrevista estruturada utilizada com os Superintendentes; e o Apêndice F traz uma bibliografia de interesse sobre o tema para outros pesquisadores.

## **2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS**

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia traz a definição de biblioteca pública como “a que é posta à disposição da coletividade de uma região, município ou estado, e que é financiada, principalmente por dotações governamentais” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.52) destacando, portanto, seu público de usuários e sua entidade mantenedora. De fato, essa definição concisa aponta dois elementos fundamentais de tais bibliotecas, mas seu conceito foi se desenvolvendo historicamente, acompanhando o desenvolvimento social, mas também sofrendo influências de organismos internacionais, sempre visando:

Proporcionar recursos e services, numa diversidade de mídias, a fim de atender às necessidades de indivíduos e grupos em material de educação, informação e desenvolvimento pessoal, inclusive sua recreação e lazer (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS<sup>1</sup>, 2012, p.2).

---

<sup>1</sup> Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.

Nas subseções seguintes apresentaremos as origens das bibliotecas públicas no mundo, no Brasil e em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que as contextualizamos nas políticas públicas culturais.

## **2.1 Surgimento das bibliotecas públicas e seu conceito**

Segundo Martins (2002, p. 71) as bibliotecas são instituições antigas, mais antigas que o próprio livro. Desde a Antiguidade já existiam bibliotecas, mas até a Renascença estas eram tidas como sagradas, com acesso restrito aos monges e sacerdotes, imbuídas de uma aura de mistério. No que se refere às bibliotecas públicas, uma das primeiras de que se tem referência teria sido idealizada pelo general Júlio César, tendo sido construída mesmo após sua morte, pelo orador Asínio Pólio, no ano 39.d.C. “[...] estabelecendo simbolicamente a primeira biblioteca pública do templo romano da liberdade” (MARTINS, 2002, p.78). No entanto, importantes obras de referência se contradizem no que diz respeito a qual foi a primeira biblioteca aberta ao público, e os questionamentos recaem entre a de Ulpiana, fundada por Trajano, a Ambrosiana, de Milão, fundada pelo cardeal Borromeu em 1608, a Biblioteca Marciana, de Florença, no séc. XV e a Vaticana, fundada pelo papa Nicolau V, por volta de 1450 (MARTINS, 2002, p.78-9).

De acordo com Silveira (2014), as bibliotecas públicas, mantidas pelo poder público foram:

Instituídas primeiramente na Inglaterra pós-revolução industrial, sobretudo em contextos assolados pela degradação da vida urbana, foram visualizadas, já em seus primeiros momentos de atuação, como mecanismos que poderiam contribuir de maneira significativa para o progresso cultural e intelectual da nação, bem como para a promoção da ordem social (SILVEIRA, 2014, p. 18).

Nota-se que, na Inglaterra, as bibliotecas públicas foram criadas por um viés de manutenção da ordem pública, contribuindo para a permanência de ideais conservadores e com uma visão utilitária da biblioteca.

As bibliotecas públicas também se fizeram muito presentes no nascimento e desenvolvimento dos Estados Unidos da América, cuja sociedade delegou a estas instituições um papel importante na construção democrática e social do país. Rubens Borba de Moraes citado por Assis (2013), explica a importância das bibliotecas públicas no contexto americano:

As bibliotecas americanas surgiram, como as escolas, não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criadas pelo próprio povo, ávido de leitura, persuadido de que estava adquirindo um instrumento indispensável para a luta pela vida. [...] As bibliotecas americanas nasciam, pois, sem o erro básico das europeias: a separação de bibliotecas para o povo e uma biblioteca para as elites. Elas não eram, ali, doadas por uma classe como uma esmola a outra classe menos favorecida. Surgiram, como disse, de uma necessidade imprescindível, tal qual o serviço de água e esgoto ou a luz elétrica em todas as casas (MORAES<sup>2</sup>, 1943, p. 29-30 apud ASSIS, 2013, p.20).

Nos Estados Unidos as bibliotecas públicas foram criadas pelo que Muller (1984) denominou de movimento de auto-educação, pois a educação era considerada uma forma de cura para os problemas sociais.

Com a criação das bibliotecas públicas no período da revolução industrial, além de seus objetivos positivistas de ordem e progresso e boa leitura (SILVEIRA, 2014), as bibliotecas passam a desenvolver seu papel social, propiciando a socialização cultural na comunidade e atuando com a missão de preservação do conhecimento, mas também desempenhando o papel educacional.

No Brasil, considera-se a primeira biblioteca aberta ao público a Biblioteca Nacional. Sua origem data do ano de 1807, quando a Corte portuguesa foge

---

<sup>2</sup> MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943.



para o Rio de Janeiro, trazendo a Real Biblioteca. Porém, somente em 1824 ela foi aberta ao público. Entretanto, apesar de se constituir como uma biblioteca de acesso público, esta biblioteca não se configurou efetivamente como instituição de livre acesso, como corrobora Suaiden (2000, p.52) quando diz que “a vinda da Biblioteca e da Imprensa Real também não representou indicadores efetivos do acesso e da disponibilidade de informação para toda a sociedade”. Segundo Cesarino (2007) “[...] em 1811 é criada em Salvador a primeira instituição com o nome de biblioteca pública”, também demonstrado pela citação de Suaiden:

No entanto, no dia 5 de fevereiro de 1811, Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto ao governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da Biblioteca. Esse documento, que historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrava grande preocupação com a área da educação. O plano foi aprovado, e a Biblioteca inaugurada no Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811. Posteriormente, todas as providências para a fundação de bibliotecas partiram sempre da iniciativa governamental (SUAIDEN, 2000, p. 52).

Com a evolução social e com uma maior laicização da sociedade (MARTINS, 2002, p. 323), as bibliotecas públicas foram mudando seu perfil de lugar sagrado, para transformarem-se em instituições mais abertas e democráticas. Sendo assim, no século que se XIX e início do século XX houve uma grande expansão do número de bibliotecas públicas, inclusive no Brasil.

Em 1985, 30 países da América Latina e o Caribe se reuniram em Caracas para a realização da Reunião Regional sobre o estado atual e estratégias para o desenvolvimento das bibliotecas públicas na América Latina e Caribe, convocados pela United Nations Educational, Scientific And Cultural Organization<sup>3</sup> (UNESCO). Dessa reunião resultou o Manifesto de Caracas para as Bibliotecas Públicas, que entre outras orientações, aponta que a biblioteca pública deve:

---

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

1. Assegurar a toda a população o livre acesso à informação em suas diferentes formas de apresentação. Esta informação deve ser ampla, atualizada e representativa da soma dos pensamentos e ideias do homem e da expressão de sua imaginação criativa, de tal maneira que tanto um indivíduo como a comunidade, possam situar-se em seu entorno histórico, sócio-econômico, político e cultural.
2. Estimular a participação ativa e efetiva da população na vida nacional, aumentando assim o papel da Biblioteca como instrumento facilitador de mudança social e de participação na vida democrática.
3. Promover o resgate, compreensão, difusão e defesa da cultura nacional indígena e das minorias para a afirmação da identidade cultural e o conhecimento e respeito a outras culturas.
4. Promover a formação de um leitor crítico, seletivo e criativo, desenvolvendo simultaneamente sua motivação para a leitura e sua habilidade de obter experiências gratificantes de tal atividade, capacitando assim cada indivíduo para desempenhar um papel ativo na sociedade.
5. Apoiar a educação permanente em todos os níveis- formal e não formal- enfatizando a erradicação do analfabetismo e os serviços para crianças, jovens, analfabetos e leitores com deficiência social e física.
6. Servir como centro de informação e comunicação para a comunidade.
7. Indicar e desenvolver, quando for necessário, serviços bibliotecários nacionais, especialmente nos países pequenos.
8. Apoiar o desenvolvimento de uma industria editorial nacional e regional economicamente forte e culturalmente independente (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION et al.,1982, p., tradução nossa<sup>4</sup>).

---

<sup>4</sup> 1. Asegurar a toda la población el libre acceso a la información en sus diferentes formas de presentación. Esta información debe ser amplia, actualizada y representativa de la suma de pensamientos e ideas del hombre y la expresión de su imaginación creativa, de tal manera que tanto el individuo como la comunidad, puedan situarse en su entorno histórico, socio-económico, político y cultural.

2. Estimular la participación activa y efectiva de la población en la vida nacional, incrementando así el papel de la Biblioteca como instrumento facilitador de cambio social y de participación en la vida democrática.

3. Promover el rescate, comprensión, difusión y defensa de la cultura nacional autóctona y minoritaria para la afirmación de la identidad cultural y el conocimiento y respeto de otras culturas.

4. Promover la formación de un lector crítico, selectivo y creativo desarrollando simultáneamente su motivación por la lectura y su habilidad de obtener experiencias gratificantes de tal actividad, capacitando así a cada individuo para jugar un papel activo en la sociedad.

O livre acesso à informação, o papel de facilitador nas mudanças sociais e construção democrática, a preservação da cultura, a formação de leitores, o apoio à educação e o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro foram algumas das preocupações discutidas e assinaladas no referido documento.

Durante muitos anos o Manifesto de Caracas, e mesmo antes dele, os Manifestos da UNESCO de 1949 e 1972, orientaram a atuação das bibliotecas públicas nesses países. Em 1994 a UNESCO juntamente com a International Federation of Library Associations And Institutions (IFLA) lançou novamente O Manifesto para as Bibliotecas Públicas, que tem servido de parâmetro para pensar o conceito das bibliotecas públicas, seu papel social e sua missão. Este manifesto destacou 12 missões para as bibliotecas públicas, dos quais foram selecionadas algumas para serem discutidas:

- Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
- Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
- Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
- Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária;
- Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;

---

5. Apoyar la educación permanente en todos los niveles -formal y no formal- haciendo énfasis en la erradicación del analfabetismo y en los servicios para niños, jóvenes, neolectores y lectores impedidos social y físicamente.

6. Servir como centro de información y comunicación para la comunidad.

7. Indicar y desarrollar, cuando sea necesario, servicios bibliotecarios nacionales, especialmente en los países pequeños.

8. Apoyar el desarrollo de una industria editorial nacional y regional económicamente fuerte y culturalmente independiente (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION et al., 1982).

- Facilitar o desenvolvimento da informação e da habilidade no uso do computador (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1994, p.1).

Nos tópicos destacados acima se percebe o papel da biblioteca pública como incentivadora da leitura, indicando a importância do desenvolvimento de ações neste sentido. O apoio à educação também foi destacado, tema este muito discutido, uma vez que as bibliotecas, durante longo período, voltaram-se para as pesquisas escolares unicamente, esquecendo-se do seu papel cultural. Essa situação pode ter sido impulsionada pela precariedade e pela falta das bibliotecas escolares. Atualmente valoriza-se nas bibliotecas públicas a ideia de educação ao longo da vida.

Com o intuito de ampliar as concepções de atuação das bibliotecas públicas, a IFLA (2008) divulgou o Manifesto sobre Transparência, bom governo e combate a corrupção, reafirmando o papel social da biblioteca pública mas, neste caso, voltado para a transparência dos governos e para o acesso à informação:

A IFLA afirma que as bibliotecas são em sua verdadeira essência instituições transparente (*sic.*), dedicadas a colocar à disposição de cada um e de todos as informações educacionais, científicas, técnicas e socialmente mais relevantes, mais acuradas e imparciais. Os materiais de informação e acessos providos pelas bibliotecas e os serviços de informação contribuem para o bom governo aumentando o conhecimento dos cidadãos e enriquecendo suas discussões e debates. As bibliotecas e os serviços de informação devem ampliar sua missão de modo a se tornarem componentes mais ativos do bom governo e na luta contra a corrupção. Em particular eles podem desempenhar um papel significativo informando aos cidadãos sobre seus direitos e garantias (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2008, p.2).

Para que a biblioteca pública possa desempenhar o papel de promoção do acesso à informação, da cidadania, de conhecimento de si e do outro e ser um equipamento cultural aberto às diversas manifestações culturais humanas, é mais que necessário, é primordial, que os governos invistam recursos e formulem políticas públicas que garantam esses recursos. A biblioteca pública

não é um organismo independente pois, além de depender de uma série de fatores presentes em seu ambiente, ela é vinculada ao poder público, seja ele municipal, estadual ou federal, e demandará políticas específicas para sua conceituação, atuação e manutenção. O papel primordial das bibliotecas públicas na vida das pessoas foi discutido por Castrillón:

Bibliotecas que ofereçam um acesso real e universal à informação, sem a qual não é possível sobreviver em mínimas condições de humanidade. Muitas vidas poderiam ser salvas e muitos seres humanos viveriam de maneira mais digna se o acesso à informação fosse realmente universal. Um outro tipo de informação mais elaborada e essencial para a construção do conhecimento, informação que cada vez mais se concentra em centros de poder ilimitados (CASTRILLÓN, 2011, p. 37).

Pensar nas funções informacional, educativa, cultural e de lazer da biblioteca pública requer reflexão constante e comprometida de todos os atores envolvidos, tanto na prática quanto na teoria. Só assim será possível avançar em suas políticas públicas!

## **2.2 Minas Gerais: A Secretaria de Estado da Cultura, a Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa**

*“Não invejo os que tiveram em casa, desde a infância, uma boa biblioteca. Também tive a minha, a Biblioteca Pública Municipal de Belo Horizonte, que comecei a freqüentar ali pelos treze anos. Pequena, mas muito boa. Foi a minha universidade.”*

(Eduardo Frieiro)

Minas Gerais é um estado da República Federativa do Brasil, localizado na Região Sudeste. Possui 853 municípios, totalizando uma população de 19.597.330 habitantes.

Antes mesmo da institucionalização da Secretaria de Estado da Cultura e da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais (SUB-MG)<sup>5</sup>, foi criada a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (BPELB). Instituída em 1954, por meio da Lei nº 1087 de 2 de junho (MINAS GERAIS, 1954), pelo então governador Juscelino Kubtschek, a BPELB teve seu prédio projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, sendo inaugurada em 1961, passando a integrar o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade. A curadoria de seu acervo ficou a cargo de uma comissão presidida por Eduardo Frieiro, da qual participavam os bibliotecários Hélio Gravatá, Etelvina Lima e Cacilda Basílio de Souza Reis. Dos seis andares projetados por Oscar Niemeyer, apenas três foram construídos, devido a cortes drásticos no orçamento. O término da obra foi possível pelo trabalho de detentos da Casa de Correção, por determinação do Governador José Francisco Bias Fortes (CESARINO, 2006, p. 24).

Em mensagem enviada à Assembleia de Minas Gerais, Juscelino afirmava que:

[...] A finalidade da biblioteca moderna não se limita a completar os estudos secundários e universitários, ou a proporcionar ao trabalhador intelectual as obras e documentos de que precisa. Tem ao mesmo tempo, uma função cultural altamente democrática (KUBITSCHKEK, 1954<sup>6</sup>, apud CESARINO, 2006, p.22).

O pronunciamento do governador destacava a função cultural e de participação social da biblioteca pública, na qual a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (BPELB) se inseria, e a partir de então deveria empreender esforços para se desenvolver com os recursos que lhe seriam destinados. Sua localização geográfica era estratégica, na medida em que se situaria ao lado direito do

---

<sup>5</sup> Que em janeiro de 2014 passou a coordenar também as ações do Suplemento Literário, denominando-se Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário (SUBSL).

<sup>6</sup> KUBITSCHKEK, Juscelino. Mensagem especial de 18.01.1954 propõe à Assembléia Legislativa a criação da Biblioteca Pública de Minas Gerais, 1954.

Palácio do Governo e próximo às demais Secretarias de Estado. Seu alcance social seria suprido por seus programas de extensão.

A BPELB, seguindo a concepção de Juscelino Kubistschek (JK), chegou ao século XXI como um equipamento cultural dinâmico, vivo, guardando e disseminando informação, recebendo e agregando várias manifestações culturais. Atualmente atende a um público de cerca de 400 mil pessoas por ano e guarda um acervo de cerca de 520 mil itens, tornando-se referência para as mais 800 bibliotecas municipais do estado de Minas Gerais (CONSTRUINDO 2014), além de fazer parte do Circuito Cultural Praça da Liberdade, um programa estruturador do Governo de Minas nesta primeira década do século XXI.

Em um curto período, no final da década de 1970, a Biblioteca sofreu com uma mudança administrativa e de nome que foi assim abordada por Cesarino:

Em 1978 a Biblioteca enfrenta uma grave crise técnica e política. Com o Decreto nº 19.173, de 09 de maio de 1978, na gestão do Governador Aureliano Chaves, a Instituição perde seu nome e sua identidade. Transforma-se em Centro de Educação Permanente, com o objetivo “propiciar recursos de apoio à educação formal e complemento ao processo educativo informal, de maneira a assegurar o desenvolvimento integral e harmônico da comunidade”. É um período controvertido, pouco conhecido e pouco estudado da Biblioteca Pública. Uma decisão aparentemente técnica, visando justificar a permanência da Instituição na estrutura da Secretaria de Estado da Educação e contar com recursos financeiros mais significativos, foi tomada como ação política arbitrária, fruto da ditadura militar (CESARINO, 2007, p. 29).

Após grande manifestação dos funcionários e também da área acadêmica, somente com a criação da Secretaria de Cultura ela retoma o seu nome e ganha nova subordinação administrativa.

Com o passar dos anos, seu acervo e serviços foram ampliando, o que demandou a expansão de seu espaço físico. No final da década de 1990, cientes da impossibilidade de construir os três andares restantes do prédio da

Biblioteca, o Governo do Estado destinou um prédio da Rua da Bahia, que se encontrava fechado, para ser o anexo da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. O referido prédio passou por reformas e adaptações, e foi aberto ao público no ano 2000 sendo denominado Anexo Professor Francisco Iglésias.

A BPELB conta com dois prédios e diversos serviços e setores, a saber: o Setor de Empréstimo Domiciliar, com acervo de diversas áreas do conhecimento, com ênfase para a literatura; o Setor de Referência e Estudos, que possui obras de referência e para consulta; o Setor de Periódicos, com assinatura de jornais e revistas nacionais e internacionais; o Setor Infantojuvenil, que tem seu acervo selecionado e dinamizado de forma particular para o público a que se destina; o Setor Braille, referência nacional em acessibilidade, possui acervo e serviços especializados para pessoas com deficiência visual; as Coleções Especiais, que abarcam as coleções particulares, especiais e as obras raras; a Coleção Mineiriana, que guarda a produção bibliográfica de autores mineiros e sobre Minas Gerais, entre outras; a Hemeroteca Histórica, setor responsável por preservar os jornais e revistas históricos e raros, especialmente os editados em Minas Gerais. Todos os setores da Biblioteca possuem seus acervos informatizados, utilizando o software Pergamun, que pode ser consultado pela internet<sup>7</sup>.

Para além dos setores, existem outros espaços que auxiliam a conceituação da Biblioteca como um centro cultural: o Teatro José Aparecido de Oliveira, que comporta 220 pessoas e recebe espetáculos e eventos das diversas manifestações culturais; o Teatro de Arena, espaço amplo ao ar livre, próprio para apresentações teatrais; e as galerias Paulo Campos Guimarães e Passarela Cultural, que recebem, por meio de edital, exposições artísticas e literárias anualmente.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[www.cultura.mg.gov.br](http://www.cultura.mg.gov.br)>. Acesso em: 13 ago. 2013.



Para ampliar o acesso, a BPELB conta com atividades de extensão bibliotecária, que extrapola o limite geográfico de atuação da biblioteca e leva para comunidades distantes e outras instituições a oportunidade de interagir com a produção literária e com as atividades que dela derivam, e são elas: o Carro-Biblioteca, que atende a 6 bairros da região metropolitana de Belo Horizonte, e além de levar informação e cultura, trabalha na articulação da comunidade para que demandem bibliotecas em seus bairros; o serviço de Caixa-Estante, que hoje está disseminada em 17 instituições públicas e não governamentais e tem como objetivo criar demanda de leitura nas instituições atendidas, incentivando-as e apoiando-as na implantação de biblioteca própria.

No sentido de incentivar a leitura, a BPELB desenvolve inúmeros projetos, entre eles a Hora do Conto e da Leitura, os projetos Aula na Biblioteca e Em Destaque, o ciclo de palestras Encontros com a Leitura, a Hora do Conto e da Leitura Braille e muitos outros.

Todas as informações referentes à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, desde sua criação em 1954 até os dias atuais, são importantes para introduzir o tema da criação da Secretaria de Estado de Cultura, do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e da Superintendência de Bibliotecas Públicas, que ocorreu algumas décadas depois e serão demonstrados com profundidade na apresentação e análise dos resultados desta pesquisa.

A Secretaria de Estado da Cultura foi criada em 1983 por meio da Lei 8.502 de 19 de dezembro, órgão até então denominado Coordenadoria de Cultura, vinculado à Secretaria de Estado do Governo. O Artigo 7º do Capítulo II esclarece que sua competência era “[...] propor a política da Cultura e planejar, coordenar, executar e controlar as atividades governamentais relativas ao desenvolvimento cultural e artístico e à preservação do patrimônio histórico e artístico do Estado” (MINAS GERAIS, 1983).

Em 1984 o Decreto 23.512 de 6 de abril, que organizou o Sistema Operacional da Cultura, demandou à recém criada Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Somente em 1994 é que a Superintendência de Bibliotecas (SUB) foi institucionalizada pela Lei 11.714, de 26/12/1994 e suas ações e objetivos regulamentados pela Lei 11.726 de 30/12/1994. A partir deste momento a SUB passou a coordenar as ações da BPELB e das bibliotecas públicas municipais.

Em 2008 eram 780 bibliotecas públicas municipais, em 736 municípios (CESARINO, 2008), formando o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais (SEBPM), cuja coordenação tem o propósito de ampliar e modernizar a rede de bibliotecas públicas de Minas Gerais. O SEBPM oferece assessorias para as bibliotecas municipais, visitas técnicas e de fiscalização, promove cursos de capacitação e desenvolve as Exposições Literárias Itinerantes, como uma ação de incentivo à leitura para a capital e para os demais municípios.

A SUB e o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais têm como principal desafio atuar em um estado de vastas dimensões, com diferenças culturais e econômicas muito marcadas e grande número de municípios. A maioria dos municípios tem como característica o pouco investimento em suas bibliotecas, desde a contratação de pessoal, passando pela compra de acervo e desenvolvimento de ações de mediação e incentivo à leitura. Muitas bibliotecas continuam submetidas à vontade política de seus dirigentes, que desconhecem o valor da leitura, e julgam a biblioteca como apenas uma fonte de gasto e preocupação. Esta situação é fruto da falta de criação e execução de políticas públicas pensadas pelo poder público com a participação da comunidade, o que reforça o cenário de descaso na maioria dos municípios mineiros.

Conhecer o que já foi realizado no Estado de Minas Gerais para as bibliotecas públicas e analisar os possíveis avanços ou retrocessos após as políticas implementadas desde a criação da Secretaria de Estado de Cultura e do

Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, poderá auxiliar na criação de novos modelos.

## 2.3 Políticas Públicas

*You say you want a revolution  
Well, you know  
We all want to change the world*

(Revolution- The Beatles)

A área das políticas públicas, que nasceu como subárea das Ciências Políticas, tem recebido olhares mais interessados, como campo de estudo e atuação, nas últimas décadas. Os Estados Unidos, após a Europa, começaram o movimento de pesquisar a disciplina de Políticas Públicas, como analisa Souza (2006). A mesma autora define o pressuposto deste campo de estudo da seguinte forma:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes (SOUZA, 2006, p.22).

Souza analisa o surgimento da área de políticas públicas, creditando a quatro teóricos este feito:

Laswell introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos [1930], como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de

poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Easton contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos (SOUZA, 2006, p.4).

Por ser um campo complexo, de cuja formulação, gerenciamento e avaliação vários atores participam, sendo consideradas um conjunto de ações e não uma ação isolada, as políticas públicas possuem como característica marcante a interdisciplinaridade, que abrange vários modelos, sistemas e teorias. Do ponto de vista teórico-conceitual, as políticas são construídas da interação das disciplinas do campo da sociologia, da ciência política e da economia. Outras disciplinas também partilham interesses comuns e contribuem para área, como a antropologia, geografia e gestão.

Souza conceitua política pública como:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006. p. 26).

A mesma autora traz uma definição de seus principais elementos, bastante esclarecedora para o tema:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006. p. 36).

Saraiva faz uma definição mais operacional de política pública:

Ela [política pública] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas e corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAIVA, 2006, p.29).

Apesar das definições e elementos citados acima considerarem as políticas públicas como uma ação do poder estatal, alguns teóricos acrescentam outra perspectiva. Lima (2012) fez um apanhado dos autores que analisam o conceito de política pública demonstrando duas abordagens distintas: a abordagem estadista e a abordagem multicêntrica. Para a abordagem estadista, é considerada uma política pública aquela formulada pelo ator estatal e criada como saída de processos governamentais. Atores não governamentais participam do processo, mas não estabelecem nem lideram sua criação. Essa abordagem considera a inatividade governamental tão importante quanto à atividade (LIMA, 2012). Já para a abordagem multicêntrica, o importante é a origem do problema a ser enfrentado, e não quem formula a política. Podem ser protagonistas na formulação de políticas públicas organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais e atores estatais (LIMA, 2012). Secchi<sup>8</sup> (2010), citado por Lima (2012, p.51), esclarece que, para a abordagem multicêntrica, “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Assim, uma política pública recebe este adjetivo se tem a intenção de responder a um problema público”.

---

<sup>8</sup> SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

Para fins desta pesquisa, será considerada a abordagem estadista como base para analisar as políticas públicas para bibliotecas públicas em Minas Gerais. No entanto, as iniciativas não estatais que foram realizadas no período proposto e, que de alguma forma contaram com participação do governo e foram descritas em seus documentos, serão indicadas e analisadas.

A elaboração de políticas públicas passa por alguns estágios, nem sempre lineares e obrigatórios, dentro de um ciclo. Grande parte dos teóricos da área definem algumas etapas deste processo, aqui sintetizadas por Saraiva:

Agenda: é o momento no qual determinado pleito ou necessidade social é colocado na lista de prioridades do poder público.

Elaboração: consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação de possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades.

Formulação: nesta fase é realizada a seleção e especificação da alternativa mais conveniente, a definição dos objetivos, seu marco jurídico, administrativo e financeiro.

Implementação: colocar em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la.

Execução: são as ações destinadas a atingir os objetivos estabelecidos pela política. Colocar em prática efetiva.

Acompanhamento: é o processo sistemático de supervisão da execução da atividade, podendo fazer correções para assegurar a consecução dos objetivos.

Avaliação: consiste na mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas (SARAIVA, 2006, p. 33).

No site da Assembleia Legislativa encontra-se uma figura do ciclo de políticas públicas, com algumas diferenças das etapas acima citadas, mas que poderá facilitar o entendimento deste processo:

**Figura 1- Ciclo de políticas públicas**



Fonte: MINAS GERAIS, 2015a.

A avaliação das políticas públicas se constitui como campo específico de pesquisa da área e requer rigor metodológico, isenção e fôlego. Arretche (1998) em seu artigo “Tendências no estudo sobre avaliação” discute o tema.

A avaliação é teoricamente uma das etapas de uma política. De acordo com os manuais de análise e avaliação de políticas públicas, a avaliação deveria ser uma etapa posterior à implementação das políticas e programas, destinada a influenciar sua reformulação, seja durante sua implementação, seja posteriormente. Ora, nós todos sabemos que, em sociedades em que o mercado eleitoral tem peso, o impacto social de uma política tende a ter menor peso no processo decisório que seu impacto sobre a opinião pública ou seu impacto eleitoral. Em outras palavras, a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas tende a ser apenas um dos elementos -- e possivelmente de muito menor importância -- na decisão pela adoção, reformulação ou supressão de um programa público, dado que as razões do mercado eleitoral têm forte influência no processo decisório (ARRETCHÉ, 1998, p.7).

Para Arretche, a avaliação das políticas públicas deve ser realizada por instituições e agências independentes pois “destinadas a exercer controle sobre as ações públicas, seja dos cidadãos sobre o governo, seja do governo sobre si mesmo, as avaliações precisam ser realizadas por órgãos independentes” (ARRETCHE, 1998, p. 7).

Uma importante constatação deve ser feita a respeito das políticas estaduais. Desde a Constituição brasileira de 1988, fica estabelecida no Brasil, uma forma muito peculiar de federalismo, conforme apresenta Abrúcio:

O principal mote do novo federalismo inaugurado pela Constituição de 1988 foi a descentralização. Processo que significava não só passar mais recursos e poder aos governos subnacionais, mas, principalmente, tinha como palavra de ordem a municipalização. Nessa linha, o Brasil se tornou uma das pouquíssimas federações do mundo a dar *status* de ente federativo aos municípios (ABRÚCIO, 2010, p.44).

Nesse formato federativo os municípios têm o *status* de ente da federação, com autonomia. Assim, os municípios não se submetem administrativamente aos governos estaduais.

Após esta breve discussão sobre a origem e conceitos sobre as políticas públicas, aprofundaremos nas questões pertinentes à área da cultura e mais especificamente às bibliotecas públicas.

### **2.3.1 Políticas Públicas Culturais**

A política cultural é uma política pública setorial, assim como as da educação, saúde ou previdência social, e enfrenta problemas como todas as outras. Alguns problemas são advindos especialmente da fragmentação e descontinuidade da intervenção estatal, além dos poucos recursos.



As políticas públicas para a área da cultura são especialmente complexas, na medida em que a cultura ocupa-se com o intangível, com o subjetivo e muitas vezes, com manifestações não documentadas, além de ter papel preponderante na construção social do país. Em 2007 o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na abertura do Seminário Internacional sobre a Diversidade Cultural explicou esta complexidade, na qual é preciso:

[...] Estabelecer políticas culturais afirmativas, para reverter as marcas e resíduos sociais da escravidão; relativizar a unilateralidade dos sistemas meritocráticos, que são feitos abstratamente, sem a devida consideração histórica, evitando mecanismos pós-coloniais de repor velhas exclusões. Incorporar as milhões de pessoas aos programas de formação, aquisição cultural e educação de qualidade e capacitação. Republicanizar o mérito, valorizando as vocações e talentos, e democratizando os acúmulos pelos pequenos e grandes acessos, dando garantias sociais ao patrimônio das famílias e das instituições. Promover a integridade e a transmissão do patrimônio acumulado de geração a geração, de pai para filho (GIL, 2007).

O antropólogo e pesquisador Frederico A. Barbosa da Silva, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em um estudo minucioso sobre as políticas culturais do Ministério da Cultura também salientou a profundidade deste tipo de política.

As políticas culturais estão ancoradas nos direitos e na ideia de universalidade do acesso aos bens culturais, simbólicos e materiais. A democratização e o acesso à cultura são valores de amplo acolhimento entre os diferentes atores sociais. De maneira geral, os objetivos gerais que guiam outras políticas sociais se aplicam às políticas culturais, que também são consideradas como meios para enriquecer a existência das pessoas e criar igualdade social. No entanto, as instituições culturais encontram-se diante de fortes restrições que limitam sua abrangência e acesso (SILVA, 2007, p. 11).

Ao pensar as bibliotecas públicas, é bastante comum vinculá-las à Educação, tendo em vista seu histórico de apoio à formação escolar. No entanto as bibliotecas públicas estão inseridas na política cultural, como explica Machado.

A sociedade em geral costuma relacionar as bibliotecas públicas à área de Educação. No entanto, elas estão inseridas institucionalmente na área de Cultura. Portanto, são as políticas culturais que, por meio de sua administração pública e do conjunto de leis e regulamentações, buscam caminhos para o fortalecimento dessas bibliotecas e o estabelecimento de ações de longo alcance, com caráter permanente (MACHADO, 2010, p. 97).

Um levantamento histórico das políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas públicas no âmbito federal foi sistematizado por Paiva (2008), e por Machado (2010), especificamente para as bibliotecas.

Deve-se salientar que, para a construção de políticas que reflitam a realidade e diversidade da sociedade, e também que não se configurem em meras cópias do que já foi realizado, é importante que essas políticas sejam conhecidas e sistematizadas, com o intuito de subsidiar novas ações que proporcionem efetivo avanço. Machado defende esta posição ao dizer que:

É importante lembrar que o Brasil sempre teve uma grande dificuldade em coletar, organizar e sistematizar informações sobre suas ações, acervos e equipamentos culturais. Esse fato é apontado pela UNESCO (2006)<sup>9</sup> em seu texto sobre as estratégias de atuação no Brasil, onde afirma que pouco se fez para avaliar o verdadeiro valor da cultura no país. [...] Afinal, como construir políticas públicas de qualidade se não temos um diagnóstico da nossa realidade? (MACHADO, 2010, p. 95).

É preciso que as políticas públicas para a área de bibliotecas, livro e leitura sejam políticas de estado, para além das políticas de governo, que dominam o contexto político há tanto tempo. Do nosso ponto de vista, a diferença primordial entre uma política de estado e uma política de governo está relacionada à continuidade. As políticas de governo são pensadas e implementadas de acordo com o perfil e a proposta de uma gestão, diferente das políticas de estado, que devem ser implantadas ao longo do tempo, ainda que passando por diferentes

---

<sup>9</sup> UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544por.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2008.

governos. Este assunto foi discutido por Höfling, como podemos constatar a seguir:

Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo [...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

Rua e Romanini também discorreram sobre a diferença entre uma política de estado e uma política do governo.

[...] As Políticas de Estado tratariam de policíes mais permanentes do que aquilo que se restringe ao período no qual um governo exerce o poder (normalmente, de quatro a oito anos em países presidencialistas). Seriam mais duradouras e consolidadas. Além disso, implicariam articulações entre as diferentes áreas setoriais de políticas públicas com o intento de que todas elas convergissem para os objetivos do Estado. Em contraposição, as Políticas de Governo seriam passageiras, vigorariam somente durante o mandato de seus formuladores, e não necessariamente se concentrariam em torno de finalidades comuns, porquanto os governos distribuem as áreas de atuação setorial consoante critérios políticos, que podem levar à convergência ou à dispersão das policíes (RUA; ROMANINI, [200-], p.10).

Assim sendo, conhecendo-se a distinção entre política de governo e política de Estado, será possível avaliar se as políticas para bibliotecas públicas no estado de Minas Gerais se caracterizam como políticas de Estado ou se são políticas de governo, ao longo da análise dos dados coletados.

### **2.3.2 Instrumentos de gestão do Estado de Minas Gerais**

O Estado de Minas Gerais utiliza para o planejamento e monitoramento de suas políticas públicas alguns instrumentos, que norteiam suas ações. A compreensão destas informações torna-se útil na medida em que facilita a participação popular na elaboração das políticas públicas e aprimora seu acompanhamento. A Assembleia Legislativa também possui papel importante no monitoramento das políticas públicas do estado de Minas Gerais, pois tem na sua missão a fiscalização das mesmas.

Nestas primeiras décadas do século XXI, a estratégia de Governo, ou seja, o planejamento governamental de desenvolvimento em longo prazo se dá por meio do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que foi criado em 2003, como nos esclarece as informações constantes no site do estado de Minas Gerais:

Nesse contexto, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que estabelece as principais diretrizes para a atuação do governo estadual até o ano de 2030, pode funcionar como uma alavanca rumo ao desenvolvimento, desde que bem planejada e executada.

Em Minas Gerais, o PMDI foi pensado para ser colocado em prática seguindo uma premissa participativa, baseada na interlocução entre governo e sociedade civil, seja por meio das suas mais diversas entidades representativas, seja por meio da oferta de mais canais para a população se manifestar. Ouvir para governar é um princípio não apenas democrático, mas que pode ser aplicado de forma muito eficiente à gestão pública (MINAS GERAIS, 2015c).

O PMDI é uma estratégia de longo prazo para o Governo, com revisões periódicas, englobando diversas áreas de atuação como educação, saúde, defesa social, cultura, entre outros. Seus objetivos são:

- o desenvolvimento socioeconômico integrado do Estado;
- a racionalização e a coordenação das ações do Governo;

- o incremento das atividades produtivas;
- a expansão social do mercado consumidor;
- a superação das desigualdades sociais e regionais;
- a expansão do mercado de trabalho;
- o desenvolvimento dos Municípios de escassas condições de
- propulsão socioeconômica e
- o desenvolvimento tecnológico do Estado.

A primeira versão do PMDI abarcou o período de 2003-2020 e teve como objetivo “a promoção do equilíbrio fiscal aliada à busca pela excelência dos serviços públicos e a elevação dos investimentos estratégicos” (MINAS GERAIS, 2013b, p. 27). Em 2007 houve uma revisão do Plano, que originou o PMDI 2007-2023, cujo objetivo era a “a consolidação e o aprimoramento do processo de transformação em curso e assegurando a sua irreversibilidade” (MINAS GERAIS, 2013b, p. 28). O foco do planejamento estava nas áreas de educação, tecnologia, expansão da malha rodoviária, aumento da qualidade de vida, redução da violência e da pobreza. A área da cultura não foi citada como objetivo prioritário do programa até então.

Em 2011 o PMDI passou por nova revisão, resultando no planejamento 2011-2030, em vigor até o presente, que foi estruturado por meio de 11 Redes de Desenvolvimento Integrado. Perpassando por diversas áreas de interesse social, esta revisão trouxe a inclusão da área da cultura, integrante da Rede de Identidade Mineira, que englobava a cultura, o esporte e o turismo.

Outro instrumento representativo do planejamento e monitoramento das políticas públicas do Estado de Minas Gerais é o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Este é um instrumento de médio prazo e tem como

norte um horizonte de quatro anos. Constam neste planejamento todas as ações, programas e projetos das atividades meio e finalísticas, que devem ser elaboradas em consonância com o PMDI.

É o PPAG que dá visibilidade às políticas que o governo se compromete a implantar, com vigência iniciada no segundo ano de mandato de um governo e término no primeiro ano de mandato do seguinte, estabelecendo metas e estratégias gerenciais e de alocação de recursos. Como instrumento de planejamento das atividades da administração pública, o PPAG visa a orientar a execução do orçamento público, alocando os recursos disponíveis preponderantemente nos programas e ações que contribuem para a consecução dos objetivos estratégicos delineados no PMDI. Outra importante função do PPAG é a de integrar planejamento, orçamento e gestão, orientando a administração pública para a obtenção de resultados, por meio do cumprimento de metas na promoção de bens e serviços públicos (MINAS GERAIS, 2015a).

Todos os produtos e serviços disponibilizados à população devem constar no PPAG. Atualmente o PPAG é revisado anualmente, adequando-se ao orçamento estabelecido para o ano seguinte e às eventuais mudanças de objetivo e estratégia dos governos. No PPAG, dentro dos programas são estruturadas as ações e os produtos a serem entregues, com metas físicas anuais, atreladas às metas financeiras, também anuais.

Na Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário, os programas e metas concernentes à sua atuação, dentro no PPAG, são os seguintes:

- **Programa 118 - Gestão da Informação Cultural**
  - **Ação: 4393** - Conservação, restauração, preservação e organização dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.
  - Finalidade: conservar, restaurar, preservar e organizar os acervos dos equipamentos culturais da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário, da Superintendência de Museus e Artes Visuais e do Arquivo Público Mineiro visando perpetuar e disseminar o

patrimônio, tornando-os acessíveis ao poder público, pesquisadores e cidadãos.

- **Programa 123 - Democratização do acesso à cultura e aos seus mecanismos de produção**

- **Ação: 4404** - Premiação à produção cultural.
- Finalidade: Conceder premiação cultural com objetivo de promover, proteger e divulgar a diversidade cultural no estado.
- Produto: Premiação concedida.
- **Ação: 4525** - Disseminação da política cultural e dos mecanismos de produção.
- Finalidade: Disseminar, regionalizar e descentralizar a política cultural no estado ampliando o alcance das ações culturais buscando subsidiar o desenvolvimento, o aprimoramento e o incremento de atividades culturais locais e regionais.
- Produto: Assessoria prestada.

- **Programa 124 - Promoção e difusão cultural**

- **Ação: 4412** - Promoção de eventos e ações educativas.
- Finalidade: Promover eventos e ações educativas visando incentivar a prática de leitura literária e informativa, divulgar o acervo arquivístico, bibliográfico e museológico, melhorar a compreensão das funções arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas. E ainda, estimular a pesquisa da história de Minas Gerais, do Brasil e do império e sensibilizar o poder público e a sociedade para a importância da gestão e da preservação do patrimônio arquivístico, bibliográfico e museológico do estado.

- Produto: evento realizado.
- **Ação: 4535** - Produção editorial.
- Finalidade: Elaborar, editar e divulgar publicações técnicas a fim de difundir o conhecimento produzido. Criar, publicar e distribuir o jornal suplemento literário de Minas Gerais, visando promover uma política de fomento à literatura e dar espaço para autores consagrados e novos, de modo a fomentar o surgimento de novos talentos.
- Produto: Publicação editada.
- **Programa 125 - Modernização e preservação da infraestrutura cultural.**
  - **Ação: 4413**- Gestão dos equipamentos culturais da Secretaria de Estado de Cultura.
  - Finalidade: Dotar o estado de Minas Gerais de uma moderna e inovadora rede integrada de produção e disseminação cultural estimulando a utilização dos equipamentos culturais da secretaria de estado de cultura. Modernizar a gestão e dar sustentabilidade aos espaços ampliando quantitativa e qualitativamente o acesso do cidadão.
  - Produto: Público visitante.
  - **Ação: 4527** - Estruturação de bibliotecas públicas municipais.
  - Finalidade: Estruturar bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais visando implementar políticas públicas de incentivo à leitura, ampliando o acesso aos serviços bibliotecários e ao patrimônio bibliográfico.



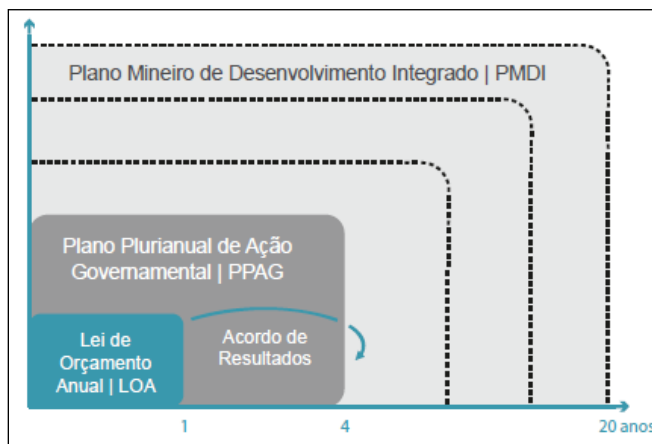
- Produto: Equipamento fornecido.

A previsão e execução das metas física e financeira são monitoradas bimestralmente, com a devida justificativa do desempenho caso os números sofram distorções de mais de 10% do que foi realizado, em relação ao que foi previsto. As especificações dos recursos financeiros destinados para cada ação e suas despesas são realizados anualmente pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que é outro instrumento de gestão do Estado.

É a LOA que expressa a política econômico-financeira e o programa de trabalho governamental, especificando os recursos que financiarão cada ação do PPAG. Nela estão os orçamentos fiscal (de todos os Poderes e órgãos da administração pública), da seguridade e de investimento das empresas estatais.

A lei orçamentária, ou orçamento público, é uma lei autorizativa, ou seja, por meio dela o poder público fica autorizado, porém não obrigado, a utilizar os recursos públicos para fazer face às despesas governamentais. Por consequência, o poder público ainda que tenha a prerrogativa de não executar o que foi autorizado no orçamento, só poderá executar, ou gastar, aquilo que está autorizado na lei orçamentária (MINAS GERAIS, 2015a).

**Figura 2 - Perspectiva temporal do processo de Planejamento Estratégico do Governo do Estado de Minas Gerais**



Fonte: MINAS GERAIS; CALDEIRA, 2013b

A Figura 2 demonstra a dimensão temporal e de abrangência dos instrumentos citados anteriormente, incluindo um quarto instrumento, que será apresentado agora: o Acordo de Resultados.

O Acordo de Resultados é um “instrumento de pactuação de resultados utilizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, nos moldes do contrato de gestão” (LEMOS, 2009, p. 2). O contrato de gestão insere-se no conceito de Gestão para Resultados, que é:

A gestão baseada na elaboração de indicadores a serem acompanhados e avaliados periodicamente objetivando a verificação do efetivo alcance dos resultados pré-fixados. Visa facilitar para as instituições públicas a direção efetiva e integrada do processo de criação de valor público, a consecução dos objetivos de governo e a melhora contínua das instituições (LEMOS, 2009, p. 3).

O Acordo de Resultados foi criado dentro do programa de “Choque de Gestão” no primeiro mandato do governador Aécio Neves, como uma estratégia de reforma da administração pública do Estado de Minas Gerais. O Choque de Gestão:

Representa uma combinação de medidas orientadas para o ajuste estrutural das contas públicas com iniciativas voltadas para a geração de um novo padrão de desenvolvimento tendo a inovação na gestão como elemento de sustentabilidade. É a estratégia de reforma da administração pública do Estado de Minas Gerais (LEMOS, 2009, p. 2).

Entre os objetivos do Acordo de Resultados estão: a definição de prioridades, que são representadas por indicadores e metas com vistas para os resultados; a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade; o planejamento estratégico das ações do governo; a transparência das ações das instituições públicas, facilitando o controle social e a implementação de uma

cultura voltada para resultados, estimulando e valorizando servidores, dirigentes e órgãos para que atinjam seus resultados.

A legislação que rege este instrumento está contida nas seguintes referências:

- A Lei Estadual nº. 17.600, de 1º de julho de 2008 (MINAS GERAIS, 2008a), que disciplina a nova metodologia do Acordo de Resultados, além de alterar a fonte de recursos e a sistemática para pagamento do Prêmio por Produtividade.
- O Decreto Estadual nº. 44.873, de 14 de agosto de 2008 (MINAS GERAIS, 2008b), alterado pelo Decreto Estadual nº. 45.121, de 24 de junho de 2009 (MINAS GERAIS, 2009a), pelo Decreto Estadual nº. 45.553, de 18 de fevereiro de 2011 (MINAS GERAIS, 2011a), pelo Decreto Estadual nº. 45.941, de 29 de março de 2012 (MINAS GERAIS, 2012), pelo Decreto Estadual nº. 46.170 de 27 de fevereiro de 2013 (MINAS GERAIS, 2013a), e pelo Decreto Estadual nº. 46.472, de 04 de abril de 2014 (MINAS GERAIS, 2014), que trata de forma mais detalhada a maioria dos aspectos que a Lei nº. 17.600/08 aborda.

Na Superintendência de Bibliotecas Públicas alguns indicadores já foram pactuados. Eles são os seguintes:

- Atendimentos realizados aos municípios: refere-se ao número de atendimentos presenciais na capital e nos municípios, por e-mail, por ofício, por telefone, entre outros, realizado pela Diretoria do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais;
- Livros doados: refere-se ao número de livros doados às bibliotecas públicas municipais pela Diretoria do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, sejam eles adquiridos por meio de compra ou doação;

- Evento cultural promovido: refere-se ao número de eventos de incentivo à leitura, lançamento de livros, exposições de arte, seminários, cursos e oficinas promovidos pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa;
- Público presencial: refere-se à quantidade de público que frequenta presencialmente os dois prédios da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa;
- Público virtual: refere-se à quantidade de público que acessa a base de dados bibliográfica e de imagens digitalizadas da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa;

Como se pode observar, a inclusão de algum tema para inserção nas políticas públicas do Estado de Minas Gerais depende de um planejamento de longo prazo e da disponibilidade em incluir também nos orçamentos, os recursos para execução dos projetos.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa concretizada por meio da análise do conteúdo dos atos legais e documentos administrativos, sob o viés da análise documental, das políticas relacionadas a bibliotecas públicas em Minas Gerais, entre 1983 e 2012. Segundo Bardin (2011, p.47), a análise documental é uma “operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

A pesquisa foi desenvolvida seguindo alguns passos, que foram se mostrando mais claros na medida em que a mesma foi se desenvolvendo. A primeira fase foi realizada com o levantamento histórico das políticas públicas de Minas Gerais, no período. O recorte temporal proposto pela pesquisa baseou-se na premissa de que, a partir da criação da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, começaram, efetivamente, as políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas. As Leis, Decretos e Resoluções foram pesquisados no site da Assembleia Legislativa<sup>10</sup>, que disponibiliza todo o conteúdo on-line e atualizado. A primeira busca foi realizada com o termo “Biblioteca” e a segunda com os termos “Biblioteca pública e cultura”, com o objetivo de refinar a primeira. Em seguida foi feita a leitura técnica das normas encontradas, então foram selecionadas as relevantes para a pesquisa. Adotamos como diretriz desta pesquisa citar nas referências somente as Leis, Decretos e Resoluções. Os documentos administrativos constam no Apêndice B deste documento e seu conteúdo digitalizado está no CD-Rom anexo.

Ainda na primeira fase foi levantada toda a documentação da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário do período de 1983 a 2012.

---

<sup>10</sup> Dados consultados no endereço: <<http://www.almg.gov.br/home/index.html>>. Acesso em 03 mar. 2015.

Foram analisados os documentos administrativos do gabinete da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário e da Diretoria do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, totalizando 837 metros lineares. Os documentos encontravam-se parcialmente organizados, mas sem uma lógica arquivística de armazenamento. Fato importante a ser considerado refere-se ao incêndio ocorrido no terceiro andar da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em dezembro de 2012. Foram afetados os setores administrativos da Biblioteca e, apesar da documentação do gabinete e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais não ter sido comprometida, é possível que, entre os documentos queimados, alguns de relevância para esta pesquisa tenham se perdido. A legislação e os documentos selecionados como relevantes para a pesquisa foram digitalizados e encontram-se em um CD-Rom anexo a este documento.

Uma opção metodológica desta pesquisa refere-se ao não aprofundamento nos dados financeiros do estado de Minas Gerais para as bibliotecas públicas. Esses dados não se encontravam nos documentos da SUB, o que demandaria uma pesquisa paralela aos documentos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, sendo assim, não haveria tempo hábil para o aprofundamento deste tema.

O último passo da primeira fase foi o levantamento dos dados do Recadastramento das bibliotecas públicas municipais, realizado pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, dos anos de 2007, 2009 e 2011.

A segunda fase contou com a análise documental propriamente dita dos registros, ou seja, a leitura, descrição e caracterização de todo material sobre políticas governamentais para as bibliotecas públicas em Minas Gerais no período. Nesta fase foi realizada a análise de conteúdo dos dados, ou seja, a descrição dos documentos em lista cronológica, registros sobre a natureza, fonte e breve apanhado de seu conteúdo. Foram elaboradas duas listas distintas,

sendo uma para as leis, decretos e resoluções e outra para os documentos administrativos. As listas produzidas constam nos Apêndices deste documento.

Durante a segunda fase da pesquisa foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os Superintendentes de Bibliotecas Públicas no período entre 1983 a 2012. Os entrevistados foram escolhidos considerando ser o cargo de Superintendente o de gestor máximo da instituição e por isso, tendo participado da elaboração e execução das políticas públicas da área. As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados e gravadas por um aplicativo para sistema Android<sup>11</sup>, para posterior transcrição. Para Manzini:

No momento da transcrição, essa meta, em manter a interação, já não está mais presente. O pesquisador se distancia do papel de pesquisador-entrevistador e se coloca no papel de interpretador de dados. O pesquisador, no momento da transcrição, vai distanciar-se de um fato vivido - que foi o processo de coleta - ao mesmo tempo em que revive esse fato em outro momento e com outro enfoque intencional. Neste momento, olha-se para aquilo que foi feito (MANZINI, 2015, p.1).

Dois dos entrevistados não puderam responder pessoalmente. Sendo assim, os tópicos da entrevista foram enviados por e-mail e respondidos. Três pessoas integrantes do universo da pesquisa já eram falecidas.

A terceira fase da pesquisa foi se delineando à medida que os dados eram analisados. Optou-se por dividir o período pelos mandatos dos governadores, apontando os secretários de cultura de cada governo e também os superintendentes de bibliotecas. Isso foi particularmente necessário nas políticas avaliadas por causa da perceptível descontinuidade das políticas entre um governo e os subsequentes. O conjunto de dados documentais e entrevistas delinearam o quadro mais próximo do real para o período recortado pela pesquisa, para além da letra fria dos atos legais. Os dados coletados serão analisados e comentados ao lado de sua apresentação na próxima seção.

---

<sup>11</sup> Android é uma marca registrada do Google Inc.

## **4 GOVERNOS E POLÍTICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS**

Nesta seção serão apresentados os dados coletados durante a pesquisa e algumas discussões que irão subsidiar as conclusões. A escolha temporal, como já dito, se deve à opção por estudar as políticas após a criação da Secretaria de Cultura, em 1983.

A respeito das Secretarias de Cultura, tomemos, antes de mais nada, esse alerta de Oliveira:

As instituições governamentais tendem, pela deformação do organismo federativo, a complicar o que deve ser simples, a sofisticar e embaraçar o que haveria de ser veloz, a dissociar a elite dos funcionários da realidade onde se tem de atuar. As Secretarias de Cultura não podem tomar a forma de armadilhas tecnocráticas. É nelas que haverá de plasmar-se o embrião da grande reforma do serviço público, para o curarmos de mazelas, do centralismo, do autoritarismo e da burocracia (OLIVEIRA, 1986, p.47).

De todo modo, no estado burocrático de direito, como se configura atualmente no Brasil, a existência de um órgão dentro da estrutura administrativa é uma condição *sine qua non* para que determinada política pública tenha condições de acontecer de fato.

### **4.1 Governador: Tancredo de Almeida Neves (15/03/1983 a 14/08/1984)**

É no governo de Tancredo Neves que é criada a Secretaria de Cultura, marco temporal inicial deste trabalho. O período de governo foi curto, visto que em 1984 Tancredo aceitou o desafio de se candidatar à Presidência da República pela via indireta e venceu as eleições em 15 de janeiro de 1985.



No quadro abaixo figuram o secretário de estado da cultura e a superintendente de bibliotecas públicas.

**Quadro 1 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Tancredo Neves**

<b>Secretário</b>	José Aparecido de Oliveira (1983 – 1985)
<b>Superintendente</b>	Laís Corrêa de Araújo Ávila (1983 – 1987)

Fonte: Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Como já dito, em 1983, por meio da Lei 8.502 é criada a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e o Sistema Operacional de Cultura (MINAS GERAIS, 1983). Dentro deste Sistema, ficou instituído o Conselho Estadual da Cultura e demais entidades vinculadas. Interessante notar que o artigo 6º deste decreto transfere o Centro de Educação Permanente Professor Luiz de Bessa, que estava na Secretaria de Educação, para a SEC e volta a denominá-la Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Nota-se que, com a retomada do nome da Biblioteca e a subordinação administrativa à SEC na década de 1980, há uma abertura aos princípios democráticos, em consonância com o momento político nacional da época. Com a criação da Secretaria de Estado de Cultura, inicia-se a trajetória das políticas culturais do estado de Minas Gerais.

O Secretário de Estado da Cultura José Aparecido de Oliveira, comentou a criação da nova Secretaria em discurso proferido na abertura do Seminário “Reflexão crítica para uma política de atuação cultural”, ocorrido em março de 1984 na cidade de Ouro Preto:

Alguns Estados, apesar da patética realidade da ausência de meios, desde alguns anos têm uma Secretaria dedicada aos assuntos da Educação e outra aos da Cultura. Entre nós, essa dicotomia é recente. Foi instituída há poucos meses, dentro do esforço de racionalidade administrativa que orienta as ações do Governo Tancredo Neves.

Embora nova, a Pasta da Cultura já tem um programa e esperamos aprimorá-lo e cumpri-lo (OLIVEIRA, 1986, p.38).

Ainda em 1984, a SEC foi estruturada, determinando competências às entidades vinculadas e órgãos diretos. O Decreto 23.512 de 6 de abril, que “dispõe sobre o Sistema Operacional da Cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências”, designa à Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas, subordinada à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o objetivo operacional de “criar, implantar, implementar e manter o sistema estadual de bibliotecas públicas, visando à democratização da informação, cultura e educação” (MINAS GERAIS, 1984). As competências elencadas para a Diretoria foram as seguintes:

I - articular-se com organismos federais competentes e instituições afins para a formação e desenvolvimento de bibliotecas públicas em Minas Gerais;

II - proceder ao diagnóstico das condições das bibliotecas públicas existentes em Minas Gerais;

III - incentivar a criação, prestar assistência técnica e promover a dinamização das bibliotecas públicas municipais, bibliotecas populares e de casas de cultura ou de centros culturais, visando a sua adequação às necessidades das comunidades, à valorização das características locais e à participação comunitária;

IV - ampliar o campo de atuação e desempenho das bibliotecas públicas municipais de áreas de difusão cultural, redimensionando-as como bibliotecas-pólo regionais e propiciando a interiorização da política bibliotecária;

V - propor convênios com as Prefeituras, visando à criação, implantação e dinamização de bibliotecas públicas municipais;

VI - articular-se com as Diretorias Metropolitana e de Processamento Técnico, para intercâmbio de programas;

VII - coletar, processar e interpretar dados relativos ao desempenho de suas atividades, para subsidiar a administração da Biblioteca Pública Estadual "Luiz de Bessa";

VIII - exercer outras atividades correlatas que lhe forem delegadas (MINAS GERAIS, 1984).

A partir deste momento, tanto a Secretaria de Estado da Cultura quanto o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas passam a desenvolver programas e projetos voltados para as bibliotecas públicas, respaldados por uma legislação específica. Até aquele momento a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa já desenvolvia algumas ações nesse sentido, paralelas à sua atuação.

Enquanto em Minas Gerais a cultura ganhava status institucionalizado, avançando um pouco na área das bibliotecas públicas, em âmbito federal o assunto era comandado pelo Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1937 pelo Decreto-Lei 93 e nesta ocasião coordenado pelo escritor Herberto Sales (PAIVA, 2008). Durante a gestão de Herberto Sales no INL, uma das iniciativas que mais influenciaria as políticas para bibliotecas em Minas Gerais seria a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em 1976. No entanto, somente em 1992 o SNBP seria regulamentado por um decreto presidencial<sup>12</sup>. Segundo Paiva (2008, p. 39) “o SNBP representou um avanço em relação às políticas anteriores, no sentido de tentar fazer um planejamento integrado, cooperativo e racionalizado para e entre as bibliotecas”.

#### **4.2 Governador: Hélio de Carvalho Garcia (1º mandato: 14/08/1984 a 15/03/1987)**

Tendo sido vice de Tancredo Neves, Hélio Garcia torna-se Governador após seu afastamento, até o fim do mandato.

No quadro abaixo figuram os secretários de estado da cultura e a superintendente de bibliotecas públicas.

---

<sup>12</sup> Dados obtidos no site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em:< <http://snbp.culturadigital.br/historico/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

**Quadro 2 – Gestores da SEC e SUB-MG do primeiro mandato do governo Hélio Garcia**

<b>Secretários</b>	José Aparecido de Oliveira (1983 – 1985) Delfim Ribeiro (1985 – 1986) José Geraldo D’Angelo (1986) Angela Gutierrez (1987 – 1988)
<b>Superintendente</b>	Laís Corrêa de Araújo Ávila (1983 – 1987)

**Fonte:** Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Ao ser criado, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tinha o objetivo de estender o próprio Sistema a todas as unidades da federação (PAIVA, 2008, p. 39).

A criação dos SEBPs descentralizou o planejamento e a coordenação do Sistema Nacional, pois aqueles remetiam ao INL seus relatórios anuais e informações, quando solicitados pelo instituto. Entre 1976 e 1984, foram implantados 15 SEBPs e a cada ano cinco deles eram selecionados para receber um reforço de recursos, que seriam utilizados não apenas para aquisição de acervo e equipamentos, mas também para a contratação e treinamento de pessoal (PAIVA, 2008, p. 39).

Minas Gerais tinha acabado de designar à Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas a criação e implantação do Sistema Estadual. Começaram então as articulações neste sentido. A Superintendente Laís Correa de Araújo encaminhou, em outubro de 1984 o nome de Maria de Lourdes Romanelli como coordenadora do Sistema e do INL em Minas Gerais. Como as bibliotecas públicas de Minas Gerais e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa eram coordenadas, até um ano antes, pela Secretaria de Estado de Educação, a Superintendente encaminhou ofício, à Educação, solicitando informações sobre as bibliotecas públicas mineiras.

O Sistema Nacional orientava os estados que tivessem interesse em criar seus sistemas, para que elaborassem um diagnóstico e um projeto, explicitando as

necessidades e contrapartidas do estado, e o órgão que seria responsável pelo Sistema Estadual (PAIVA, 2008, p. 39). A professora Maria Cecília Diniz Nogueira, da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais foi convidada para coordenar o projeto de criação do Sistema Estadual e a realização do **1º Encontro de Bibliotecas Públicas de Minas**, juntamente com a equipe técnica da instituição.

O ano de 1985 foi de intenso trabalho em Minas Gerais, pois caminhava o processo de criação do Sistema Estadual e também a implantação de uma de suas competências mais desafiadoras, a de criar a rede de bibliotecas-pólo: “IV - ampliar o campo de atuação e desempenho das bibliotecas públicas municipais de áreas de difusão cultural, redimensionando-as como **bibliotecas-pólo regionais** e propiciando a interiorização da política bibliotecária;” (MINAS GERAIS, 1984, grifo nosso). A Superintendente da ocasião, Laís Correa de Araújo, encaminhou, em 30 de setembro de 1985, um ofício ao Secretário Delfim Moreira, com o **projeto de criação das primeiras bibliotecas-pólo de Minas Gerais**. Em outubro de 1985 foi realizado o 1º Encontro de Bibliotecas Públicas Municipais que tinha entre seus objetivos divulgar as propostas da política de regionalização da Secretaria de Estado da Cultura para a área das bibliotecas. Nota-se nesta realização o início da elaboração e promoção das políticas para bibliotecas voltadas para o interior do Estado.

Em maio de 1986 foram assinados os primeiros convênios com as prefeituras, para criação das primeiras bibliotecas-pólo: Uberlândia, Divinópolis, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberaba Montes Claros e São João Del-Rei (MINAS GERAIS, 1986). A criação destas bibliotecas contou com repasse de recurso do Ministério da Cultura no montante de 400 mil cruzados, com o objetivo de equipar as bibliotecas para que elas comesçassem a atender os municípios próximos. A aplicação dos recursos foi destinada às necessidades levantadas pelas próprias bibliotecas. Assim a imprensa mineira e nacional

começou a noticiar a criação da rede de bibliotecas-pólo, como se vê nas figuras 3 a 6:

**Figura 3 - Notícia em jornal regional sobre a criação da rede de Bibliotecas-Pólo em MG, abril 1986.**

Educação - 11

Luta-Jor, 13 a 19 de abril de 1986

## BIBLIOTECAS-PÓLO VÃO EXPANDIR A CULTURA PELO ESTADO

**E**sta é a proposta. Digna de ser apoiada pelas autoridades municipais, os educadores, os pais e o povo em geral. Ela parte de projetos sérios, concretos. Tem muito o que oferecer e os seus fins são nobres. É uma proposta em andamento.

### O DECRETO E O SISTEMA

Com o objetivo de criar e dinamizar as bibliotecas públicas, ampliar o espaço de apoio à educação e de expressão e vivência da cultura, garantindo o acesso à informação de toda ordem, foi criado em Minas o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, pelo Decreto n. 23.512, de 06/04/84, que dispõe sobre o Sistema Operacional de Cultura. Definido nesse documento a Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas da Superintendência da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, cujo objetivo consiste em "criar, implantar e manter o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas visando à democratização da informação, cultura e educação".

Para a implantação do Sistema, propôs-se a criação de bibliotecas-pólo, que devem desempenhar a função de pólos irradiadores de resgate e divulgação do conhecimento, da educação e manifestações diversificadas. Trinta bibliotecas-pólo já estão previstas e programadas, sendo que sete dessas já se encontram em fase de instalação e início de funcionamento. São as dos municípios de Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, Uberaba e Uberlândia.

O Sistema congrega, no momento, 545 bibliotecas públicas municipais, número bastante representativo já que o Estado possui 722 municípios. E para cumprir seus objetivos, ele funciona também com base em coordenações regionais, que são pólos catalizadores, centralizadores e disseminadores da informação, conside-

rando as diferentes realidades mineiras, ou seja, as peculiaridades geográficas, econômicas e sociais de seu espaço de abrangência.

Compete às bibliotecas-pólo atuar conjuntamente com a coordenação geral (a DABPM, mencionada acima) e com as bibliotecas integradas (bibliotecas públicas situadas nos municípios vizinhos ao município-sede da biblioteca-pólo), formando assim um subsistema ou sistema regional.

O raio de ação da biblioteca-pólo será definido a princípio com base no mapeamento levantado pela Secretaria de Cultura. Nele foram identificadas 79 cidades - vertentes culturais e municípios integrados às mesmas. Haverá, portanto, uma intercomunicação através do sistema estadual, contribuindo para a reelaboração da política da Biblioteconomia, traçando-se pontos comuns, embora com a preocupação de manter a autonomia das bibliotecas municipais e de cada biblioteca-pólo.

### PLANOS DE TRABALHO

A operacionalização das bibliotecas-pólo considerará as propostas surgidas no I Encontro de Bibliotecas Públicas, realizado em novembro de 85, que foram enviadas às 722 prefeituras municipais do Estado, para discussão e reelaboração, quando for o caso. Além disso, levantaram-se nas duas reuniões de preparação para a implantação do Sistema os seguintes planos de trabalho da Bibliotecas-Pólo:

- 1 - Mapeamento dos recursos de informação existentes em nível regional (Bibliotecas Públicas Municipais vizinhas, centros de estudos folclóricos, casas de cultura etc.) abertas ao uso público;
- 2 - verificação das necessidades prioritárias de assistência técnica;
- 3 - promoção de encontros regionais;
- 4 - realização de cursos de treinamento pessoal;
- 5 - implantação de programas de animação cultural;
- 6 - planejamento, execução e avaliação das atividades;
- 7 - divulgação de informações de interesse regional;
- 8 - estreita colaboração com as bibliotecas públicas dos municípios vizinhos;
- 9 - viabilização de projetos de planejamento e execução de construção e reforma de prédios das Bibliotecas Públicas;
- 10 - implantação de projetos de extensão bibliotecária (carro-biblioteca, sucursais ou bibliotecas-ramais e caixas-estantes) para atendimento a público de bairros afastados da sede, de zonas rurais, presos, idosos e outros usuários especiais.

Estas e outras propostas contam com o apoio da Coordenação Estadual do Instituto Nacional do Livro e da Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas.

### REQUISITOS BASICOS

Os requisitos básicos para que um município assumira o compromisso de ter Biblioteca-Pólo foram indicados pelo plenário da Reunião Preparatória de junho do ano passado e pelo I Encontro de Bibliotecas Públicas. Mas não são requisitos de caráter definitivo. Para acionar o trabalho de modernização e avaliação das Bibliotecas Municipais as propostas terão de receber primeiro o apoio do povo, do pessoal de trabalho na Biblioteca e, principalmente, dos prefeitos municipais. Da união dessas três forças, combinadas às condições políticas e econômicas dos municípios, surgirão as Bibliotecas-Pólo, com o compromisso de receber os recursos que serão alocados pela Secretaria de Cultura e de liderar o trabalho a ser feito, em nível das comunidades vizinhas.

O repasse de recursos, a compra de equipamentos e as condições para assumir as Bibliotecas-Pólo estão sendo definidos em convênios elaborados pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Cultura, e serão discutidos com as prefeituras municipais. Tendo em vista, o interesse de várias prefeituras municipais em assumir as Bibliotecas-Pólo, os órgãos estaduais competentes já estão recebendo muitas propostas para viabilizar os convênios.

Apesar do grande número de bibliotecas existentes no Estado, o seu desempenho, todavia, permanece insatisfatório. A maioria delas não conta com recursos humanos suficientes; há falta de bibliotecários formados; os recursos materiais e as verbas são mal distribuídos. Os acervos são quase sempre compostos aleatoriamente, sem a devida seleção qualitativa e consulta ao público. Estes e outros fatores contribuem para um atendimento deficiente ao público, trazendo em decorrência a pouca valorização também em nível de Governo e de opinião pública, mesmo que seus serviços, em princípio, sejam considerados como indispensáveis à comunidade.

### AGÊNCIAS DE INFORMAÇÃO

Com a criação da Secretaria de Cultura, as bibliotecas vêm sendo reestudadas e revalorizadas enquanto agências de democratização da informação. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas reunirá as instituições antes dispersas e agirá formando uma rede, permutando planos e linhas de ação, e desenvolvendo projetos de cooperação mútua, para que gradativamente cada uma delas possa assumir seu papel de centro cultural das comunidades mineiras.

Conquanto a proposta inicial das Bibliotecas-Pólo seja para atingir a 30 cidades consideradas vertentes culturais do Estado, é meta do Governo, a ser alcançada nos próximos anos, implantar esse tipo de biblioteca em 79 cidades mineiras, subdivididas em 15 micro-regiões.

### SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIOS SEDE DE BIBLIOTECAS PÓLO  
CIDADES VERTENTES-MUNICÍPIOS INTEGRADOS

Legenda  
● Sede do Sistema  
□ Bibliotecas Pólo/Cidades Vertentes  
• Municípios Integrados

Fonte: BIBLIOTECAS..., 1986a, p.11

Figura 4 - Notícia no Diário Oficial sobre a criação de Bibliotecas-Pólo em MG, 25 setembro de 1986.

MINAS GERAIS Noticiário Quinta-feira, 25 de setembro de 1986 - 5

# Bibliotecas-Pólo, a fórmula para descentralizar a cultura

*Texto de Ana Rosa dos Santos*

Numa promoção da Secretaria da Cultura a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, dirigida por Laís Corrêa de Araújo Avila e a Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas, sob coordenação da diretora bibliotecária Maria de Lourdes Côrtes Romanelli estarão promovendo nesta sexta-feira, às 10 horas no gabinete do secretário da Cultura no Palacete Dantas/Praça da

Liberdade, 317 - a oficialização das Bibliotecas-Pólo e repasses financeiros aos municípios, abrindo oficialmente o 1º Encontro de Bibliotecas-Pólo do Estado de Minas Gerais, sendo esta uma proposta pioneira da Diretoria de Bibliotecas Públicas no Estado de Minas. Na oportunidade serão entregues os primeiros recursos financeiros vindos do Ministério da Cultura, no valor de Cz\$ 400 mil, que serão repassados através de convênios pela Secretaria da Cultura para as Bibliotecas-Pólo dos seguintes municípios: Montes Claros, Uberaba, Uberlândia, Poços de Caldas, Divinópolis, São João del-Rei, Juiz de Fora e Governador Valadares.

*Espera-se ainda que este encontro seja um momento de integração, intercâmbio cultural, troca de experiências, objetivando estabelecer diretrizes do trabalho conjunto das Bibliotecas-Pólo e da Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas e, oportunamente realizar entrega de obras doadas pelo Circulo do Livro, além de outros materiais. Os objetivos básicos serão:*

- Definição de planos de ação conjunta a partir da oficialização das Bibliotecas-Pólo;
- Estudo da aplicação dos recursos recebidos pelas Bibliotecas-Pólo;
- Oficialização do data do início dos trabalhos do Sistema de Bibliotecas-Pólo a nível regional, organizando um calendário de promoções do sistema. O programa será aberto pelo secretário da Cultura J. D'Ángelo, com a presença dos seus assessores imediatos, da superintendente da Biblioteca Pública Estadual, Laís Corrêa de Araújo Avila, da diretora de Assistência a Bibliotecas Públicas, Maria de Lourdes Côrtes Romanelli e equipe. Na oportunidade estarão presentes os prefeitos dos municípios das Bibliotecas-Pólo, dos representantes das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e dos bibliotecários dos municípios envolvidos no sistema. Pelas Bibliotecas-Pólo deverá falar a bibliotecária Irenilda Cavalcante, de Juiz de Fora.

*Com a implantação das bibliotecas-pólo, o interior vai ter mais facilidade de divulgar a leitura*



## Construção e reforma de prédios é a preocupação

Um dos mais constantes problemas dos municípios mineiros está nos prédios onde se acham as Bibliotecas Públicas Municipais e mesmo as bibliotecas de escolas e faculdades, que são construídos ou adaptados sem um levantamento prévio dos padrões mínimos existentes relativamente a peso de livros, jornais e revistas, e outras características das áreas necessárias para a constante expansão de novos serviços para o público. Como reprogramar espaços para aumento irreversível dos acervos? Onde instalar serviços de microfilmagem? Como atender crianças e jovens, criando áreas adequadas e seus interesses e atividades? Como e onde fazer ser Braille que atenda aos cegos e deficientes visuais da comunidade? Como devem ser as salas

pas que permitam acesso a Bibliotecas também aos outros deficientes físicos? O que fazer para enfrentar as constantes ameaças de incêndio nas bibliotecas e arquivos? Como retornar o prédio colonial tombado pelo patrimônio ou adaptar a antiga fábrica de tecidos para ser uma Biblioteca Pública, centro de informação e convivência cultural da comunidade?

Preocupados com estas questões os alunos e professores do Curso de Pós-Graduação em Administração de Bibliotecas da Escola de Biblioteconomia da UFMG programam o 1º Seminário de Construção e Reforma de Prédios de Bibliotecas que acontecerá em Belo Horizonte, na Escola de Biblioteconomia, de 6 a 20 de outubro próximo.

A iniciativa é inédita em todo o País e contará com

a colaboração de professores, arquitetos, bibliotecários, sociólogos e outros profissionais num esforço conjunto para discutir os problemas já levantados e outros que forem surgindo, trazidos pelos participantes.

O programa prevê aulas e discussões pela manhã e grupos de estudo à tarde, com ampla integração de todos. Os temas básicos serão: - Planejamento do Edifício de Bibliotecas; - Integração com o arquiteto; - Índices de ocupação de espaços; - Diminuição e racionalização; - Materiais arquitetônicos; - Manutenção; - Reforma e Preservação; - Aspectos políticos e ambientais; - Análise de projetos.

A taxa de inscrição é de Cz\$ 550,00 por pessoa para despesas com material, estando aberta a participação de bibliotecários, arquitetos urbanistas, secretários municipais de educação e cultura da Capital, do interior e de outros Estados.

Mais informações podem ser obtidas com a bibliotecária e professora Irlis Palm, diretora do Curso de Pós-Graduação da Escola de Biblioteconomia da UFMG/Campus Universitário - Pampulha - Prefeitura da UFMG pelo telefone (031) 443-3666 ou com a bibliotecária Lourdes Romanelli, na Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas da Biblioteca Pública Estadual, Praça da Liberdade, 21 - 3º andar - Fone: (031) 337-1864.

## No 1º Encontro surgem os planos de trabalho

No 1º Encontro de Bibliotecas Públicas realizado em Belo Horizonte em novembro de 1985 foram estabelecidos os linhas básicas de ação das primeiras Bibliotecas-Pólo, com a participação de 120 representantes dos municípios de Minas Gerais. No plenário e nos grupos de estudo que então se formaram prefeitos, secretários de Cultura, bibliotecários, professores, diretores de escolas e funcionários e animadoras culturais trocaram experiências e foram as propostas que começaram agora a ser colocadas, com a criação das oito primeiras Bibliotecas-Pólo do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

No transcurso dessas reuniões foram discutidas e aprovadas as seguintes propostas: 1 - Mapeamento das necessidades prioritárias de assistência técnica; 2 - realização de cursos de treinamento de pessoal e orientação quanto a cursos de especialização, se necessário; 3 - implantação de cursos de extensão cultural através das Bibliotecas Municipais; 4 - planejamento, execução e avaliação das atividades, a nível de Sistema Estadual; 5 - divulgação de informações de interesse regional, utilizando todos os meios de comunicação existentes na região; 6 - análise colaborativa com as bibliotecas públicas dos municípios vizinhos; 7 - viabilização de projetos de planejamento e execução de construção e reforma de prédios das Bibliotecas-Pólo; 8 - implantação do projeto de extensão bibliotecária (cursos, biblioteca, biblioteca-ranais e salas-estantes) para atendimento aos públicos de bairros afastados da sede, de zonas rurais, praias, idosas e outros usuários especiais.

Compõe as Bibliotecas-Pólo atuais conjuntamente com a coordenação geral do Sistema e com as Bibliotecas Públicas Municipais situadas nos municípios sede, formando, assim um subsistema regional, porém sempre com programação coerente com as possibilidades de cada município e sociedade.

O rito de ação da Biblioteca-Pólo também será definido de acordo com as possibilidades e peculiaridades de cada uma delas. Em primeiro os municípios pólo já foram estudados e mapeados pelo Sistema e pela Secretaria de Cultura. Desde então resultou a identificação de 79 cidades em torno dos municípios-pólo. Prevê-se, portanto uma

ampla interação dos recursos destes municípios também na área de serviços de informação e bibliotecários, contraindicações para que possam ser traçados projetos e planos comuns de ação a médio e longo prazo.

Os planos comuns a serem propostos, serão desenvolvidos com a participação de cada Biblioteca Municipal e de cada Biblioteca-Pólo procurada atender características de seu região, de acordo com as lideranças comunitárias e Conselhos de Biblioteca que permitiram sua integração com a comunidade.

Os requisitos básicos, para que um município assumisse o compromisso de ser Biblioteca-Pólo, foram indicados pelo plenário de reunião preparatória de junho do ano passado no 1º Encontro de Bibliotecas Públicas. Estes não são requisitos de caráter definitivo, podendo ser mudados de acordo com as próprias especificações que estão sendo feitas. Para atuar o trabalho de modernização e avaliação das Bibliotecas Municipais, as propostas terão de receber em primeira lugar o apoio do povo, do pessoal de trabalho na Biblioteca, e, principalmente, dos prefeitos municipais. De onde devem ir as forças, combatidas as condições políticas e econômicas dos municípios surgiram as Bibliotecas-Pólo como o compromisso de receber os recursos que serão alocados pela Secretaria de Cultura e de liderar o trabalho a ser feito a nível das comunidades vizinhas.

Os repasses financeiros para compra de equipamentos e as condições para que as funcionários possam assumir as Bibliotecas-Pólo serão definidas em convênios elaborados pela Assessoria Jurídica da Secretaria da Cultura, discutidos com os prefeitos municipais. Tendo em vista o interesse de várias cidades em assumir as Bibliotecas-Pólo, a Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas tem recebido muitas propostas para viabilizar outros convênios, no próximo ano.

O repasse das primeiras verbas também será definido de acordo com as possibilidades e peculiaridades de cada uma delas. Em primeiro os municípios pólo já foram estudados e mapeados pelo Sistema e pela Secretaria de Cultura. Desde então resultou a identificação de 79 cidades em torno dos municípios-pólo. Prevê-se, portanto uma

Fonte: BIBILOTecas..., 1986b, p.5

Figura 5 - Notícia em jornal regional sobre a criação de Bibliotecas-Pólo em MG, 27 setembro de 1986.

Revista NACIONAL RN 409 - DT 27/09/86

## A implantação das primeiras Bibliotecas-Pólo de Minas

Durante a cerimônia de implantação das oito primeiras Bibliotecas-Pólo de Minas Gerais, ontem cedo no salão nobre da Secretaria de Estado da Cultura, quando os prefeitos de Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora, Poços de Caldas, São João del-Rei, Uberaba e Uberlândia receberam o repasse da primeira parte da verba (Cz\$ 50 mil e também 400 livros para cada Biblioteca-Pólo), o secretário da Cultura, Jota D'Angelo, enfatizou aos presentes o conceito de cultura como "um processo coletivo, da responsabilidade do poder público, da iniciativa privada e da participação da comunidade".

O secretário fez um apelo aos prefeitos presentes, no sentido de "resgatar a cultura pensando nas manifestações da cultura popular e das periferias, isto é, um bem cultural existente em todas as camadas sociais que deve ser exercido por toda a comunidade, apoiada e estimulada pelas Prefeituras Municipais, pois só assim o povo se sentirá participante do processo cultural".

A diretora da Biblioteca Pública Estadual, Lais Corrêa de Araújo, destacou o papel de descentralização que exercerão as Bibliotecas-Pólo, "reabilitando as Bibliotecas Públicas Municipais como espaços de informação e convivência, através da integração dos municípios vizinhos". Em nome dos prefeitos municipais, discursou o médico Cid Valério, da cidade de São João del-Rei, salientando "a tradição da Biblioteca Municipal de sua cidade, como das mais antigas, bem frequentada e possuidora de obras raras". Com a criação das Bibliotecas-Pólo acrescentou — esses recursos, embora

ainda pequenos, permitirão à grande massa dessas oito cidades contempladas aumentar a instrumentalização e democratização da cultura, irradiando a leitura e desenvolvendo a consciência crítica da realidade em seus leitores.



A diretora da Biblioteca Pública Estadual, Lais Corrêa de Araújo, durante a cerimônia de implantação das oito primeiras Bibliotecas-Pólo

Fonte: A IMPLANTAÇÃO..., 1986, p.

Figura 6- Notícia no Diário Oficial sobre a criação de Bibliotecas-Pólo em MG, 30 setembro de 1986.

MINAS GERAIS Noticiário Terça-feira, 30 de setembro de 1986 — 7

## Cultura repassa recursos às Bibliotecas-Pólo do interior

**MOVIMENTO CULTURAL**

Secretaria da Cultura

Durante a cerimônia de implantação das oito primeiras Bibliotecas-Pólo de Minas Gerais, realizada na sexta-feira passada, no salão nobre da Secretaria da Cultura, quando os prefeitos das cidades de Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Juiz de Fora, Poços de Caldas, São João del-Rei, Uberaba e Uberlândia receberam o repasse da primeira parte da verba (Cz\$ 50 mil e também 400 livros para cada Biblioteca-Pólo), o secretário da Cultura, professor Jota D'Angelo, enfatizou aos presentes o conceito de cultura como "um processo coletivo, da responsabilidade do poder público, da iniciativa privada e da participação da comunidade". O secretário Jota D'Angelo fez um apelo

aos prefeitos presentes, no sentido de "resgatar a cultura pensando nas manifestações da cultura popular e das periferias, isto é, um bem cultural existente em todas as camadas sociais que deve ser exercido por toda a comunidade, apoiada e estimulada pelas prefeituras municipais, pois só assim o povo se sentirá participante do processo cultural". A diretora da Biblioteca Pública Estadual, Lais Corrêa de Araújo, falou no

papel de descentralização que exercerão as Bibliotecas-Pólo, "reabilitando as Bibliotecas Públicas Municipais como espaços de informação e convivência, através da integração dos municípios vizinhos". Em nome dos prefeitos municipais, discursou o médico Cid Valério, da cidade de São João del-Rei, salientando "a tradição da Biblioteca Municipal de sua cidade, como das mais

antigas, bem frequentada e possuidora de obras raras". Com a criação das Bibliotecas-Pólo — acrescentou Cid Valério — "esses recursos, embora ainda pequenos, permitirão à grande massa dessas oito cidades contempladas aumentar a instrumentalização e democratização da cultura, irradiando a leitura e desenvolvendo a consciência crítica da realidade em seus leitores".



Jota D'Angelo entregou aos oito prefeitos verba para as Bibliotecas-Pólo

Fonte: CULTURA..., 1986, p.7



A primeira fase do projeto contou com a visita das equipes das bibliotecas-pólo nos municípios que tivessem interesse em se integrar ao projeto, para coletar dados sobre a situação da biblioteca (recursos, acervo, funcionamento, estrutura administrativa, etc.). Houve também iniciativas de sensibilização e esclarecimento junto às autoridades, com o intuito informar a importância das bibliotecas públicas para as comunidades. No ano de 1986 ocorreram **encontros regionais das bibliotecas-pólo nos municípios de Juiz de Fora, Governador Valadares, Divinópolis e Uberlândia**. A morosidade, devido à burocracia, para repasse das verbas, foi uma reclamação da administração da época.

#### **4.3 Governador: Newton Cardoso (15/03/1987 a 15/03/1991)**

Newton Cardoso assumiu o governo de Minas com o que chamou de Programa de Metas, prometendo que iria modificar a face de Minas Gerais (REIS, 2008).

No quadro abaixo figuram os secretários de estado da cultura e a superintendente de bibliotecas públicas.

**Quadro 3 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Newton Cardoso**

<b>Secretários</b>	Angela Gutierrez (1987 – 1988) Alúcio Teixeira Garcia (1988 – 1989) Fernando Soares Paz (1989 – 1990) Elvécio Queiroz Guimarães (1990)
<b>Superintendente</b>	Célia Maria Fulgêncio (1987 – 1990)

Fonte: Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Durante a gestão do governador Newton Cardoso, mudanças no Instituto Nacional do Livro influenciaram diretamente a atuação estadual.

Em 1987, o INL e a Biblioteca Nacional passam a constituir a Fundação Nacional Pró-Leitura, através da Lei 7.624. O INL passa a definir, em seu regimento, a finalidade de incentivar a criação, o desenvolvimento e a difusão de bibliotecas no País, tendo como função, promover o uso dos acervos (promoção da leitura). A partir de então, o INL passou a equilibrar melhor as funções de armazenamento e disseminação das bibliotecas. Os SEBPs se fortaleceram, descentralizando-se o processo de seleção e incluindo periódicos entre as doações às bibliotecas (PAIVA, 2008, p.41).

Com a ampliação da proposta de atuação das bibliotecas públicas em 1988, o Sistema Estadual, auxiliado por recursos federais, cria o projeto **Coleções básicas de referência para bibliotecas municipais**, que foi viabilizado por meio da assinatura de convênios com 52 prefeituras. Foram priorizadas as bibliotecas da região norte e nordeste de Minas Gerais. O projeto consistia na aquisição de livros de referência e a posterior realização de um curso de capacitação, com o intuito de treinar os funcionários destas bibliotecas a atenderem às necessidades de informação e pesquisa das comunidades. Ainda em 1988 foi realizado o **1º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Grande BH** e o **2º Encontro das bibliotecas-pólo de Minas Gerais**.

Em 1989 começa a ser estruturado o projeto **Criação e ativação das bibliotecas públicas municipais em Minas Gerais**, com o objetivo de que todos os municípios mineiros tivessem sua biblioteca pública municipal. A criação do referido projeto foi um desdobramento das ações do Ano da Biblioteca Pública (1989), estabelecido pelo Ministério da Cultura (MINC) e INL, no qual Minas Gerais, por ser o estado com o maior número de bibliotecas públicas, foi o primeiro a receber investimentos.

A intenção do projeto era criar 174 unidades e ativar 34. O projeto foi financiado pelo INL. A seleção de livros foi realizada em Brasília, com a participação de

uma bibliotecária de Minas Gerais na comissão. O INL também financiou 100 bolsas de estágio de Biblioteconomia, para a organização das bibliotecas contempladas. Todos os trâmites do projeto foram formalizados por meio de Termo de Cooperação Técnica e Convênio. Em junho de 1989 o então Secretário de Estado de Cultura, Fernando Paz, enviou um convite aos prefeitos para o **Encontro Mineiro de prefeitos para criação de bibliotecas públicas municipais**. O encontro aconteceu em Belo Horizonte, entre os dias 13 e 14 de junho de 1989, como consta no folder de divulgação na Figura 7.

**Figura 7 - Folder do Encontro Mineiro de Prefeitos para criação de Bibliotecas Públicas, julho de 1989.**

**ENCONTRO MINEIRO DE PREFEITOS PARA CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA  
APORC INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO - INL  
MINAS GERAIS GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA**

DIA 13 DE JULHO, QUINTA-FEIRA	DIA 14 DE JULHO, SEXTA-FEIRA
<p><b>De 8h às 12h</b> Inscrição e distribuição de material. Visita orientada à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.</p> <p><b>14h</b> Apresentação do vídeo institucional da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.</p> <p><b>15h</b> <b>ABERTURA</b> Excm. Sr. Dr. Newton Cardoso — Governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p><b>CONFERENCISTA</b> Fernando Soares Paz — Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais.</p> <p><b>TEMA</b> A Secretaria de Estado da Cultura e o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.</p> <p><b>CONFERENCISTA</b> Embaixador Wladimir Maranhão — Diretor da Fundação Nacional Pró-Letura e do Instituto Nacional do Livro.</p> <p><b>TEMA</b> O INL e o Ano da Biblioteca Pública.</p> <p><b>CONFERENCISTA</b> João Jesus Pires Loureiro — Secretário de Estado da Cultura do Pará.</p> <p><b>TEMA</b> Análise e adoção de um projeto nacional que promova o surgimento de uma sociedade leitora.</p> <p><b>17h</b> Assinatura dos convênios.</p>	<p><b>8h30m</b> <b>CONFERENCISTA</b> Célia Maria de Oliveira Fulgêncio — Superintendente da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.</p> <p><b>TEMA</b> O papel da biblioteca pública nos nossos dias.</p> <p><b>CONFERENCISTA</b> Maria Cecília Diniz Nogueira — Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG.</p> <p><b>TEMA</b> Biblioteca pública: leitura, informação e expressão cultural.</p> <p><b>CONFERENCISTA</b> Maria de Lourdes Côrtes Romaneli — Assessora da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.</p> <p><b>TEMA</b> Biblioteca pública — ação cultural na comunidade.</p> <p><b>De 10h às 12h</b> Debates.</p> <p><b>De 14h às 16h</b> Entrega das coleções.</p>

Fonte: MINAS GERAIS, 1989

A comunicação com os municípios se mostrava difícil. Fato interessante foi encontrado no ofício (OF). 044 de 8 de junho de 1989, no qual a Superintendente Célia Fulgêncio solicitava à empresa Telecomunicações de Minas Gerais S/A (TELEMIG) o contato de 208 municípios que ainda não

possuíam biblioteca pública. Nota-se que a simples tarefa de telefonar para um município dependia de busca de informações por intermédio de outras instituições.

Ainda durante o governo de Newton Cardoso, outra grande mudança no contexto federal impactou diretamente as políticas estaduais. Com a eleição de Fernando Collor de Melo (15/03/1990 a 29/12/1992) para presidente da República, inúmeros órgãos públicos foram extintos, como comenta Paiva:

Através da Lei 8.028, em 12 de abril de 1990, é extinto o Ministério da Cultura e criada a Secretaria de Cultura, o que significou que “em nome da contenção de gastos e de descomprometimento do Estado com as demandas culturais, [...] as políticas culturais perderam o status de política ministerial” (IPEA, 2003, n.6, p.65). No mesmo dia doze de abril, o presidente Fernando Collor de Melo, através da Lei nº 8.02943 (BRASIL, 1990), extingue e dissolve várias entidades da administração Pública Federal, entre elas a Fundação Nacional Pró-Leitura, que continha o Instituto Nacional do Livro. Assim, através de um documento em que sequer figurava a sua sigla, é extinta a maior instituição governamental diretamente ligada ao livro, à leitura e às bibliotecas públicas na história do País, após 52 anos de existência: o INL (PAIVA, 2008, p. 71).

Em maio de 1990 a diretora da Diretoria de Assistência das Bibliotecas Públicas encaminhou aos prefeitos um ofício informando que o Plano Collor havia extinguido todos os órgãos de cultura, incluindo o INL. Desde esta época já se pode notar o importante papel articulador que o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas desempenhava entre as prefeituras e a União.

A falta de prioridade por parte das administrações municipais com relação à cultura e às bibliotecas é problema recorrente no contexto nacional. No início da década de 1990, em relatório encaminhado ao professor Luís Milanesi para contribuição à publicação “Informação Cultural”, esta realidade já era relatada pela Superintendente da ocasião, como mostra a passagem a seguir:

Um dos problemas mais graves com que as bibliotecas públicas municipais se defrontam é a falta de prioridade, por parte das

autoridades, com relação à cultura. Muitos prefeitos não destinam às suas bibliotecas uma verba anual, que permite a atualização do acervo, compra de mobiliário adequado e contratação de pessoal treinado para desempenho das funções.

No início do ano de 1991 a Superintendente Célia Maria Fulgêncio encaminhou ao antigo INL o cadastro das bibliotecas municipais e os dados de 1990. Infelizmente só foi encontrado o ofício de encaminhamento, mas não a listagem.

Dados coletados nas entrevistas demonstram a precariedade de recursos deste período.

Lembro da situação de carências de todo tipo que encontramos na Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Orçamento insuficiente para qualquer ação de sobrevivência e muito menos para melhoria, acervo desatualizado (acho que eram 10 anos sem compra), pessoal reduzido e muito insatisfeito, problemas de conservação física, várias infiltrações, sala de Multimeios fechada, etc. Diante desta situação procuramos estabelecer prioridades e buscar formas adequadas de ação para o momento [...] Procuramos órgãos do governo, inclusive a nível federal, para serem nossos parceiros. Conseguimos doações de equipamentos apreendidos pela Polícia Federal nos aeroportos [...] Procuramos agir para buscar outras fontes e maneiras de ação em relação ao serviço público, tão carente de recursos de todos os tipos. O Grupo Mineiro de Moda realizou alguns desfiles na Biblioteca em troca de recursos para compra de livros. (E4)

#### **4.4 Governador: Hélio de Carvalho Garcia (2º mandato: 15/03/1991 a 01/01/1995)**

Hélio Garcia voltou ao governo de Minas Gerais em 1991, para um segundo mandato.

No quadro a seguir figuram os secretários de estado da cultura e a superintendente de bibliotecas públicas.

**Quadro 4 – Gestores da SEC e SUB-MG do segundo mandato do governo Hélio Garcia**

<b>Secretários</b>	Celina Albano (1991 – 1993) Antônio Augusto Junho Anastasia (1994) Celina Albano (1994) Berenice Menegalli (1995 – 1996)
<b>Superintendente</b>	Rosa Maria Sousa Lanna (1991 – 1995)

Fonte: Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

No Governo Federal, Fernando Collor ainda estava na Presidência da República e criou a Lei Rouanet (nº 8.313 de 23 de dezembro) em 1991 (BRASIL, 1991), como um aperfeiçoamento da Lei Sarney. Paiva (2008) comenta criticamente a Lei explicitando seu viés mercadológico.

Ao contrário da intervenção do Estado em benefício do interesse público e coletivo (como ocorreu, em governos seguintes, exemplarmente em relação aos remédios genéricos, por exemplo), a Lei Rouanet preconiza a renúncia (não apenas fiscal), do Estado, de seus deveres, entregando-os liberalmente ao mercado. Como resultado dessa liberalidade, o setor privado brasileiro definiu as práticas da lei com suas regras de concentração, tanto em favor de grandes empresas como em favor do eixo Rio - São Paulo. Dessa forma, como política pública, a Lei Rouanet é falha, pois exime do Estado a produção do bem público através de normas para o conjunto da sociedade que beneficiariam os consumidores finais da cultura, e não os produtores - eternizando as diferenças entre os brasileiros, ao invés de trabalhar para diminuí-las (PAIVA, 2008, p. 73).

Neste mesmo ano teve início o projeto **Nossa Biblioteca**, patrocinado pela Fundação Roberto Marinho, de âmbito nacional. Tinha a finalidade de arrecadar livros, revistas e discos para os acervos das bibliotecas públicas municipais. A Diretoria de Assistência às Bibliotecas Públicas repassava informações para 48 municípios chamados polarizadores, que eram os responsáveis por disseminar

as informações em sua região. Informações advindas das entrevistas esclarecem o desenvolvimento deste projeto:

O “Projeto Nossa Biblioteca”, iniciado em 19-09-1991 e encerrado em 31-01-1992, foi considerado um sucesso. Patrocinado pela Fundação Roberto Marinho e coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, através da Superintendência de Bibliotecas Públicas, conseguiu atingir plenamente seus objetivos, sendo o resultado das doações recorde nacional: foram 270 mil doações. Em Minas Gerais contamos com o apoio de toda a comunidade e em especial da TV Globo, que se responsabilizou pela divulgação. [...] Os Postos Shell, as agências do Banco do Brasil e a Polícia Militar foram os parceiros locais que deram força ao Projeto. Houve uma grande sensibilização da comunidade com a participação da Fundação Clóvis Salgado, do grupo “O Corpo”, do Minas Tênis Clube, do Cruzeiro Esporte Clube, dos colégios públicos e particulares, dos escritores, ilustradores, editoras e artistas de renome, que participaram ativamente da campanha. Na capital e no interior a imprensa, o rádio e as outras redes de televisão se incorporaram ao projeto, que adquiriu então um caráter local e regional. Um mutirão de seleção e preparo do material coletado foi desenvolvido com a distribuição de parte do material coletado em Belo Horizonte repassado para os municípios que tiveram pouca doação. (E1)

Em relatório de avaliação do projeto, a administração da Superintendência de Bibliotecas Públicas entendeu que, maior que o enriquecimento dos acervos das bibliotecas, o maior resultado foi o envolvimento da comunidade em uma ação de valorização do patrimônio público. (MINAS GERAIS, 1992).

Uma ação importante desenvolvida pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa no início da década de 1990 era o de **Biblioteca Laboratório**. Os auxiliares das bibliotecas municipais eram convidados a participar de um estágio na instituição, com o objetivo de se capacitar nos assuntos relacionados à organização e dinamização dos serviços prestados ao público. A carga horária era de oito horas diárias, durante três dias. Desta maneira, a Biblioteca Luiz de Bessa cumpria seu papel de biblioteca modelo para os demais municípios e também formadora de pessoal para elas.

No ano de 1991 foi realizada a **Jornada Mineira de bibliotecas públicas e escolares/Encontro das bibliotecas-pólo**, promovida pela Escola de

Biblioteconomia da UFMG e pela Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Deste encontro foram retiradas propostas para serem encaminhadas ao Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Educação e da Cultura. Entre as propostas para as bibliotecas escolares destaca-se:

Formação de uma comissão com a participação do CBR-6ª Região e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais para assegurar e subsidiar a reativação da Diretoria Estadual de Bibliotecas Escolares da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Que seja repensada e reposicionada a biblioteca escolar como parte integrante da ação pedagógica e que isto transpareça na estrutura administrativa da escola (a biblioteca integrante a área pedagógica) no planejamento participativo biblioteca-sala de aula e nas ações realizadas (MINAS GERAIS, 1991).

Nota-se que as demandas suscitadas na Jornada em relação às bibliotecas escolares em 1991 continuam bastante atuais. As bibliotecas escolares das escolas estaduais ainda hoje não contam com uma diretoria que coordene seus trabalhos e também, em muitos casos, não é considerada como parte integrante e primordial do projeto pedagógico das escolas.

Na Jornada Mineira de bibliotecas públicas e escolares, no que se refere às bibliotecas públicas, destacam-se as metas:

Sensibilizar os poderes e lideranças comunitárias a favor da ação das Bibliotecas como fatores básicos do desenvolvimento do indivíduo.

Estabelecer convênio entre Estado, as Bibliotecas Polo e as Prefeituras integradas visando assegurar o repasse de recursos e assistência técnica necessária à integração.

Buscar o apoio da Secretaria de Estado da Cultura para criar uma rubrica orçamentária e obter recursos do Tesouro Estadual e de outras fontes financiadoras que permitam a Superintendência de Bibliotecas Públicas realizar seu projeto de interiorização via bibliotecas municipais e via bibliotecas polo.

Enfatizar junto à Fundação Biblioteca Nacional a necessidade de apoio e recursos para o Sistema de Bibliotecas de Minas Gerais e providenciar mecanismos que assegurem a correta aplicação dos recursos por ela repassados.



As questões relacionadas à sensibilização das prefeituras e comunidades quanto à importância das bibliotecas públicas continuam um tema atual. Outra proposição a ser destacada se refere aos recursos orçamentários, no qual é proposta a criação de rubrica específica para as ações do Sistema Estadual e também a solicitação de apoio do Governo Federal por meio da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e SNBP.

Em agosto de 1992 a Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado da Cultura organizaram um fórum chamado **Fórum técnico documentação e informação: arquivos, bibliotecas e museus**, que tinha o objetivo de fornecer subsídios à legislação complementar relativa a arquivos, bibliotecas e museus para a criação da política cultural das áreas. Este foi um passo importante para as políticas culturais de Minas Gerais pois. Após a realização do Fórum, alguns decretos e leis seriam promulgados, baseados nas discussões deste evento.

Em 1993 o projeto **Check-livro** começou a ser desenvolvido em Minas Gerais. Utilizava recursos da FBN/SNBP e tinha o objetivo de atualizar os acervos das bibliotecas públicas municipais, por meio de repasse de dinheiro, para que os responsáveis pelas bibliotecas escolhessem os livros. Um dos relatos retirados das entrevistas demonstrou o volume de recursos aportado para o projeto, que também foi noticiado na imprensa, como ilustrado na Figura 8:

Em janeiro de 1993 a Secretaria de Estado da Cultura anunciou a previsão de repasse de [...] milhões de cruzeiros para as bibliotecas Públicas do Estado. O órgão considera a ação das bibliotecas um fator básico para a sua atuação, tanto na capital quanto no interior. (E1)

**Figura 8 - Notícia em jornal regional sobre projeto Check-livro, 25 de outubro de 1993**



Fonte: ESTADO..., 1993, p.

No ano de 1994 a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) avança em sua legislação e reorganiza sua estrutura por meio da Lei 11.714 de 26 dez. 1994, no qual é criada oficialmente a Superintendência de Bibliotecas Públicas. A Lei 11.726 de 30 dezembro de 1994 que dispõe sobre a Política Cultural do Estado, normatizou os objetivos e ações da nova Superintendência, com foco, especialmente, na dinamização da rede de bibliotecas-pólo:

Art. 41 - O Estado desenvolverá ações voltadas para a dinamização das atividades das bibliotecas públicas em todo o território mineiro, com os objetivos de:

I - incentivar a criação e a expansão, bem como garantir a manutenção dos serviços bibliotecários no Estado;

II - promover a articulação intermunicipal e interregional das bibliotecas públicas, por meio da ação das bibliotecas-pólo regionais;

III - promover a expansão e a atualização do acervo das bibliotecas públicas;

IV - incentivar a informatização e promover a implantação de novas tecnologias no armazenamento e gerenciamento de informações bibliográficas.

Parágrafo único - Considera-se biblioteca-pólo regional a biblioteca municipal que se situe em município de influência regional no Estado e que tenha função destacada, nos termos de regulamentação (MINAS GERAIS, 1994).

Com a institucionalização da Lei que organizou a SEC e indicou as competências do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, a SUB convidou os prefeitos das cidades onde haviam as bibliotecas-pólo para se reunirem em Belo Horizonte, com o intuito de apresentar os resultados de 1984 a 1994 e discutir os rumos da atuação destas bibliotecas. O **IV Encontro das bibliotecas-pólo** aconteceu no dia 02 de dezembro.

Ainda em 1994 a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa dá um importante passo para sua autonomia financeira e participação social, quando cria a Associação de Amigos da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (SABE). Esta Associação, que se configura como uma associação civil, de direitos privados, sem fins lucrativos, tem em um de seus objetivos “incentivar e viabilizar a criação de bibliotecas nos municípios do interior mineiro” (CESARINO, 2006, p. 108). Desde esta época, vem atuando como a grande proponente e gestora dos projetos culturais da SUB, colaborando com avanços importantes na Biblioteca Estadual e nas bibliotecas municipais.

No âmbito nacional deste período, o presidente interino Itamar Franco, que assumiu o governo federal após o impeachment do presidente Collor, recriou o Ministério da Cultura, que retomou timidamente suas ações. No entanto, como comenta Paiva (2008), o Proler continuava atuante pela Fundação Biblioteca Nacional. Em Minas Gerais, este mesmo órgão, juntamente com a Secretaria de Estado da Cultura e a Prefeitura Municipal de Muriaé promoveram o **Seminário de Ação Cultural: Promoção da Leitura e organização de Bibliotecas**

**Públicas.** O Seminário tinha o objetivo de sensibilizar as lideranças comunitárias para a promoção da leitura.

#### 4.5 Governador: Eduardo Brandão de Azeredo (01/01/1995 a 01/01/1999)

Ao tomar posse como Governador Eduardo Azeredo criou novas secretarias, mas sem alterar a estrutura da Secretaria de Cultura.

No quadro a seguir figuram os secretários de estado da cultura e os superintendentes de bibliotecas públicas.

#### Quadro 5 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Eduardo Azeredo

<b>Secretários</b>	Berenice Menegalli (1995 – 1996) Amílcar Martins (1997 – 1998) Octávio Elísio Alves de Brito (1998)
<b>Superintendentes</b>	Maria de Lourdes Côrtes Romanelli (1995 – 1997) Maria de Nazareth Souto Maior Filizzola (1997 – 2000)

Fonte: Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Durante seu mandato, não foram muitos os dados encontrados sobre a atuação do Estado em relação às bibliotecas públicas mineiras. O projeto **Janelas da Leitura** foi um dos poucos realizados naquele ano. Por iniciativa da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenado pela professora Maria Cecília Diniz Nogueira, o projeto previa a criação de serviços de extensão nas bibliotecas públicas, realizando uma parceria entre a UFMG, SEC e prefeitura municipal.

No mês de outubro de 1996 foi realizado o **V Encontro de Bibliotecas-Pólo**, que aconteceu dentro da II Bienal do Livro e da Cultura de Uberlândia.

Durante a gestão de Azeredo, a Secretaria de Estado da Cultura passou por várias normatizações, reestruturando suas competências e definindo parâmetros para o incentivo de projetos culturais por meio de isenção fiscal.

Foi durante seu mandato que o prédio da Rua da Bahia, nº1889, em Belo Horizonte, que inicialmente seria um anexo da Secretaria de Estado de Fazenda, foi destinado à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa para ser seu anexo, em substituição à conclusão dos três pavimentos restantes do projeto original do prédio de Oscar Niemeyer na Praça da Liberdade. As reformas se iniciaram no final da década de 1990 e o prédio foi inaugurado no ano de 2000, sendo denominado Anexo Professor Francisco Iglésias.

No Brasil, Fernando Henrique Cardoso iniciava seu primeiro mandato como Presidente da República. Com a recriação do Sistema Nacional de Bibliotecas no governo anterior, Fernando Henrique criou os programas **Uma biblioteca em cada município**, em 1996 e **Livro Aberto**, com a meta de criar uma biblioteca em cada município brasileiro.

O Objetivo do Programa “Uma biblioteca em cada município” era implantar bibliotecas públicas em municípios que não as possuíam, através de convênios com as prefeituras municipais. [...] O Programa Livro Aberto, por sua vez, tem por meta aumentar e melhorar bibliotecas públicas e escolares, fomentando a parceria com municípios, na formação de novas bibliotecas e qualificando e treinando profissionais na área, renovando acervos e promovendo campanhas de leitura (PAIVA, 2008, p. 81).

Ambos os projetos tiveram impacto nas bibliotecas mineiras. Em 1998 iniciou-se o repasse de recurso por meio de convênio entre o Ministério da Cultura e as prefeituras. Foram encontrados extratos dos convênios com as prefeituras de Viçosa e Carmésia.

#### 4.6 Governador: Itamar Augusto Cautiero Franco (01/01/1999 a 01/01/2003)

Quatro anos após deixar a Presidência da República, Itamar Franco assume o governo mineiro.

No quadro abaixo figuram o secretário de estado da cultura e as superintendentes de bibliotecas públicas.

**Quadro 6 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Itamar Franco**

<b>Secretário</b>	Angelo Oswaldo de Araújo Santos (1999 – 2002)
<b>Superintendentes</b>	Maria de Nazareth Souto Maior Filizzola (1997 – 2000) Maria Augusta da Nóbrega Cesarino (2000 – 2008)

**Fonte:** Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Em âmbito federal, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Ciência e Tecnologia, lançaram o Programa Sociedade da Informação (SocInfo). O projeto foi regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 3.294 de 15 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999a), e tinha como objetivo “conceber, fomentar articular e integrar ações visando a formação de um novo ciclo de infra-estrutura e serviços de internet no Brasil” (BRASIL, 1999b).

Todas as proposições do programa foram consolidadas e detalhadas no Livro Verde da Sociedade da Informação (TAKAHASHI, 2000). Uma das ações concretas propostas no Livro Verde com relação às bibliotecas era a interconexão à internet de todas as bibliotecas públicas do país. Paiva faz uma crítica ao programa ao afirmar que:

De um modo geral, as ações colocadas pelo governo para a Sociedade da Informação são um equívoco, pois muitas vezes restringem-se a uma “vulgarização da Internet”, como se a ligação física à rede fosse nos redimir de toda uma história de desigualdade e exclusão, ignorando o que seja, realmente, a informação e sua função na sociedade (PAIVA, 2008, p.84).

Em 2001 o **Programa Bibliotecas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)**, ação do SocInfo, realizou um grande cadastramento das bibliotecas públicas de Minas Gerais por meio do envio de questionários. Todas as ações realizadas entre o Programa e os municípios foram intermediadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas.

Concomitantemente, em Minas Gerais, durante o mandato do governador Itamar Franco, a Superintendência de Bibliotecas Públicas realizou, de 27 a 29 de junho de 2001 o **3º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Zona da Mata**, em Juiz de Fora, e em 21 de julho de 2001, o **Encontro Regional das bibliotecas públicas municipais do Sul de Minas**, na cidade de Lambari.

Apesar da reforma do prédio Anexo Professor Francisco Iglésias ter se iniciado no governo anterior, de Eduardo Azeredo, a mudança efetiva para o prédio ocorreu no ano de 2000, já no mandato de Itamar Franco, sob a coordenação do Secretário de Estado de Cultura Angelo Oswaldo e da Superintendente de Bibliotecas Públicas Maria Augusta da Nóbrega Cesarino.

Em setembro de 2000, o Anexo da Biblioteca abre efetivamente suas portas ao público. Recebe por indicação de Amílcar Martins, a denominação de Anexo Professor Francisco Iglésias, em homenagem ao eminente historiador e intelectual mineiro, cuja obra marcou a pesquisa histórica brasileira e se destacou por seu conteúdo e estilo literário (CESARINO, 2006, p. 36).

Foi também no início dos anos 2000 que teve início o projeto de modernização da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e o projeto de informatização do acervo e serviços da mesma.

A partir de 2001 a informatização recebeu forte impulso. Foi estabelecida a política de informatização da Instituição, definidos softwares, equipamentos, metodologias. Recursos humanos foram contratados e treinados. O programa se desenvolveu com recursos orçamentários e recursos advindos da iniciativa privada através de projetos aprovados junto às leis de incentivo (CESARINO, 2006, p. 38).

Nota-se que, neste período, poucas foram as ações e projetos voltados para as bibliotecas do interior. Grande parte dos esforços e investimentos disponíveis foram voltados para a reestruturação e modernização da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Informações retiradas das entrevistas retratam a escassez de recurso do período.

O Angelo deu muito valor (às bibliotecas). Acho que foi importante, não tinha dinheiro nenhum. Tudo, tudo o que nós fizemos do estado, nesse período, foi com recursos de incentivo. (E3)

Com relação às bibliotecas públicas do interior de Minas Gerais, uma ação importante evidenciada na legislação do período foi a doação de imóveis do Estado aos municípios para fins de criação de bibliotecas públicas municipais. A Lei 14.496 de 17 dezembro 2002, por exemplo, “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica, à implantação de biblioteca pública” (MINAS GERAIS, 2002). Esse parece ser um recurso interessante para incentivar a criação de bibliotecas públicas, na medida em que se configura como um incentivo a mais aos municípios, caso todos os outros concernentes à importância das bibliotecas não sejam suficientes.



#### 4.7 Governador: Aécio Neves da Cunha (Mandato - 01/01/2003 à 31/03/2010)

Em janeiro de 2003 tomou posse como governador do Estado de Minas Gerais o candidato Aécio Neves que, somando com a reeleição, ficaria 7 anos no poder, até candidatar-se ao Senado. Aécio iniciou o chamado Projeto Choque de Gestão. A intenção deste projeto era equilibrar as contas públicas e implantar novo modelo gerencial no Estado.

No quadro abaixo figuram os secretários de estado da cultura e as superintendentes de bibliotecas públicas.

**Quadro 7 – Gestores SEC e SUB-MG dos mandatos do governo Aécio Neves**

<b>Secretário</b>	Luiz Roberto Nascimento Silva (2003-2004) Eleonora Santa Rosa (2005 – 2008) Paulo Eduardo Rocha Brant (2008 – 2010) Washington Mello (2010)
<b>Superintendentes</b>	Maria Augusta da Nóbrega Cesarino (2000 – 2008) Áurea Eloísa Godinho Piacesi (2008 – 2013)

Fonte: Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Em março de 2003 o Decreto nº 43.240 reorganizou a Secretaria de Estado de Cultura e designou à Diretoria de Extensão e Ação Regionalizada da Superintendência de Bibliotecas Públicas a competência de coordenar o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais (MINAS GERAIS, 2003). Até aquele momento o Sistema estava subordinado à Diretoria de Regionalização da Ação Bibliotecária (DRAB), que foi extinta neste decreto.

Logo no início de sua gestão, o então Secretário de Estado de Cultura, Luiz Roberto Nascimento Silva, enviou ao novo Governador um relatório sobre a situação da Secretaria, adiantando as medidas extremas que estavam sendo tomadas com relação à redução do orçamento e conseqüentemente dos serviços e projetos, e solicitando aumento do orçamento. O ofício nº113 de 27 de março de 2003 relatou o contingenciamento de 20% nas despesas de custeio, o que acarretou à Superintendência de Bibliotecas Públicas a redução de horário da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e da Hemeroteca Pública, que funcionava em uma casa no bairro Floresta, em Belo Horizonte. O ofício relatou que a capacidade de atendimento seria reduzida de 600.00 usuários por ano, para 180.000 por ano. Além do horário de atendimento, que reduziu de 14 horas/dia para 6 horas diárias.

Apesar dos cortes, neste mesmo ano alguns projetos foram elaborados com vistas ao fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, conforme informações encontradas nos documentos analisados nesta pesquisa. O primeiro deles foi o projeto **Unindo as Pontas**, que tinha como objetivo apresentar diretrizes às maiores bibliotecas públicas das 10 regiões de Planejamento para que desenvolvessem ações regionalizadas de incentivo à leitura e preservação de sua identidade cultural, estimulando municípios vizinhos na criação de mais bibliotecas.

A ideia era obter recursos oriundos de projetos de leis de incentivo, projetos federais e parceria com patrocinadores. Mais uma vez nota-se o esforço em aumentar e qualificar a rede de bibliotecas públicas do Estado, mas sem recursos públicos garantidos. Não foram encontrados registros que confirmassem a execução do referido projeto com este nome.

Na mesma época, outro projeto com objetivos semelhantes ao anterior foi elaborado. Era o chamado **Leituras Gerais: Bibliotecas-modelo para uma Minas leitora**. O objetivo era criar bibliotecas pólo modelo em todas as regiões do Estado e institucionalizar efetivamente o Sistema Estadual de Bibliotecas

Públicas. A ideia era executar o projeto ao longo da gestão 2003-2006. Apesar de não ter sido encontrada nenhuma informação que confirme, as bibliotecas-pólo criadas no início da década de 1980, junto com a criação da Secretaria de Estado de Cultura e Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, não persistiram ao tempo e sua criação tornou-se, novamente, objetivo de gestão no início dos anos 2000.

Ambos os projetos citados acima evoluíram para o chamado **Construindo uma Minas Leitora**, que se tornou um projeto estruturador dentro do governo Aécio Neves, mas já com Eleonora Santa Rosa à frente da SEC.

Os Programas Estruturadores passaram a contar com tratamento diferenciado dos demais Programas em relação a dois aspectos fundamentais: gerenciamento intensivo e diversificado de atividades; e garantia de recursos, não mais submetidos ao tradicional contingenciamento orçamentário (MINAS GERAIS, 2003, p.51).

O governo federal também iniciou, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, um novo modelo de gestão, inclusive para a área da cultura. Durante a gestão do Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil, uma das primeiras iniciativas voltadas para a área de livro, leitura e bibliotecas foi a sanção da chamada Lei do Livro, que instituiu a Política Nacional do Livro. Segundo Paiva a

Lei visa assegurar ao cidadão o direito ao acesso e uso do livro e tem como premissa a função do livro como meio “principal e insubstituível” de registro, conservação e transmissão da cultura, do conhecimento, da pesquisa científica, enfim, o incremento das possibilidades de “transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (alínea I, art.1º) e torna obrigatória a alocação de recursos orçamentários pela União, Estados e Municípios, para a manutenção de bibliotecas e aquisição de livros. É o primeiro grande marco legal das políticas para bibliotecas nesse governo [...] Para as bibliotecas públicas, o livro deixa de ser considerado material permanente (artigo18), o que desburocratiza seu controle, incluindo “baixas” (PAIVA, 2008, p. 93).

Um dos primeiros programas federais implementados para as bibliotecas públicas à época foi o **Programa Fome de Livro**, junto com o **Quero Ler: biblioteca para todos** que,

além de implementar uma ação emergencial para zerar o déficit de bibliotecas nos municípios brasileiros – um dos objetivos centrais do programa-, o Fome de Livro vai coordenar os esforços governamentais e da sociedade civil no sentido de integrar, otimizar e complementar ações públicas e privadas na área das bibliotecas públicas e leitura (BRASIL, 2003b, p. 4).

A ideia do projeto era realizar parceria entre os governos federal, estaduais e municipais, além de instituições do Terceiro Setor e empresas privadas. Entre seus objetivos específicos estavam obter pelo menos uma biblioteca pública por cidade; fazer uma articulação entre todos os níveis de governo; apoiar as bibliotecas já existentes e integrar o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Sistema de Bibliotecas Escolares do MEC.

Em Minas Gerais, a meta era criar bibliotecas em 43 municípios nas regiões do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, no entanto, as ações não foram concretizadas. O projeto **Construindo uma Minas Leitora** foi criado para continuar as ações dos programas federais **Quero Ler e Fome de Livro**, mas desta vez com recursos do próprio governo estadual, como projeto estruturador. Os objetivos do projeto eram:

Assegurar e democratizar o acesso ao livro e à leitura nas regiões carentes do Estado de Minas Gerais, contribuindo assim para melhorar os índices de leitura do Estado e reduzir o número de analfabetos funcionais;

Criar bibliotecas públicas municipais que possam atuar como espaços abertos, dinâmicos e modernos dotados de um bom acervo e de infraestrutura que conecte o leitor a outros sistemas de informação;

Criar bibliotecas públicas modernas que sejam também centros de memória local registrando, armazenando e divulgando manifestações da cultura regional;

Envolver a comunidade de cada município na criação, manutenção e desenvolvimento de sua biblioteca pública;

Capacitar os responsáveis por estas novas bibliotecas de modo que eles possam gerenciá-las de forma a otimizar a utilização dos acervos e serviços;

Institucionalizar efetivamente o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, como uma rede capaz de promover a descentralização e democratização do acesso aos bens culturais (PROJETO, [200-], p.6).

O projeto se propôs a criar as bibliotecas com um acervo inicial de mil títulos, assinatura de um jornal estadual e de uma revista de circulação nacional, um computador com impressora, uma TV 29" e um DVD. O custo aproximado para cada biblioteca foi de cerca de R\$30.000,00 (trinta mil reais), totalizando mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) todo o projeto. A fonte de recursos financeiros prevista para o projeto foi o governo federal, o governo estadual, com recursos do tesouro e da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, as Prefeituras, instituições de ensino superior e empresas da iniciativa privada e Terceiro Setor.

Informações advindas das entrevistas comentam o início do projeto **Construindo uma Minas Leitora.**

Bom, o início do *Construindo Uma Minas Leitora* foi o *Quero Ler*. Quer dizer, na verdade, o início do *Quero Ler*, verdade seja dita, foi esse outro, *Uma biblioteca em Cada Município*. Aí, pronto, saiu o Fernando Henrique, veio o *Quero Ler*, era rigorosamente a mesma coisa. Não podia chamar *Uma Biblioteca em Cada Município*, chamaram de *Quero Ler*. E quem daria o acervo seria a FIEMG, o Sindicato das Escolas Particulares, e o terceiro UNIMED [...] Não saiu. Foi lançado lá na praça, lá embaixo no Anexo, apinhado de deputados e de empresários ali junto com Aécio. [...] Sabe, assim, as pessoas prometem, quer dizer, não é só livro, é tudo. Promete, promete, e não faz. Promete posto de saúde, promete hospital [...]. (E3)

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), União de Médicos (UNIMED) e o Sindicato das Escolas Particulares retiraram seu

patrocínio no início do ano de 2004, o que desativou o projeto **Quero Ler**. Neste projeto, 14 bibliotecas públicas municipais foram modernizadas com recursos das referidas empresas. Mais adiante a entrevistada comenta a dificuldade em transformar o **Construindo uma Minas Leitora** em Projeto Estruturador.

O *Construindo Uma Minas Leitora*, eu acho que era, mais avançado do que aqueles projetos iniciais do *Uma Biblioteca em cada Município*, porque não ficou só na doação do livro, né? Então pensamos numa maneira de avançar e fizemos o projeto. Agora, foi barra entrar com o projeto estruturador, sabe? Mas, a SEPLAG mesmo não aceitava não, sabe? A conversa com a SEPLAG era muito difícil. (E3)

As dificuldades históricas em conseguir dados fidedignos sobre as bibliotecas públicas levaram o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais a criar, desde 2003, um banco de dados com informações cadastrais sobre as bibliotecas públicas municipais, que subsidiou os programas **Quero Ler** e **Construindo uma Minas Leitora**. Esses dados eram relativos:

A posição da biblioteca na estrutura do poder público municipal: localização, tamanho e adequação do espaço físico; composição, organização e informatização do acervo; número, perfil e motivação dos usuários; atendimento ao portador de deficiência visual; ações de incentivo à leitura, serviços de extensão, tamanho e qualificação do quadro de pessoal que atua na biblioteca; acesso à internet; uso de áudio-visuais; recursos financeiros; experiência em elaboração/execução de projetos; existência de associação de amigos (CESARINO, 2008, p.15).

Os dados constantes nos cadastros de 2007, 2009 e 2011 serão aprofundados na seção 4.9.

Entre 2005 e 2008 foi realizado o projeto **Tim Estado de Minas Grandes Escritores**, que distribuiu livros para 121 cidades mineiras. O projeto foi realizado pela ONG Humanizarte, com recursos provenientes da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais. A entrega dos kits foi realizada em Belo

Horizonte, no evento **Forma Leitores**, que contou com a presença de várias personalidades, entre elas os escritores Bartolomeu Campos de Queiroz e Marina Colasanti.

O projeto **Construindo uma Minas Leitora** contemplou onze (quatro criações e oito modernizações) municípios entre 2006 e 2008, com recursos da empresa AVON. Foram doados 500 livros, um computador e uma impressora para cada município. Em 2008 modernizou mais oito bibliotecas e criou mais seis, desta vez com recursos da Oi/Telemar. Com recursos orçamentários da própria Secretaria, incluindo a fase como projeto estruturador, o projeto criou 138 bibliotecas entre 2006 e 2012 e modernizou 35.

Apesar do grande alcance do projeto, este nunca foi regulamentado por nenhum instrumento legal. Não há registros de leis, decretos ou resoluções sobre sua criação ou manutenção. Seus registros estão apenas na documentação administrativa da Superintendência de Bibliotecas Públicas e em suas publicações.

Em 2006 a equipe de bibliotecários da Superintendência de Bibliotecas Públicas foi incrementada, com a realização de um concurso público- Edital SEPLAG/SEC nº 01/2006, de 17 de março de 2006- para o cargo de Gestor de Cultura- Bibliotecário, sendo disponibilizadas 38 vagas. Não se realizava concurso para a área havia mais de 25 anos. Esta iniciativa propiciou a realização de inúmeras ações que não ocorriam por falta de pessoal, especialmente no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, ainda que não tenha resolvido inteiramente a falta de recursos humanos. A execução do **Construindo uma Minas Leitora** foi possível em virtude da nova equipe que foi nomeada. O papel do bibliotecário como atuante do setor público está posto desde 1962, quando a profissão foi regulamentada pela Lei e orientou, entre outras questões, que o bibliotecário deveria:

Art 7º Os Bacharéis em Biblioteconomia terão preferência, quanto à parte relacionada à sua especialidade nos serviços concernentes a:  
a) demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais, ou municipais;  
[...]  
e) planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de bibliotecas (BRASIL, 1964).

No ano de 2009 a SUB realizou também **Seminário Políticas de incentivo à leitura**, entre os dias 14 e 16 de abril. Este evento contou com a participação de grandes profissionais atuantes na área de livro e leitura. Outro grande evento realizado neste ano foi o **Seminário Leitura e Biblioteca: experiências francesas**, que tinha como foco a discussão da mediação de leitura. A partir da entrada da nova equipe os dados foram sistematizados e armazenados com mais rigor, facilitando nossa pesquisa no período de 2007 a 2012. Entre os dados encontrados, foram realizadas 287 visitas técnicas, sendo que alguns municípios receberam visitas e visitaram a sede do Sistema mais de uma vez neste período. Houve 1.103 participações de municípios em eventos realizados e 687 empréstimo de exposições literárias itinerantes no mesmo período.

Ainda em 2009 foi instituída a Política Estadual do Livro, por meio da Lei 18.312 de 06 de Agosto (MINAS GERAIS, 2009b), nos mesmos moldes da Política Nacional, criada em 2003 (BRASIL, 2003a). Esta lei foi criada com o propósito de

promover e incentivar a leitura e o acesso ao livro e a apoiar a produção, a distribuição e a comercialização de livros no Estado, com vistas à difusão da cultura, à transmissão do conhecimento, ao estímulo à pesquisa social e científica e à conservação do patrimônio cultural (MINAS GERAIS, 2009b).

Esta política, entre outros aspectos, define o que é um livro, um autor, editor ou distribuidor, mas sua ênfase está na cadeia produtiva do livro, ou seja, no incentivo para que o mercado editorial tenha competitividade no cenário nacional, facilitando a distribuição de livros, criando linhas de crédito específicas



para as editoras, entre outros aspectos. No que concerne às políticas públicas voltadas ao acesso ao livro e à leitura, das quais as bibliotecas públicas fazem parte, poucas são as proposições da lei neste sentido. As bibliotecas são citadas no artigo 3º que “visa promover a instalação e ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livros no Estado”, e também no “fortalecimento do sistema estadual de bibliotecas públicas”.

Apesar das limitações da lei com relação às bibliotecas públicas e escolares, pode-se considerar um avanço a indicação de elaboração do Plano Estadual do Livro e Leitura no artigo 4º e a orientação de que o livro não é considerado material permanente para fins de controle de bens patrimoniais das bibliotecas públicas no artigo 7º. Esta última é uma proposição importante para a qualidade dos acervos das bibliotecas públicas municipais na medida em que os materiais que não se adequam à missão da biblioteca possam ser descartados ou encaminhados a outras bibliotecas com mais facilidade e as bibliotecas possam abrigar obras de interesse de sua comunidade.

No âmbito federal, durante a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, uma iniciativa importante desenvolvida a partir de 2006 foi o lançamento do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Criado pelos Ministérios da Cultura e Educação, o PNLL tem como premissa criar um país de leitores (BRASIL, 2006) propondo uma ação coordenada entre o Estado e a sociedade. Além da mobilização social sobre o tema, o Plano baseia-se no que chama de três dimensões das políticas culturais, que são a econômica, a do direito da cidadania e a do valor simbólico (BRASIL, 2006).

Partindo do pressuposto de que a família é o primeiro lugar responsável pelo incentivo à leitura e formação de leitores, seguido da escola, com professores capacitados e aptos a desenvolver este gosto, e em terceiro lugar as bibliotecas, onde é possível obter o acesso ao livro e à informação, o PNLL propõe

desenvolver iniciativas, programas e projetos para promover a leitura nesses três ambientes.

Quatro eixos principais orientam a organização do Plano, com as respectivas ações:

- Eixo 1, Democratização do acesso: implantação de novas bibliotecas; fortalecimento da rede atual de bibliotecas; conquista de novos espaços de leitura; distribuição de livros gratuitos; melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação.
- Eixo 2, Fomento à leitura e à formação de mediadores: formação de mediadores de leitura; projetos sociais de leitura; estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; sistema de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial; prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura;
- Eixo 3, Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico: ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado; ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura; e publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.
- Eixo 4, Desenvolvimento da economia do livro: desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; apoio à cadeia criativa do livro; maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada (BRASIL, 2006, p.51-55).

Segundo Paiva,

O PNLL aponta as diretrizes para uma política pública voltada ao livro e à leitura (e em particular, à biblioteca e à formação de mediadores) e propõe-se como um plano de dimensão de política de Estado: de natureza abrangente, linhas norteadoras e garantia de organicidade a políticas, programas, projetos e ações continuadas; e de caráter sistemático e permanente, não-fragmentário e não-pulverizado (PAIVA, 2008, p. 105).

O desafio, neste momento, dos representantes do PNLL é o de institucionalizar o Plano Nacional por lei e garantir que ele se torne uma política de Estado.

No que concerne à esfera mineira, algumas ações para início das discussões de criação de um Plano em Minas Gerais foram realizadas em 2009 e 2011. Uma **Pré-Conferência Estadual Setorial do Livro, Leitura e Literatura** aconteceu no dia 21 de dezembro de 2009, em Belo Horizonte. A dificuldade em mobilizar a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Educação, com participação da sociedade civil e da cadeia produtiva do livro não permitiu a continuidade do processo. Como é um plano a ser executado a médio e longo prazo, é necessário que seja realizado um diagnóstico dos programas existentes e dos já realizados pelo governo de Minas para a área, para que se possa embasar as discussões para elaboração do Plano Estadual do Livro e Leitura (PELL).

#### **4.8 Governador: Antonio Augusto Junho Anastasia (31/03/2010 a 01/01/2015)**

Em 2010 Antonio Anastasia foi reeleito, pois no ano anterior o então Governador Aécio Neves se afastou do cargo para concorrer como candidato à Senador por Minas Gerais, sendo Anastasia empossado para terminar o mandato. Sua gestão deu continuidade ao programa de governo iniciado em 2003.

No quadro a seguir figuram os secretários de estado da cultura e a superintendente de bibliotecas públicas.

**Quadro 8 – Gestores da SEC e SUB-MG do governo Antonio Anastasia**

<b>Secretários</b>	Washington Mello (2010) Eliane Parreiras (2011 – 2014)
<b>Superintendente</b>	Áurea Eloísa Godinho Piacesi (2008 – 2013)

Fonte: Criado pela autora a partir de dados extraídos de CESARINO, 2006 e fornecidos pelo gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, em 28 ago. 2015.

Para as bibliotecas públicas, o projeto **Construindo uma Minas Leitora** continuou a ser executado, mas com recursos modestos, pois já havia deixado de ser um Projeto Estruturador.

Em 2010 foi realizado o **III Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais** entre os dias 17 e 19 de maio de 2010, dentro da Bienal do Livro de Minas Gerais. As duas edições anteriores foram realizadas em 2005, em Belo Horizonte, e 2007, em São João Del Rei.

Em 1º de dezembro de 2012 o Decreto 45.789 (MINAS GERAIS, 2012), por sugestão da Superintendente da época, regulamentou o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais como uma diretoria da Superintendência de Bibliotecas Públicas. Pode-se considerar esse Ato um reconhecimento do trabalho desenvolvido, pois colocou o Sistema no mesmo patamar de importância das outras diretorias da Superintendência de Bibliotecas Públicas.

Ao longo dessa gestão o **Construindo uma Minas Leitora** inaugurou bibliotecas, capacitou gestores e modernizou acervos de bibliotecas já existentes. As dificuldades encontradas em sua manutenção foram relatadas em uma das entrevistas:

Uma intenção maravilhosa, um planejamento, um programa muito especial, mas que esbarrava na falta de recursos humanos e, principalmente recursos financeiros, pra que isso se tornasse uma realidade em Minas [...] era o programa principal da Superintendência,

do Sistema de Bibliotecas Públicas Estadual, mas que esbarrava em todas essas dificuldades, além das dificuldades dos municípios, que tinham que aceitar manter essa biblioteca, manter funcionários e participar de cursos e tudo mais. (E2)

Dados coletados em outra entrevista também demonstram as resistências das prefeituras em aceitarem o projeto:

Teve cidade que falou: “Se o Estado der tudo, eu abro. Der tudo. Der o prédio, os funcionários, der os livros, pagar mensalmente os funcionários” [...] se a Secretaria e o Ministério falam que vão doar várias coisas, a prefeitura fala que não tem nada, que não tem biblioteca. Se tiver cobrando alguma coisa dela, ela diz que tem. (E3)

E ainda:

Muitos prefeitos chegavam a falar mesmo que não tinham a menor condição e o menor interesse de abrir uma biblioteca nos seus municípios. (E2)

Estes depoimentos demonstram como as políticas do estado estão suscetíveis à aceitação dos dirigentes de outras esferas, podendo proporcionar o sucesso ou fracasso de um programa.

Considerando o período de 2005, quando o programa foi criado, até 2012, data limite desta pesquisa, o **Construindo uma Minas Leitora** contemplou 201 municípios, sendo 160 para criação de biblioteca pública municipal e 66 para modernização das já existentes. Começou como Projeto Estruturador, e mesmo deixando de ser, posteriormente, seus números foram os mais representativos do período pesquisado.

Mesmo fora do limite temporal desta pesquisa, mas ainda no mandato de Antonio Anastasia, foram encontrados dados sobre a realização do **IV Encontro**

**do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais em 2014** e do programa Minas Território da Cultura (2013-2014), que levou ações da Secretaria de Estado de Cultura, incluindo da Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário, para as dez macrorregiões do Estado. A SUBSL desenvolveu cursos de capacitação, visitas técnicas e empréstimo de exposições literárias itinerantes.

#### **4.9 Dados quantitativos**

Nas seções anteriores foi desenhado um diagnóstico das políticas do governo estadual. Nesta seção apresentaremos alguns dados numéricos encontrados nas publicações da SUB-MG e em documentos administrativos.

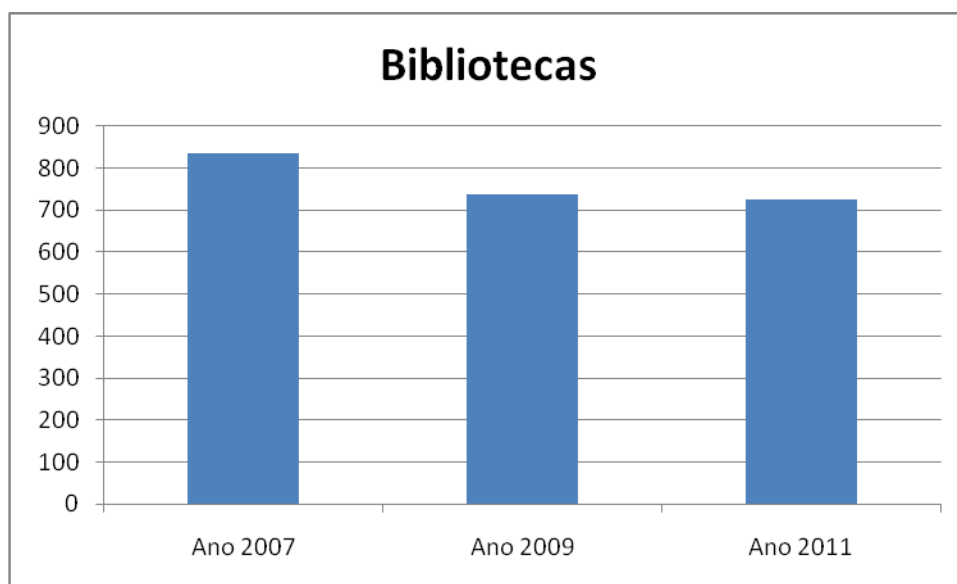
O principal instrumento utilizado pela SUB para diagnóstico das bibliotecas públicas de Minas Gerais é o cadastro realizado bianualmente, desde 2003. Um formulário com cerca de 100 perguntas é enviado às bibliotecas municipais, para obter informações como: a posição administrativa da biblioteca na estrutura do poder público municipal, localização, tamanho e adequação do espaço físico; composição, organização e informatização do acervo; número, perfil e motivação dos leitores; atendimento à pessoa com deficiência; ações de incentivo e mediação de leitura; serviços de extensão; tamanho e qualificação do quadro de pessoal que atua na biblioteca; acesso à internet; uso de audiovisuais; recursos financeiros; experiência em elaboração/execução de projetos e existência de associação de amigos. Com os dados coletados é possível obter informações sobre a realidade das bibliotecas, subsidiando a tomada de decisão para a escolha da aplicação de seus projetos.

No cadastro de 2007, dos 853 municípios mineiros, 836 responderam que possuem bibliotecas, representando 98% do total. Já em 2009, 739 municípios

responderam que possuem bibliotecas municipais. Em 2011, ano do recadastramento mais recente, o número de municípios com bibliotecas públicas caiu para 726 e 28 municípios informaram que não têm.

A evolução dos dados fica clara no gráfico 1.

**Gráfico 1 - Evolução quantitativa do número de bibliotecas públicas municipais no período de 2007 a 2009**



Fonte: Dados da pesquisa.

O primeiro problema a se destacar é que estes dados referem-se à resposta das prefeituras ao Recadastramento demandado pela SUB. Ou seja, caso um município não tenha respondido ao formulário, considera-se que não existe biblioteca pública naquela localidade. Caso ela tenha respondido, mas a biblioteca funcione em prédio escolar, também não é contabilizado como um município que possui biblioteca pública.

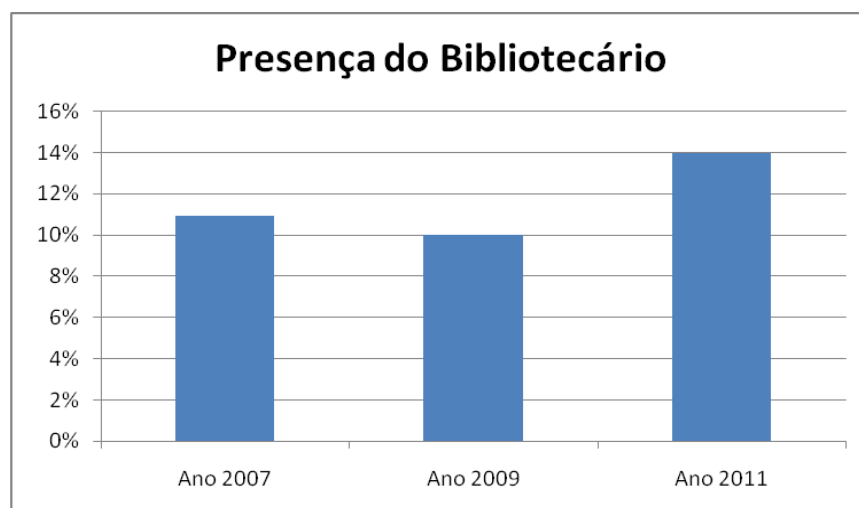
Um outro problema que os dados quantitativos não são capazes de mostrar tem a ver com a verdadeira condição destas bibliotecas. Num estado de grande dimensão e grandes diferenças, a realidade destas bibliotecas também pode ser muito desigual e pode haver enormes distâncias entre as funções dessas

bibliotecas e aquelas elencadas idealmente pelo Manifesto da UNESCO (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1994).

De todo modo, os números apontam uma diminuição das bibliotecas públicas municipais. Uma possível explicação pode estar contida no já citado desinteresse das administrações municipais em manter e investir em suas bibliotecas. A cada mudança de administração, mudam-se os interesses e os investimentos, sendo as bibliotecas (em muitos municípios) as primeiras a serem fechadas. Nesse sentido, conforme são contactados por servidores ou munícipes que denunciam a intenção ou mesmo o fechamento das bibliotecas, a Diretoria faz todo um trabalho de contactar e tentar dissuadir o gestor municipal.

Outro tema já discutido durante a pesquisa, e que os dados quantitativos corroboram com nossas impressões, é sobre o pequeno número de profissionais bibliotecários presentes nas bibliotecas públicas municipais. O gráfico 2 demonstra uma pequena evolução do número de bibliotecários no período de 2007 a 2009, mas ainda muito longe do ideal.

**Gráfico 2 - Evolução quantitativa do número de bibliotecários nas bibliotecas públicas municipais no período de 2007 a 2009**



Fonte: Dados da pesquisa



Como podemos notar, o quadro de escassez do profissional bibliotecário na Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais se repete nas bibliotecas municipais.

O recadastramento bianual realizado pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais possui vasto conteúdo para ser estudado e comparado. No entanto, aqui expusemos apenas alguns exemplos, deixando para pesquisas futuras as análises quantitativas referentes às bibliotecas mineiras.

## 5 ANÁLISE CATEGORIZADA

A biblioteca pública é um local privilegiado de acesso à cultura e à informação nas comunidades onde estão inseridas, trabalhando para disseminar a informação, preservar o patrimônio bibliográfico e desenvolver ações para formação de leitores. Atende a todos os públicos, desde o bebê, a criança, o jovem, até os adultos e idosos. Todas as pessoas, de qualquer raça, classe social, credo ou afinidade política, têm espaço em uma biblioteca pública. Para suprir toda a necessidade informacional, este equipamento deve ter um acervo diversificado, atualizado, voltado para o público que a frequenta, mas deve também, na medida do possível, proporcionar novas experiências literárias, que em outras circunstâncias esta população não teria acesso ou não demandaria. Para além de um local de acesso à informação de todos os tipos e em vários suportes, a biblioteca pública tem também a importante missão de guardar a produção cultural da cidade e região na qual está inserida, concebendo-a como um lugar de memória local. A partir dessa concepção complexa é necessária a criação, implantação, manutenção e avaliação de políticas efetivas para as bibliotecas públicas, ou seja, políticas criadas considerando a variedade cultural, econômica e simbólica de cada região.

Ao longo desta pesquisa foram identificados vários programas, projetos e ações voltados para as bibliotecas públicas de Minas Gerais, sejam elas para a biblioteca estadual ou para a rede de bibliotecas municipais. As categorias de análise serão discutidas a seguir:

**Quadro 9 - Categorias de análise**

1	Marco legal
2	Rede de Bibliotecas Polo
3	Relação Estado-União
4	Relação Estado-Municípios

5	Papel do Bibliotecário
6	Capacitação e eventos
7	Comunicação com os municípios
8	Recursos Financeiros
9	Políticas de Estado ou Políticas de Governo
10	O Plano Estadual do Livro e Leitura

**Fonte: Criado pela autora**

### **5.1 Marco Legal**

Um dos marcos legais mais importantes do período estudado foi a institucionalização e manutenção do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e posteriormente da Superintendência de Bibliotecas Públicas, dentro da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Apesar das mudanças de diretoria e da descontinuidade dos programas e projetos, estes organismos continuaram suas atividades ao longo destes quase 30 anos pesquisados, ainda que com mais ou menos recursos financeiros e logísticos. Apesar de tudo, sua constância foi bastante benéfica para que as bibliotecas não caíssem no esquecimento. No entanto, as mudanças na esfera federal sempre impactaram diretamente as ações estaduais, demonstrando a grande dependência dessas últimas.

Apesar da institucionalização do Sistema ter sido importante para as políticas públicas, este foi um dos poucos marcos regulamentados por instrumentos legais. Com exceção da Política Estadual do Livro, de 2009, nenhum outro programa ou projeto foi regulamentado, o que fragiliza sua execução e permanência. Não podemos ser ingênuos: na medida em que uma ação (projeto, programa ou política) não está documentada, ela não consta no orçamento, não há a obrigação de executá-la, e a classe política se desobriga

de avançar. Informações obtidas nas entrevistas demonstram essa constatação a que chegamos durante a pesquisa:

Para ter uma política primeiro precisa ter legislação regulamentada e ter orçamento. Ter legislação específica e ter orçamento, quer dizer, ter um orçamento mínimo. (E3)

As leis, decretos e resoluções pesquisados, que derem origem esta categoria, encontram-se no Apêndice A deste documento.

## **5.2 Rede de Bibliotecas Polo**

A criação da rede de bibliotecas polo foi instituída, foi extinta e continuou sendo o projeto de todos os gestores do período estudado. Foi criada em 1986 com recursos do Governo Federal, mas tão logo estes recursos deixaram de ser enviados, a rede não conseguiu prosseguir. O projeto foi repensado várias vezes, mas sempre na dependência de recursos federais ou de parcerias com empresas privadas. Seu ideário previa a modernização das bibliotecas, que seriam polos disseminadores da política, por meio de doação de livros, equipamentos e capacitação.

Criar a rede de bibliotecas polo é imprescindível para a interiorização e democratização da ação bibliotecária no estado. No entanto, sua implementação deve partir de um planejamento cuidadoso, considerando as diferenças regionais, a infraestrutura das prefeituras e o grau de apoio das mesmas, além de coordenação e recursos permanentes. Portanto, deve contar com recursos orçamentários da própria Secretaria, planejados a longo prazo, nessa situação incluídos no PMDI e PPAG, para não ficar à mercê de interesses empresariais ou à espera de que o governo federal resolva um problema que compete tão somente ao estado. Neste caso, assim como em todos os outros, deve-se

pensar na permanência e continuidade do projeto. Para oportunidades futuras de implementação do projeto é preciso responder uma pergunta: será que as primeiras bibliotecas designadas como polo ainda continuam a ser as mais representativas?

A visão dos gestores que trabalharam com o projeto demonstram esta preocupação, como podemos observar nas informações retiradas das entrevistas.

P: Hoje, em dois mil e quinze, como que você entende que seria uma política pública eficiente pras bibliotecas? Você já falou um pouco aí que precisa de mais recursos, né?

E2: É. Eu acho que haveria a necessidade de uma descentralização primeiro, né? Houve esse propósito também de criar, é, os trinta núcleos, não, como a gente fala?

P: Bibliotecas polo.

E2: Bibliotecas polo, que eu acho que seria o ideal, levando em consideração o tamanho do estado, o número enorme de municípios. Eu acho que deveria ser uma política de descentralização, é claro que continuando com a coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas orientando essas bibliotecas pólo, pra que essas, por sua vez também capacitassem o pessoal, fizessem visitas mais constantes, orientando, fiscalizando, recolhendo informações, dados que substanciassem os trabalhos e o planejamento da Superintendência e do Sistema Estadual de Bibliotecas. Eu acho que uma política de descentralização e maiores recursos, vou continuar batendo, humanos, inclusive também voltados pra essas políticas e também uma legislação né, que apoiasse mais e que garantisse recursos pra esses programas, que são muito bem planejados muito bem vistos, muito bem intencionados, mas que sempre, né? Às vezes no meio do caminho não é possível dar continuidade [...]. (E2)

### **5.3 Relação Estado-União**

Ao longo de toda a pesquisa foi possível notar os inúmeros projetos executados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas e Superintendência de Bibliotecas

Públicas. No entanto, percebemos que a maioria dos projetos foram elaborados pela esfera federal, seja o INL, SNBP ou FBN. Especialmente no início da década de 1980, com o Instituto Nacional do Livro. A própria criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas foi viabilizada por repasse de recursos federais. Quando não era um programa federal, era algum projeto patrocinado por alguma empresa, com interesses claramente mercadológicos. O fato é que o Estado atuou muito mais como articulador e executor dos programas e projetos, do que como proponente. O **Construindo uma Minas Leitora**, de 2005, quando Projeto Estruturador, foi uma das poucas exceções.

Esses projetos tiveram, em sua maioria, um perfil bastante semelhante: baseavam-se na doação de *kits* de livros, equipamentos e vez por outra contemplaram a capacitação do pessoal que atuava nas bibliotecas municipais.

Para agravar a situação, alguns projetos contavam, exclusivamente, com doações da comunidade e empresas, como o **Nossa Biblioteca**, de 1991, o que comprometia ainda mais a qualidade dos acervos.

#### **5.4 Relação Estado-Municípios**

Outra questão que se fez presente foi a fragilidade da relação entre os municípios e o Estado. Com a federalização dos municípios ocorrida em 1988, tema já discutido no referencial teórico, o Estado não pode intervir diretamente nas ações municipais. Sendo assim, a cada mudança de gestão ocorrida pelas eleições, inicia-se novamente todo o trabalho de sensibilização e convencimento dos gestores públicos sobre a importância das bibliotecas e de seu investimento e apoio. Uma das consequências mais graves desta situação é a inconstância das bibliotecas, pois uma biblioteca que desenvolve um trabalho de excelência hoje, pode amanhã estar fechada, simplesmente por interesse e vontade

política, e não por demanda da comunidade. Dados obtidos durante as entrevistas corroboram estas constatações.

[...] A meta da Secretaria de Cultura e do Governo era zerar o número de municípios sem biblioteca em Minas Gerais. Inclusive, houve muitas controvérsias do número real de municípios. A gente nunca chegava a conclusão até que, com o levantamento que é feito bianualmente na Superintendência, no Sistema, a gente foi detectando algumas falhas. As bibliotecas que não eram públicas, as que funcionavam em escolas e que eram consideradas bibliotecas públicas, outras que não tinham o menor recurso e nem tinham funcionamento normal. Muitas que abriam e fechavam rapidamente, com a mudança de governo, de prefeito, então. Realmente é uma meta muito difícil de ser atingida, sendo Minas Gerais com oitocentos e cinquenta e três municípios, o Estado com o maior número de municípios do país, quase que o dobro dos demais. (E2)

Ainda sobre o assunto:

Cada biblioteca que foi fechada, que eu não vou saber agora citar o nome, foi essa sensação de fracasso, né? Principalmente quando participaram de programas, ganharam equipamentos, livros, houve todo um empenho, toda uma aceitação de uma gestão e da prefeitura, e às vezes na seguinte ser fechada. Então, acho, é uma frustração, mas, ao mesmo tempo, cada biblioteca que se abriu, cada espaço dentro da biblioteca ou cada vez que alguém vinha relatar os números, as atividades desempenhadas e como que a população respondeu por isso, também é sempre motivo de muito orgulho e vontade de continuar batalhando. (E2)

## 5.5 Papel do Bibliotecário

Como vimos na apresentação dos resultados, a realização de um concurso para o cargo de Bibliotecário, no ano de 2006, para a Superintendência de Bibliotecas, impactou positivamente nas ações da instituição. Sendo assim, cabe aqui ressaltar a importância de se pensar no papel do profissional bibliotecário, não só como executor da política pública, mas como aquele que pensa, planeja, elabora, acompanha e avalia as políticas públicas de sua área. Para além de

seu olhar técnico, é preciso ter também um olhar político. Ao longo da história da SUB o papel gestor dos bibliotecários foi preponderante para a elaboração e continuidade das atividades. A realização do concurso foi vista como positiva por uma das entrevistadas, mas não o suficiente.

Havia muitas dificuldades, principalmente, recursos humanos, né? Levando-se em consideração que o Estado ficou mais de vinte anos sem ter um concurso público para o bibliotecário, e quando abriu o concurso foi com poucas vagas, que não cobriam nem a demanda, nem o pessoal que já tinha saído né? Nem cobriu as vagas existentes na biblioteca e desse pessoal que entrou, muitos foram pra oportunidades melhores, salariais, principalmente, mesmo gostando do trabalho que desenvolviam na Biblioteca Pública, foi o sentimento que muitas deixaram pra traz, que iam em busca de melhores oportunidades de vida, né, porque realmente a questão salarial pesa muito, as condições de trabalho e tudo mais. Embora eu reconheça que a Luiz de Bessa sempre, mesmo com esses poucos recursos, sempre desenvolveu um trabalho muito importante. (E2)

As leis, decretos e resoluções pesquisados, que deram origem a esta categoria, encontram-se no Apêndice A deste documento.

## **5.6 Capacitação e Eventos**

Como comentado por Paiva (2008), a grande maioria dos programas federais, e neste caso também os estaduais, voltam suas ações para as bibliotecas por meio do envio de livros e equipamentos. Em Minas Gerais, a realidade não é diferente, no entanto, notou-se grande esforço em aliar o envio destes materiais à capacitação do pessoal que trabalha nas bibliotecas. Os cursos de capacitação, encontros regionais, estágios na biblioteca estadual e encontros estaduais que ocorreram ao longo de todo o período pesquisado demonstram a preocupação dos gestores em formar e capacitar quem fará a mediação do acervo com o público. Dados das entrevistas validam estas conclusões:



A atuação da Secretaria no interior tem sido no sentido de assessorar as prefeituras municipais das várias regiões mineiras na atualização de pessoal auxiliar, através de cursos, treinamentos e estágios realizados na capital; na organização e realização de encontros regionais; no oferecimento de serviços da Biblioteca-Laboratório, criada em 1991, na Diretoria de Assistência às Bibliotecas Públicas e na distribuição do Manual de Organização de Biblioteca, para todos os profissionais que participam de estágios e treinamentos em Belo Horizonte e no interior. (E1)

Os cursos de capacitação contruibuem muito para a atuação dos gestores, pois na grande maioria dos municípios não há servidores com formação específica para atuar em bibliotecas públicas e o mero envio de livros não significa potencializar o uso do acervo nem formar leitores. Já os eventos atuam muito mais como articuladores, na medida em que aproximam as autoridades municipais dos gestores estaduais e federais. No entanto, é importante ressaltar que a falta de recursos para subsidiar a viagem dificulta a participação nos cursos oferecidos. Durante todo o período pesquisado foram encontrados ofícios das prefeituras solicitando capacitação para seus funcionários, mas muitas vezes, ocorrendo os cursos em Belo Horizonte, as mesmas prefeituras tem dificuldade em custear o envio e a permanência de seus servidores à capital. Além disso, encontramos grande dificuldade em obter mais informações sobre os cursos, pois não havia relatórios que descrevessem os eventos, especialmente os da década de 1980 e 1990. Os relatórios administrativos são cruciais para a avaliação e continuidade dos processos das políticas públicas.

A importância das capacitações também foi citada por outra entrevistada:

[...] Apesar de tudo eu considero um impacto muito positivo, diante dos resultados alcançados pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Se você considerar o número de pessoas que foram capacitadas durante esse tempo, que demonstraram muito interesse e que apresentaram trabalhos, que colocaram em prática né, comprovaram que tudo que aprendiam aqui era colocado em prática e até desenvolviam outras atividades diante daquilo. (E2)

Os principais eventos realizados no período, e que foram encontrados registros nos documentos administrativos, estão relacionados no Apêndice D deste documento.

## **5.7 Comunicação com os Municípios**

Um aspecto constante identificado na pesquisa foi a dificuldade de comunicação da Superintendência de Bibliotecas e Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais com os municípios. Seja para a divulgação de um projeto ou evento, seja para a cadastro das bibliotecas municipais, durante os quase 30 anos pesquisados esta questão se colocou muito presente. Um cadastro atualizado não servirá somente para obter os contatos com os municípios, ele servirá, principalmente, para se conhecer a realidade de cada biblioteca, desde seu acervo e infraestrutura, passando pelos recursos humanos, até as ações desenvolvidas e formas de financiamento. Recursos informacionais na forma de cadastro constantemente atualizado das secretarias e das bibliotecas públicas municipais é condição básica para se pensar e planejar políticas públicas para um Estado com grandes dimensões geográficas.

## **5.8 Recursos**

Em 1983, quando da criação da SEC, foi relatado que a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa passava por grave crise financeira, o que levou a redução de seus horários e atendimentos. Percebemos que a destinação de recursos para as bibliotecas mineiras sempre foi um problema. Algumas informações retiradas das entrevistas ratificam esta situação.

Lembro da situação de carências de todo tipo que encontramos na Biblioteca Pública Luiz de Bessa. Orçamento insuficiente para qualquer ação de sobrevivência e muito menos para melhoria, acervo desatualizado (acho que eram 10 anos sem compra), pessoal reduzido e muito insatisfeito, problemas de conservação física, várias infiltrações, sala de Multimeios fechada, etc. (E4)

Para suprir esta falta, a SUB recorreu ao financiamento de seus programas e projetos por meio de Leis de Incentivo, o que foi recorrente no período pesquisado, especialmente no início deste século. Muitos avanços foram proporcionados à Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas; no entanto, nota-se a fragilidade das ações da cultura, uma vez que seus gestores precisam valer-se de outras formas de financiamento que não os recursos do tesouro. Desta maneira, causa-se grande instabilidade e descontinuidade nas ações implantadas ou, em muitos casos, impossibilidade na medida em que a não captação dos projetos simplesmente inviabiliza sua execução. A captação ou não de um projeto fica a cargo dos interesses mercadológicos das empresas incentivadoras, sem contar todo o tempo, energia e pessoal dispendido para os trâmites burocráticos, antes, durante e depois de se conseguir aprovar um projeto.

Mesmo quando há recurso orçamentário para realizar os projetos, outro entrave se coloca: a burocracia. Desde o início do período pesquisado até os anos mais recentes, vimos a dificuldade para repassar o dinheiro para as prefeituras, ou mesmo para executar os projetos. A burocracia dos processos é própria do setor público, mas o fato é que pode dificultar ou impedir que um serviço ou produto chegue ao cidadão.

É obrigação do poder público investir recursos consistentes e persistentes para que, em longo prazo, as bibliotecas públicas possam desempenhar, efetivamente, seu papel nobre, mas também desafiador, na sociedade.

## 5.9 Políticas de Estado ou Políticas de Governo

O grande número de projetos, percebido pela listagem elaborada no Apêndice B, demonstra a descontinuidade das políticas públicas mineiras para a área de bibliotecas. O projeto de maior duração talvez seja o **Construindo uma Minas Leitora**, que durou o período dos mandatos de Aécio Neves e Anastasia (2003 a 2012). Possivelmente sua permanência deveu-se ao fato da continuidade partidária. No entanto, mesmo de longa duração, o projeto se configura uma política de Governo. Outro projeto que esteve presente durante todo o período pesquisado foi o de **criação da rede de bibliotecas polo**. Neste caso, poderíamos considerá-lo uma política de Estado, na medida em que está regulamentado por Lei. Entretanto, nunca recebeu recursos representativos e exclusivos para sua efetiva implementação e continuidade. Em Minas Gerais, para a construção de uma política de Estado na área das bibliotecas públicas, é necessário que o tema esteja incluído nos já citados Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e Planejamento Plurianual, que são os instrumentos de planejamento adotados.

## 5.10 O Plano Estadual do Livro e Leitura

Como mencionado anteriormente, o Plano Nacional do Livro e Leitura indica a formulação de planos estaduais e municipais, nos mesmos moldes de ação continuada e sistemática. Por se tratar de um planejamento de médio e longo prazos, com metas e objetivos integrados, é possível que a questão da continuidade e financiamento das políticas públicas para a área estejam garantidas.

A implementação do PELL irá avançar as políticas públicas de Minas Gerais para a área de bibliotecas, livro e leitura, por se configurar como uma política de Estado. Mas é preciso cautela e planejamento para a condução do processo. Partindo do princípio de que a participação popular é um de seus pilares mais significativos, construir um plano em um estado de grandes dimensões territoriais, elevado número de municípios e diferenças culturais marcantes, é um enorme desafio e corre-se o risco de sua elaboração ficar restrita a participantes da capital, seja por falta de recursos orçamentários para deslocamento, logística dificultada pelas distâncias, ou por comodidade e interesses políticos.

Outro grande passo que poderá ser dado com a elaboração do PELL é a articulação entre a Secretaria de Estado de Cultura e a de Educação. Algumas iniciativas de projetos foram encontradas nos documentos, mas é quase nula esta parceria, o que é um espanto, considerando que ambas têm a informação, as bibliotecas e a leitura como objetos de interesse. A importância desta interlocução pode ser confirmada com informações das entrevistas:

A biblioteca pública não resolve nada se você não tiver uma rede de biblioteca escolar. O Estado tem que ter uma rede de biblioteca escolar exemplar? Tem! Quando isso tiver resolvido, a pressão em cima da biblioteca pública será muito menor. (E3)

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar nas conclusões desta pesquisa, a implementação de políticas públicas para as bibliotecas públicas requer a confluência de diversos fatores. Inicia-se com a inclusão do tema na agenda de discussão, inserção no planejamento de médio e longo prazo, destinação de recursos financeiros e humanos para sua execução e vontade política para sua articulação. A boa vontade e esforço das equipes de servidores não serão suficientes para que o Estado consiga, efetivamente, zerar o número de município sem bibliotecas e garantir bom desempenho das mesmas.

Podemos dizer que as políticas públicas para as bibliotecas públicas têm avançado nos últimos anos, haja vista o grande número de ações documentadas ao longo deste estudo; no entanto, avançam timidamente.

Uma surpresa que a pesquisa nos trouxe foi o histórico de dependência de recursos federais. O Estado tornou-se, muitas vezes, mero executor dos projetos. Como esta questão foi levantada somente na análise dos dados, ficou esta lacuna no roteiro de entrevista semi-estruturada. Sendo assim, não conseguimos perceber a visão dos gestores da época sobre este tópico.

No início deste documento descrevemos os objetivos pretendidos com a pesquisa e qual seria o percurso para alcançá-los. O objetivo geral era o de descrever e analisar as políticas para as bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços ou retrocessos destas políticas. Conseguimos cumprí-lo na medida em que os objetivos específicos, concebidos como meio para alcançarmos o objetivo geral, foram realizados. O primeiro passo era identificar as políticas governamentais para as bibliotecas públicas, no período de 1983-2012, por meio de atos legais e documentos administrativos. A identificação de programas e projetos, institucionalizados ou não, estão descritos nos Apêndices A, B, C e D. O segundo objetivo foi o de conhecer a

implementação real de tais políticas por meio de entrevistas com gestores diretamente ligados às bibliotecas públicas. No capítulo 4, no qual as políticas estão divididas pelos governos, e no capítulo da conclusão e análise categorizada, é possível encontrar as informações retiradas das entrevistas, que muito contribuíram para o conteúdo da pesquisa. O terceiro e último objetivo foi o de acompanhar os possíveis avanços ou retrocessos proporcionados pelas políticas implementadas para as bibliotecas públicas. Os avanços e retrocessos foram amplamente discutidos no capítulo da conclusão, que foi dividido em categorias para melhor entendimento do processo e dos resultados.

Ficou claro que este é um tema amplo e complexo, que poderá ser fruto de pesquisas futuras voltadas, por exemplo, para a avaliação de políticas públicas, que requer foco específico de investigação e metodologia, ou para a análise dos dados financeiros aplicados às bibliotecas públicas.

A Superintendência de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário possui enorme potencial de pesquisa na área da Ciência da Informação, por ser o maior órgão estadual voltado para as políticas de acesso à informação. Encorajamos futuros pesquisadores a conhecerem a instituição e contribuírem para o fortalecimento das bibliotecas públicas em Minas e no país.

## REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39 - 70. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2015.

A IMPLANTAÇÃO das primeiras Bibliotecas-Pólo de Minas. **Diário da Tarde**. [S.l.], 27 set. 1986.

ARRETCHE, Marta T. S.. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas públicas e políticas culturais**: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). 2013. 193f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-28012014-121948/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIBLIOTECAS-Pólo vão expandir a cultura pelo Estado. **O Lutador**, [S.l.], 13-19 abr. 1986a. Educação. p.11.

BIBLIOTECAS-Pólo, a fórmula para descentralizar a cultura. **Minas Gerais**. [S.l.], 25 set. 1986b. Noticiário. p.5.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm)>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm)>. Acesso em: 21 out. 2015.



BRASIL. Decreto nº 3.294, de 15 de dezembro de 1999. Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 1999a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3294.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3294.htm)>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa sociedade da informação**. [S.l.]: [s.n.], 1999b. 1 folheto

BRASIL. Lei nº10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a política nacional do livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 out. 2003a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm)>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa fome de livro**: programa nacional de biblioteca pública e leitura, bases para sua elaboração e desenvolvimento. Brasília.: [s.n.], 2003b. 1 folheto.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Plano nacional do livro e da leitura**. Brasília.: [s.n.], 2006. 33p.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011. 100p.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. **Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa**: 50 anos de cultura. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2006. 109 p.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega (Org.). **Bibliotecas públicas municipais**: orientações básicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2007. 223p.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. **Construindo uma Minas Leitora**: o retrato das bibliotecas públicas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, 2008.

CONSTRUINDO uma Minas leitora: o retrato das bibliotecas públicas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, 2014.

CULTURA repassa recursos às Bibliotecas-Pólo do interior. **Minas Gerais**, [S.l.], 30 set. 1986. Noticiário. p.7

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451p.

ESTADO libera verbas a bibliotecas para compra de livros. **Lavoura e Comércio**, [S.l.], 1993.

FONSECA, Edson Nery. **Introdução à biblioteconomia**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. 152p.

GIL, Gilberto. Discurso de abertura. In: **Seminário internacional sobre a diversidade cultural**. Brasília: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://ct.socioambiental.org/node/17>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, Ano 21, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> >. Acesso em: 29 abr. 2015.

INTERNATIONAL FEDERAÇÃO DE LIBRARY ASSOCIATIONS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto IFLA sobre transparência, bom governo e combate a corrupção**. 2008. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2014.

INTERNATIONAL FEDERAÇÃO DE LIBRARY ASSOCIATIONS E INSTITUIÇÕES. **Diretrizes da IFLA**. [S. l.]: IFLA, 2012.

LEMOS, Carolina Siqueira. **Gestão pública orientada para resultados: avaliando o caso de Minas Gerais**. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Interface** (Porto Nacional), [S.l.], n. 5, p.49-54, out. 2012.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307/45978>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013. p. 764-799. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1273>>. Acesso em: 12 out. 2014.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Disponível em: <

[http://www.oneesp.ufscar.br/texto\\_orientacao\\_transcricao\\_entrevista](http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. 519p.

MILANESI, Luiz Augusto. **Centros de Cultura**: forma e função. São Paulo: Hucitec, 1990. v. 1.

MINAS GERAIS. Lei nº 1.087, de 02 de junho de 1954. Cria a biblioteca pública de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 3 jun. 1954. Disponível em:<  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=1087&comp=&ano=1954>>. Acesso em: 19 set. 2015.

MINAS GERAIS. Lei nº 8.502, de 19 de dezembro de 1983. Cria sistemas operacionais e secretarias de estado e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 20 dez. 1983. Disponível em:<  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=8502&comp=&ano=1983>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 23.512, de 06 de abril de 1984. Dispõe sobre o sistema operacional da cultura, organiza a Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 07. abr. 1984. Disponível em:<  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=23512&comp=&ano=1984>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MINAS GERAIS. Resolução nº 4.275, de 11 de dezembro de 1986. Aprova os convênios celebrados entre a Secretaria de Estado da Cultura e os municípios de Uberlândia, Divinópolis e Poços de Caldas. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 20 dez. 1986. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=RAL&num=4275&comp=&ano=1986>>. Acesso em: 14 out. 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. **Encontro mineiro de prefeitos para a criação de bibliotecas públicas**. [S.l.], 1989. 1. folder.

MINAS GERAIS. Lei nº 11.714, de 26 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 27 dez. 1994a. Disponível em:<  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11714&comp=&ano=1994>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MINAS GERAIS. Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a política cultural do estado de Minas Gerais. **Diário do Executivo**, Belo

Horizonte, 31 dez. 1994b. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11726&comp=&ano=1994>>. Acesso em: 03 out. 2015.

MINAS GERAIS. Lei nº 14.496, de 17 dezembro de 2002. Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 18 dez. 2002. Disponível em: <  
[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=14496&comp=&ano=2002&aba=js\\_textoOriginal](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=14496&comp=&ano=2002&aba=js_textoOriginal)>. Acesso em 21: out. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 43.240, de 23 de março de 2003. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado de Cultura e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 28 mar. 2003. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=43240&comp=&ano=2003>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MINAS GERAIS. Lei nº 17.600 de 01 de julho de 2008a. Disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 02 jul. 2008a. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=17600&comp=&ano=2008>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008. Regulamenta a lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, que disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 15 ago. 2008b. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=44873&comp=&ano=2008>>. Acesso em: 01 out. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.121, de 24 de junho de 2009. Altera o decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 25 jun. 2009a. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45121&comp=&ano=2009>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MINAS GERAIS. Lei nº 18.312, de 06 de agosto de 2009. Institui a política estadual do livro. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 07 ago. 2009b. Disponível em: <  
<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=18312&comp=&ano=2009>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.553, de 18 de fevereiro de 2011. Altera o decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008, que regulamenta a lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, que disciplina o acordo de resultados e o prêmio por

produtividade no âmbito do poder executivo. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 19 fev. 2011a. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45553&comp=&ano=2011>>. Acesso em: 04 set. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto 45.789, de 01 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Cultura - SEC. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 02. dez. 2011b. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45789&comp=&ano=2011>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 45.941, de 29 de março de 2012. Altera o decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008, que disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 30 mar. 2012. Disponível em:<<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45941&comp=&ano=2012>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.170, de 27 de fevereiro de 2013. Altera o decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008, que disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 28 fev. 2013a. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46170&comp=&ano=2013>>. Acesso em: 21 out. 2015.

MINAS GERAIS. Governo do Estado; CALDEIRA, Laíse. **Do choque de gestão à gestão para a cidadania**: 10 anos de desenvolvimento em Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo de Minas, 2013b. 328 p.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.472 de 04 de abril de 2014. Altera o decreto nº 44.873, de 14 de agosto de 2008, que regulamenta a lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, que disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do poder executivo e dá outras providências. **Diário do Executivo**, Belo Horizonte, 04 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=46472&comp=&ano=2014>>. Acesso em: 13 set. 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Ciclo de políticas públicas**. Disponível em: <[http://politicaspublicas.almg.gov.br/sobre/index.html#O\\_que\\_e\\_politica\\_publica](http://politicaspublicas.almg.gov.br/sobre/index.html#O_que_e_politica_publica)>. Acesso em: 10 set. 2015a.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Políticas públicas**. Disponível em: <[http://politicaspublicas.almg.gov.br/sobre/index.html#O\\_que\\_e\\_monitorar](http://politicaspublicas.almg.gov.br/sobre/index.html#O_que_e_monitorar)>. Acesso em: 01 set. 2015b.

MINAS GERAIS. **Plano mineiro de desenvolvimento integrado**. Disponível em: < <http://seplag.mg.gov.br/estrategia-de-governo/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado>>. Acesso em: 01 set. 2015c.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, p.7-54, mar. 1984.

OLIVEIRA, José Aparecido de. **Cultura & Liberdade**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte.

PROJETO construindo uma Minas leitora: biblioteca para todos 2005-2006. [S. l.]: [s.n.], [200-]. 19p.

REIS, Alcenir Soares dos Reis; SILVA, Albert Sant'Ana da; MASSENSINI, Rogério Luís. Informação e cidadania: conceitos e saberes necessários à ação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p.17-25.

REIS, Milton. **A trajetória do poder: de Cesário Alvim a Aécio Neves**. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2008. 435p.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. Tipologias e tipos de políticas públicas. In:\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Para aprender políticas públicas**. [S.l.]: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas, [200-]. Disponível em: < [http://igepp.com.br/uploads/ebook/para\\_aprender\\_politicas\\_publicas\\_-\\_unidade\\_05.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_05.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2015.

SARAIVA, Enrique. Introdução à análise de políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.), **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. v.1.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. 317 p.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa**. 2014. 253 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION et. al. **Reunión regional sobre el estado actual y las estrategias para el desarrollo de los servicios de bibliotecas públicas en América Latina y el Caribe**: informe final. Caracas: UNESCO, 1982. Disponible en: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052531sb.pdf>>. Acceso en: nov. 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

## APÊNDICE A – LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES

Tipo	Número	Data	Ementa
Constituição	1989	21-09-1989	Constituição do Estado de Minas Gerais.
Decreto	Sem número	03-02-2005	Reserva imóvel no município de Nova Resende para a construção de uma biblioteca pública.
Decreto	Sem número	09-08-2007	Reserva imóvel no município de São Geraldo da piedade destinado à instalação de biblioteca municipal.
Decreto	Sem número	11-10-2006	Reserva imóvel no município de monte formoso destinado à construção de biblioteca pública municipal e dá outras providências.
Decreto	43747	12-02-2004	Reserva imóveis nos municípios que menciona.
Decreto	44459	12-02-2007	Estabelece a estrutura orgânica das secretarias de estado e órgãos autônomos do poder executivo.
Decreto	Sem número	14-11-2008	Abre crédito suplementar em favor de órgãos e entidades, no valor de R\$47.730.477
Decreto	39494	17-03-1998	Disciplina a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projetos culturais no estado.
Decreto	Sem número	20-12-2006	Reserva imóvel no município de Cantagalo destinado a sede da biblioteca pública.
Decreto	44866	01-08-2008	Regulamenta a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projeto artístico-cultural no estado, de que trata a lei nº 17.615, de 4 de julho de 2008.
Decreto	44530	25-05-2007	Fixa as atribuições específicas dos cargos das carreiras do grupo de atividades de cultura do poder executivo, de que trata a lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005.
Decreto	43615	26-09-2003	Altera e consolida a regulamentação que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projeto artístico-cultural no estado, de que trata a lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997
Decreto	43244	01-04-2003	Regulamenta o § 1º, do art. 3º, da lei delegada nº 63, de 29 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a secretaria de estado de planejamento e gestão e dá outras providências.
Decreto	43240	27-03-2003	Dispõe sobre a reorganização da secretaria de estado de



			cultura e dá outras providências.
Decreto	40224	29-12-1998	Dispõe sobre a aplicação de recursos para difusão e fomento da produção cultural do estado.
Decreto	39877	08-09-1998	Define a competência da secretaria de estado de recursos humanos e administração e da outras providencias.
Decreto	39641	15-06-1998	Define a competência da secretaria de estado da cultura e dá outras providências.
Decreto	36085	29-09-1994	Dispõe sobre a organização da secretaria de estado do planejamento e coordenação geral e dá outras providências.
Decreto	45889	30-12-2011	Regulamenta o programa social produção e difusão cultural previsto no item XVII do anexo da lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009.
Decreto	45888	30-12-2011	Regulamenta o programa social gestão e disseminação da informação cultural previsto no item ix do anexo da lei nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009.
Decreto	45789	01-12-2011	Dispõe sobre a estrutura orgânica da secretaria de estado de cultura - sec.
Decreto	45130	03-07-2009	Contém a organização da secretaria de estado de cultura.
Decreto	44575	25-07-2007	Altera o regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002.
Decreto	42415	13-03-2002	Dispõe sobre a organização da secretaria de estado do planejamento e coordenação geral e dá outras providências.
Decreto	40851	30-12-1999	Altera e consolida a regulamentação que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais de estímulo à realização de projeto artístico-cultural no estado, de que trata a lei nº 12.733, de 30 de dezembro de 1997.
Decreto	23512	06-04-1984	Dispõe sobre o sistema operacional da cultura, organiza a secretaria de estado da cultura, e dá outras providências.
Lei	20360	07-08-2012	Autoriza o poder executivo a doar ao município de bicas o imóvel que especifica.
Lei	14624	08-04-2003	Autoriza o poder executivo a doar ao município de Virginópolis o imóvel que especifica.
Lei	15531	14-06-2005	Declara de utilidade pública a entidade biblioteca e videoteca comunitária de apoio à criança e ao adolescente, com sede no município de Santa Luzia.

Lei	14496	17-12-2002	Autoriza o poder executivo a doar ao município de Carlos Chagas o imóvel que especifica.
Lei	14506	20-12-2002	Dispõe sobre o acesso dos portadores de deficiência visual à bíblia sagrada nas bibliotecas públicas.
Lei	16564	27-12-2006	Autoriza o poder executivo a doar ao município de Engenheiro Navarro o imóvel que especifica.
Lei	11723	29-12-1994	Autoriza o poder executivo a doar imóvel ao município de Leandro Ferreira.
Lei	18692	30-12-2009	Uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica.
Lei	17615	04-07-2008	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no estado.
Lei	12733	30-12-1997	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no estado.
Lei	12221	01-07-1996	Dispõe sobre a reestruturação da secretaria de estado da cultura e dá outras providências.
Lei	11726	30-12-1994	Dispõe sobre a política cultural do estado de Minas Gerais.
Lei	11714	26-12-1994	Dispõe sobre a reestruturação da secretaria de estado da cultura e dá outras providências.
Lei	11484	10-06-1994	Organiza o conselho estadual de cultura e dá outras providências.
Lei	18312	06-08-2009	Institui a política estadual do livro.
Lei	18233	02-07-2009	Institui o certificado amigo do livro.
Lei	13472	18-01-2000	Dispõe sobre o plano plurianual de ação governamental - PPAG- para o quadriênio 2000-2003 e dá outras providências.
Lei	8502	19-12-1983	Cria sistemas operacionais e secretarias de estado e dá outras providências.
Lei Delegada	16	28-08-1985	Cria cargos no anexo o do Decreto nº 16409, de 10 de julho de 1974.
Lei Delegada	116	25-01-2007	Dispõe sobre a estrutura orgânica da secretaria de estado

			de cultura e dá outras providências.
Lei Delegada	55	29-01-2003	Dispõe sobre a secretaria de estado de cultura e dá outras providências
Lei Delegada	180	20-01-2011	Dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do poder executivo do estado de Minas Gerais e dá outras providências.
Ordem de Serviço 2	_	09-06-2009	Regulamenta o compartilhamento de custos referentes à venda de publicações institucionais e à prestação de serviços de impressão e reprografia no âmbito da assembléia legislativa.
Resolução	4647	04-05-1989	Aprova convênio celebrado entre o estado de Minas Gerais, através da secretaria de estado da cultura, a universidade federal de Minas Gerais e o município de São João Del-Rei.
Resolução	4605	28-04-1989	Aprova Convênio minc nº 49/87, celebrado entre o Ministério da Cultura, através da Secretaria-Geral, e o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Cultura.

## APÊNDICE B – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Ano	Data	Natureza	Autoridade emissora	Conteúdo	Local
1984	17 out.	Ofício	Laís Correa De Araújo- Diretora.	Encaminha ao INL O nome de Maria de Lourdes Cortes Romanelli como coordenadora do Sistema e do INL em Minas Gerais.	Caixa 1
1984	13 nov.	Ofício	Laís Correa de Araújo- Sup.	Encaminha ao secretário de educação, Otávio Elísio, solicitação de repasse das informações sobre as bibliotecas públicas, que até aquela data eram da Secretaria de Educação/Diretoria De Bibliotecas.	Caixa 1
1985	09 maio	Ofício nº 11	Maria de Lourdes Romanelli- Diretora	Encaminha a Marcelo Versiane o novo <b>organograma da diretoria de assistência as bibliotecas públicas.</b>	Caixa 7
1985	03 jun.	Correspondência	Laís Correa de Araújo por Nazareth Filizzola	Encaminha aos prefeitos, convidando para reunião preparatória ao <b>1º Encontro de Bibliotecas Municipais do Interior do Estado.</b>	Caixa 1
1985	s.d	Correspondência	Sem assinatura	Às bibliotecas, convidando para encontro de bibliotecários e pedindo para preencher <b>formulário com informações sobre a biblioteca.</b>	Caixa 1
1985	18 jul.	Lista	Sem assinatura	<b>Bibliotecas Pólo:</b> condições mínimas exigidas. forças positivas. forças negativas. perfil básico da biblioteca pólo. criação das primeiras bibliotecas pólo.	Pasta BP-Projeto
1985	12 ago.	Ofício nº 50	Sem assinatura	Repassa o projeto de criação do sistema, convida prefeitos para participarem do 1º Encontro de Bibliotecas Publicas Municipais em outubro de 1985.	Caixa 1
1985	30 set.	Ofício nº 116	Laís Correa de Araújo- Sup	Encaminha ao secretário Delfim Ribeiro o projeto <b>“Criação das primeiras Bibliotecas Pólo de Minas Gerais”.</b>	Caixa 7
1985	16 out.	Correspondência	Maria Cecília Diniz	À Sup. Laís, sobre o andamento do	Caixa 1

			Nogueira.	planejamento do <b>1º Encontro de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais</b> , assinado pela Maria Cecília Diniz Nogueira.	
1985	jun.	Relatório	Sem assinatura	Relatório síntese do <b>1º Encontro de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais</b> .	Caixa 6
1985	s.d.	Projeto	Sem assinatura, só rubrica.	Projeto: <b>Difusão cultural através da ação da Biblioteca Pública Estadual</b> (para criar o <b>Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas</b> ).	Caixa 7
1985	s.d.	Lista	Sem assinatura	<b>Forças negativas que existem no trabalho em bibliotecas.</b>	Caixa 7
1986	25 mar.	Correspondência	Deputado José Aparecido de Oliveira (Governador do DF)	Solicita ao Ministro da Cultura Celso Furtado a liberação do recurso para andamento do <b>Projeto “Sistema Estadual de Bibliotecas”</b> .	Caixa 1
1986	13 a 19 abr.	Jornal O Lutador	p. 11	<b>Bibliotecas Pólo</b> vão expandir a cultura pelo Estado.	Pasta BP – Projeto
1986	25 jun.	Ofício nº 86	Maria de Lourdes Romanelli-Diretora	Diretoria de Assistência a Bibliotecas Públicas/Interior. Coordenação Estadual do INL  <b>1º Curso (9 A 13 de junho) de auxiliares de bibliotecas de 1986</b> , realizado na Biblioteca Polo Regional de Governador Valadares Prof.º Paulo Zappi	Caixa 1
1986	[ago.]	Relatório	Nídia Fonseca e Silva- Bibliotecária de Divinópolis	Relatório que conta as fases <b>1º Encontro de Bibliotecas Públicas do Vale do Itapecerica</b> , coordenado pela Biblioteca Polo “Ataliba Lago”, de Divinópolis.	Caixa 1
1986	24 set.	Jornal Gerais Minas	p. 4	Começa dia 26 <b>Projeto para Bibliotecas Pólo.</b>	Pasta BP- Projeto
1986	25 set.	Jornal Gerais Minas	p. 5	<b>Bibliotecas Pólo</b> , a fórmula para descentralizar a cultura.	Pasta BP- Projeto
1986	30 set.	Jornal Gerais Minas		Cultura repassa recursos às <b>Bibliotecas Pólo</b> do interior.	Pasta BP- Projeto

1986	27 set.	Revista Nacional		A <b>implantação das primeiras Bibliotecas Pólo</b> de Minas.	Pasta BP-Projeto
1986	2º sem.	Projeto	Maria de Lourdes Romanelli- Diretora	Planejamento do <b>Encontro de Bibliotecas Pólo</b> de 26 de setembro de 1986.	Caixa 6
[1986-1987]		Projeto	Célia Fulgêncio-Super.	Relatório técnico do convênio do <b>“Projeto Dinamização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas</b> e continuidade do Núcleo de Informações Úteis de <b>IBIRITÉ”</b> .	Caixa 1
1987	13 mar.	Ofício nº 48	Maria de Lourdes Romanelli	<p>Maria de Lourdes Romanelli encaminha ofício ao Dr. Luiz Figueiredo, D.D. Inspetor de Finanças da Sec, relatório de acompanhamento do <b>Projeto de Implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, através das Bibliotecas Polo Regionais.</b></p> <p>Projeto teve verba de 400 mil cruzeiros, repassado do MINC para 8 primeiras Bibliotecas Polo Regionais (Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Poços de Caldas, São João Del Rei, Uberaba, Uberlândia)</p> <p>Em 1986 houveram encontros regionais coordenados pelas Bibliotecas-Polo.</p> <p>1º Encontro das Bibliotecas Polo-setembro de 1986</p> <p><b>1º Encontro Mineiro de Biblioteconomia- novembro de 1986.</b></p>	Caixa 1
1987	5 a 7 ago.	Programa		Programa do <b>Encontro das Bibliotecas Pólo.</b>	Caixa 6
1987	8 jun.	Comunicação aos Coordenadores	Maria de Lourdes Romanelli- Diretora	Informa a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e <b>solicita apoio ou lobby para que o SNBP fique subordinado à Fundação Nacional Pró Memória.</b>	Caixa 7
1988	04 jun.	Ofício 212	Célia Fulgêncio-Super.	Doação ao setor braille de 10 milheiros de papel 40 kg pela	Caixa 2

				CENIBRA, pela Lei Sarney ( lei 7.505, de 2 de julho de 1986).	
1988	13 jun.	Ofício nº 49	Célia Fulgêncio-Super.	Convite para O <b>Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Grande BH</b> e p/ treinamento do <b>Projeto “Viagem da Leitura”</b> .	Caixa 6
1988	10 ago.	Relatório	Maria de Lourdes Romanelli- Diretora	Relatório do <b>1º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Grande BH.</b>	Projetos
1988	31 ago.	Ofício nº 284	Célia Fulgêncio-Super.	<b>Projeto “Coleções Básicas de Referência”</b> (especialmente para as BP da Região Norte e Nordeste)	Caixa 2
1988	s.d	Projeto		<b>Projeto Coleção Básica de Referência: treinamento p/ auxiliares de Bibliotecas Públicas.</b>	Projetos
1988		Ofício	Prefeituras	<b>Prefeitos solicitando capacitação</b> para funcionários das bibliotecas	Caixa 2
1989	3 fev.	Ofício nº 009	Maria de Lourdes Romanelli	Encaminha certificados do <b>1º Encontro de Bibliotecas Polo Regional de Uberaba.</b>	Caixa 2
1989	28 fev.	Ofício nº 013	Maria de Lourdes Romanelli	<b>Projeto “Coleções Básicas de Referência”</b> , cobrança de prestação de contas; valor repassado: Cz\$300.000,00.	Caixa 2
1989	28 jun.	Ofício nº 087	Ciléia Gomes Faleiro Ferreira-Diretora	Encaminha a Célia Fulgêncio relatório parcial das atividades do <b>Projeto Criação e Ativação das BPM em Minas Gerais.</b>	Caixa 2
1989	21 mar.	Comunicação	MINC/ Fundação Nacional Pró-Cultura	Propostas do MINC <b>aos prefeitos, para modernizar</b> as Bibliotecas Municipais.	Caixa 2
1989	5 abr.	Ofício nº 016	Maria de Lourdes Romanelli	Ofício que informa a realização do <b>2º Encontro das Bibliotecas Pólo de Minas Gerais</b> , no dia <b>12 de setembro de 1988.</b>	Projetos
1989	5 jul.	Relatório	Ciléia Gomes Faleiro Ferreira, diretora da Diretoria de Assistência as Bibliotecas	Relatório da viagem feita em Formiga, no dia 05-07-89. PRIMEIRA vez que se fala <b>em Projeto “Exposição Itinerante”</b> .	Caixa 2
1989	19 jul.	Ofício nº 62	Ciléia Gomes Faleiro Ferreira,	Ofício .enviado ao prefeito de Poços de Caldas, pela participação no	Caixa 2

			diretora da Diretoria de Assistência as Bibliotecas	<b>Encontro Mineiro de Prefeitos para Criação e Ativação de Bibliotecas Públicas Municipais</b> (13 e 14 de julho);  Foram <b>criadas 174 unidades e ativadas 39</b>	
1989	8 mai.	Ofício nº 018	Ciléia Gomes Faleiro Ferreira, diretora da Diretoria de Assistência as Bibliotecas	Primeira vez que o encontro faz menção à <b>Superintendência de Biblioteca Pública Estadual</b> .	Caixa 2
1989	8 jun.	Ofício nº 044	Célia Fulgêncio-Super.	Solicita à TELEMIG contato de 208 municípios. <b>criação de 208 Bibliotecas Públicas em municípios mineiros que ainda não possuem</b> (INL e Governo de Minas).	Caixa 2
1989	8 jun.	Ofício Circular nº 03	Fernando Paz, Secretário de Cultura	Convite para o <b>“Encontro Mineiro de Prefeitos para criação de Bibliotecas Públicas Municipais”</b> .	Caixa 2
1989	28 jun.	Ofício nº 087	Ciléia Gomes Faleiro Ferreira-Diretora	Relatório parcial das atividades do <b>Projeto de Criação e Ativação de Bibliotecas Públicas Municipais</b> Em MG.	Caixa 2
1989	10 ago.	Ofício	Célia Fulgêncio-Super.	Solicita a Walmir Newton de Almeida, Sup. da SPC cópias das leis de criação de BP de 96 municípios que fazer parte do <b>Projeto de Criação e Ativação de Bibliotecas Públicas Municipais</b> .	Caixa 2
1989	17 ago.	Ofício nº 77	Ciléia Gomes Faleiro Ferreira-Diretora	Solicita autorização da superintendente para viagem de servidoras em Divinópolis, junto com a Tv Minas, para realização <b>de video institucional</b> .	Caixa 2
1989	16 nov.	Ofício nº 332	Célia Fulgêncio-Super.	Solicita ao Município de Tiros a indicação de 2 servidores para fazer <b>estágio de treinamento na Luiz de Bessa</b> com programação.	Caixa 2
1989	-	Termo de Cooperação Técnica	Minuta do INL	Minuta do <b>termo que seria celebrado entre o INL, Secretaria de Estado de Cultura e Prefeitura Municipal</b> .	Caixa 2
-	-	Ct.Ex.Inl 44	Geraldo Peralva-	Informa que, devido às mudanças	Caixa 2



			diretor do INL	nos governos municipais, e solicitação dos novos prefeitos, <b>os convênios com o INL serão rescindidos e serão assinados novos convênios.</b>	
1989	s.d.	Projeto	Sem assinatura	Projeto <b>Incentivo à Leitura nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais.</b> (Distribuição de uma coleção de 52 títulos infanto-juvenis).	Projetos
1990	19 jan.	Ofício nº 17	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Diretora encaminha para SEC/AJU termo de cooperação técnica das cidades de Diamantina e Mariana, que fazem parte do Projeto <b>“Caminhos da Liberdade”</b> .	Caixa 2
1990	3 mai.	Ofício nº 111	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Informa a Biblioteca Pública de Morada Nova de Minas que o <b>INL encontra-se momentaneamente extinto.</b>	Caixa 2
1990	18 mai.	Ofício nº 125	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Informando que o <b>Plano Collor extinguiu todos os Órgãos de Cultura – INL.</b>	Caixa 2
1990	25 set.	Ofício nº 271	Célia Fulgêncio-Super.	Encaminha <b>ao Luís Milanesi respostas de algumas perguntas</b> feitas por ele.	Caixa 2
1991	18 jan.	Relatório	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Relatório das atividades do ano de 1990- DABP	Caixa 9 GAB
1991	4 fev.	Ofício nº 006	Célia Fulgêncio-Super.	Relatório ao INL sobre o <b>cadastro das Bibliotecas Municipais e os dados de 1990.</b>	Caixa 2
1991	26 fev.	Comunicação	Lygia Toledo e outros 4 Bibliotecários	<b>Solicita à ABMG mais interação entre as bibliotecas</b> , especialmente entre o que acontece em BH, para ser divulgado no interior. Propõe um Plano de Ação p/1991.	Caixa 2
1991	8 jul.	Ofício nº 43	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Relato sobre <b>participação no Encontro de Coordenadores de Sistemas Estaduais</b> , RJ.	Caixa 2

1991	22 jul.	Ofício nº 46	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	<b>Projeto “Nossa Biblioteca Pública”</b> , com a finalidade de arrecadar livros, revistas e discos para os acervos as BP.	Caixa 2
1991	1 ago.	Ofício nº 52	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Convida prefeitos para o <b>Projeto “Nossa Biblioteca Pública” (junto com Fundação Roberto Marinho)</b> , com a finalidade de arrecadar livros, revistas e discos para os acervos as BP.	Caixa 1
1991	6 ago.	Ofício nº 53	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Convite para <b>“Jornada Mineira de Bibliotecas Públicas e Escolares”, 21 e 22 de agosto e 23 encontro de Bibliotecas Polo.</b>	Caixa 1
1991	s.d.	Relatório	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora da DABP	Relatório de atividades do <b>Projeto Nossa Biblioteca.</b>	Caixa 1
1991	5 abr.	Ofício nº 059	Maria do Rosário de Souza Rosa-Sup. da Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade	Solicita a secretária Celina Albano a <b>reativação urgente do Projeto Bibliotecas Pólo</b> em Itabira.	Caixa 2
1991	22 ago.	Ofício nº 01	Luís Milanesi-SNPB/FBN	Encaminha aos Sistemas Estaduais <b>modelo de relatório mensal</b> para ser preenchido pelos Sistemas e Bibliotecas Municipais.	Caixa 3
1991	22 out.	Ofício nº 42	Neuza Maria de Almeida-coordenadora da biblioteca de formiga	Relata à diretora do Sistema a <b>dificuldade em se comunicar com as bibliotecas polarizadas.</b>	Caixa 2
1991	4 nov.	Ofício	Maria Celeste Garcia Mendes-Coordenadora SNBP-FBN	Informa a <b>extinção do INL</b> , orienta o repasse das coleções que estão na Luiz de Bessa para o interior.	Caixa 2
1992	16 jan.	Ofício nº 6	Thereza Maria Sotomaior Esteves- Diretora	Convida prefeituras a participarem do <b>estágio para auxiliares das bibliotecas públicas municipais na Biblioteca Laboratório</b> da Biblioteca Pública Estadual, de 24 a 26 de fev. (10 vagas)	Caixa 1
1992	28 abr.	Ofício nº 90	Rosa Maria Lanna-	Solicita diária para <b>Sub Projeto</b>	Caixa 1

			Sup.	<b>“Bibliotecas em Ação” 1º Encontro Regional de Bibliotecas da Microrregião de Poços de Caldas.</b>	
1992	3 jun.	Comunicado	Mariangela Ribeiro da Silva Braga	<b>Desabafo da funcionária</b> com relação ao descaso do prefeito para com a biblioteca.	Caixa 2
1992	6 maio	Relatório	Rosa Maria Lanna-Sup..	Relatório final do Projeto <b>“Nossa Biblioteca”</b> .	Caixa 5
1992	15 maio	Spr 203	Laura Sandroni - Coordenadora dos Projetos da Fundação Roberto Marinho	Acusa recebimento do <b>Projeto Nossa Biblioteca</b> e parabeniza o Estado pelo recorde de doações.	Caixa 2
1992	2 jun.	Relatório	Rosa Maria Lanna-Sup.	Relatório de visita GV para curso de auxiliares de biblioteca, dentro do Projeto <b>“Criação e Dinamização das Bibliotecas Polo Regionais”</b> .	Caixa 5
1993	17 jun.	Relatório	Neide Toledo Davini- Bibliotecária de Poços de Caldas	Relatório do <b>III Encontro Regional de Bibliotecas do Sul de Minas.</b>	Caixa 5
1992	11 ago.	Relatório	Rosa Maria Lanna-Sup.	<b>Situação das Bibliotecas Públicas em Minas Gerais.</b>	Caixa 5
1992	8 out.	Ofício nº 128	Rosa Maria Lanna-Sup.	Convida para participar <b>“Encontro Internacional de Leitura”</b> realizado de 25 a 30 out., no BH Shopping, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Câmara Mineira do Livro.	Caixa 1
1992		Relatório	Ivone Vieira-UFMG	Relatório sobre o Projeto o Escritor e a Cidade.	Caixa 2
1993	28 jan.	Ofício nº 93	Rosa Maria Lanna-Sup.	Encaminha aos prefeitos eleitos informações sobre o sistema, criação de BPS e <b>Plano de Ação do Sistema para 1993.</b>	Caixa 2
1993	8 mar.	Ofício nº 30	Thereza Maria Sotto-Maior Esteves- Diretora	Encaminha cópia do <b>Projeto “o Escritor na Cidade”</b> (Bartolomeu, Angelo Machado e Ivone Luzia). Procurar Márcia Caldas. Projeto criado pela FBN e patrocinado pelo SESI.	Caixa 2
1993	8 mar.	Ofício nº 31	Thereza Maria	Convida prefeitos a encaminhar	Caixa 2

			Sotto-Maior Esteves- Diretora	funcionários para <b>curso de treinamento para auxiliares de biblioteca, em Ouro Preto</b> , dias 29, 30 e 31 de março de 1993.	
1993	7 abr.	Ofício nº 18	Rosa Maria Lanna-Sup.	Encaminha para Celina Albano o <b>Relatório de Análise da Situação das 4 Sucursais</b> da BPELB.	Caixa 2
1993	28 abr.	Projeto	Sem assinatura	Projeto <b>Dinamização do Sistema de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais</b>	Caixa 9 GAB
1993	22 set.	Ofício nº 371	Prefeito de São Francisco de Paula	Agradece o convite para participar do <b>1º Encontro Mineiro de Obras Antigas e Raras em Bibliotecas Públicas</b> , 29 set. a 01 out, 1993.	Caixa 2
1993	25 out.	Jornal Lavoura e Comércio		Entrega dos <b>cheklivros para 10 bibliotecas e Uberaba não foi contemplada.</b>	Caixa 2
1994	29 ago.	Ofício nº 117	Rosa Maria Lanna-Sup.	Convida prefeituras para participarem do <b>“Seminário de Ação Cultural: promoção da leitura e extensão bibliotecária”</b> , Patos de Minas, 28 a 30 de set. de 1994.	Caixa 2
1994	ago.	Programa		Programa do <b>“Seminário de Ação Cultural: promoção da leitura e extensão bibliotecária”</b> , Patos de Minas, 28 a 30 de set. de 1994..	Caixa 9
1994	28 set.	Ofício nº 226	Sem assinatura	Convida prefeituras p/ participarem dos cursos de <b>“Seleção e Identificação de Obras Raras e Valiosas”</b> e <b>“Tratamento Técnico de Obras Raras”</b> , 17 a 21 out. de 1994.	Caixa 2
1994	11 nov.	Ofício nº 252	Rosa Maria Lanna-Sup.	Convida prefeituras para participarem do <b>“Seminário de Ação Cultural: promoção da leitura e extensão bibliotecária”</b> , Muriaé, 21 a 25 nov. de 1994.	Caixa 2
1994		Programa		Programa do <b>“Seminário de Ação Cultural: promoção da leitura e extensão bibliotecária”</b> , Muriaé, 21 a 25 nov. de 1994.	Caixa 2
1994	16 nov.	Ofício nº 137	Rosa Maria Lanna-Sup.	Convida prefeituras para <b>IV Encontro das Bibliotecas Pólo</b> , 02 dez. 1994.	Caixa 2

1995	2 fev.	Ofício nº 02	Dileia de Carvalho Cesar- Lavras	Ofício com anexos sobre a modernização da biblioteca para se transformar em <b>Biblioteca Pólo</b> .	Caixa 3
1995	7 mar.	Ofício nº 61	Wilson Souza Vieira- Prefeito de Santa Luzia	Solicita à Berenice Menegale apoio, especialmente para implantação do Projeto “ <b>Janelas da Leitura</b> ” (elaborado pela Escola de Biblioteconomia e desenvolvido pela Sec. e Prefeitura. Cecília Nogueira.)	Caixa 3
1995	22 mar.	Ofício nº 36	Thereza Maria Sotto-Maior Esteves-	Há indicação de várias ações que podem ser feitas para se dinamizar a biblioteca.	Caixa 4
1995	29 mar.	Ofício nº 207	Walfrido dos Mares Guias- <b>SEPLAG</b>	Solicita à Berenice Menegale que envie as <b>estatísticas e dados coletados para elaboração de relatório</b> .	Caixa 4
1995	31 jul.	Comunicação	Fátima de Oliveira- Bibliotecária de Conceição das Alagoas	Município de Conceição das Alagoas dá <b>sugestões de melhoria</b> para o <b>Projeto de Bibliotecas Pólo</b> .	Caixa 3
1995	21 nov.	Comunicação	Anne Simoni- Cambuquira	Solicita informações sobre o <b>Projeto de Informatização de Bibliotecas</b> , entre outras.	Caixa 3
1995	s.d	Organograma		<b>Organograma da Sub.</b> em 1995.	Caixa 2
1996	30 mai.	Projeto	Maria de Lourdes Romanelli- Sup.	<b>Campanha de Marketing Próleitura</b> (desenvolvido com a Editora Lê)	Caixa 9 Gab
1996	18 set.	Ofício nº 819	José Carneiro- Secretário de Uberlândia	Agradece por sediar o <b>V Encontro de Bibliotecas Pólo</b> , dentro da II Bienal do Livro e da Cultura de <b>Uberlândia</b> .	Caixa 4
1997	10 fev.	Documento	Maria de Lourdes Romanelli- Sup.	Superintendência de Bibliotecas Públicas & Secretaria de Estado da Cultura: objetivos comuns.	Caixa 9 Gab
1997	08 jan.	Notícia Jornal	Diário da Tarde	<b>Nota que divulga convênio</b> entre MINC e Prefeituras para implantação de BPM.	Projetos
1998	23 set.	Extrato	MINC e Prefeito	Extrato de <b>convênio entre o MINC e Prefeitura</b> de Viçosa para modernização da biblioteca. recurso: 40 mil reais.	Projetos

2001	s.d.	Folheto	Ministério da Ciência e Tecnologia	Folhetos <b>Programa Sociedade da Informação.</b>	Projetos
2001	s.d	Relatório	Sem assinatura	Explica <b>o que é a DRAB.</b>	Caixa 11
2001	11 jul.	Convite	Maria Augusta Cesarino- Sup.	Convida prefeituras p/ participar do <b>Encontro Regional de Bibliotecas Públicas do Sul de Minas.</b>	Caixa 9
[2001]	s.d.	Convite	Auri Maria do Amaral- Diretora de Regional. da Ação Bibliotecária	Convida bibliotecas p/ participar do <b>3º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Zona da Mata e Adjacências.</b> 27 a 29 de junho de 2001.	Caixa 10
2001	s.d	Projeto		<b>Projeto “Essa Biblioteca é Nossa”.</b>	Projetos
2002	06 maio	Ofício e Projeto	Luiz Carlos Nogueira Bastos	Programa <b>uma Biblioteca em cada Município</b> , do MINC.	Projetos
2003	27 mar.	Ofício Sec. nº 113	Secretário Luiz Roberto Nascimento Silva	Encaminha <b>ao governador Aécio Neves um relatório sobre as contas da Sec</b> e solicita suplementação no orçamento.	Caixa 15
2003	22 abr.	Projeto	Auri Maria do Amaral- Diretora de Regional. da Ação Bibliotecária	<b>Projeto Estruturador Unindo Forças</b> (estruturação de Bibliotecas Polo nas 10 macroregiões).	Caixa 15
2003	23 abr.	Projeto	Sem assinatura	Minuta do <b>Projeto Estruturador Leituras Ferais: bibliotecas-modelo para uma Minas leitora.</b>	Caixa 15
2003	9 jun.	Ofício	Auri Maria do Amaral- Diretora de Regional. da ação Bibliotecária	Convite à bibliotecária para participar de mesa redonda do <b>“Encontro de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais”</b> , entre os dias 11 e 14 de agosto de 2003, dentro do Salão do Livro, na Serraria Souza Pinto.	Caixa 15
2003	s.d	Projeto	UNIMED	<b>Projeto Nenhuma Cidade Brasileira sem Biblioteca Pública.</b> (acho que é o mesmo que mil bibliotecas).	Caixa 16
2004	14 jun.	Ofício e Impresso	Maria Regina Sales- SNBP Coord.	<b>Programa Fome de Livro.</b>	Caixa 17
2004	s.d	Projeto	MINC/FBN	<b>Programa Livro Aberto: instalação de Bibliotecas Públicas.</b>	Caixa 18

2005	s.d	Projeto	Sem assinatura	Plano de curso: <b>Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas de Cultura/</b> Fundação João Pinheiro.	Caixa 19
2005	18 ago.	Projeto	Instituto Oldenburg	Projeto <b>Alegria de Ler em Minas Gerais.</b>	Caixa 20
2005-2006	s.d	Projeto	Sec./Sub.	Projeto <b>Construindo uma Minas Leitora:</b> biblioteca para todos 2005-2006.	Caixa 20
2007	23 abr.	E-mal e Relatório	Sem assinatura	<b>Projetos Estruturadores 2007</b> e justificativas	Caixa 9 Gab.
2008	25 ago.	Ofício	Maria Augusta N. Cesarino- Sup.	Ofício convidando para entrega do <b>Programa TIM Estado de Minas Grandes Escritores.</b>	Caixa doc. TIM 2008
1989	s.d.	Projeto	Sem assinatura	Projeto <b>Incentivo à Leitura nas Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais.</b>	Projetos
s.d	s.d.	Projeto	Auri Maria do Amaral- Diretora de Regional. da Ação Bibliotecária	<b>Programa Quero Ler</b> do Ministério da Cultura. Criar 135 Bibliotecas Públicas em Minas Gerais. (acho que é o mesmo que o mil bibliotecas).	Caixa 16
s.d	s.d	Projeto	Auri Maria do Amaral- Diretora de Regional. da Ação Bibliotecária	<b>Proposta de curso: A Biblioteca na Sociedade da Informação:</b> os desafios do milênio. Ciclos de seminários regionais e cursos. (não sei se foi realizado).	Caixa 10

**APÊNDICE C – AÇÕES, PROJETOS, PROGRAMAS CRIADOS OU  
GERIDOS PELO GOVERNO ESTADUAL**

<b>Ação, Projeto ou Programa</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Governo</b>
Coleções básicas de referência para bibliotecas municipais	1988	Newton Cardoso
Criação e ativação das bibliotecas públicas municipais em Minas Gerais	1989	Newton Cardoso
Biblioteca Laboratório- Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	1990	Newton Cardoso
Nossa Biblioteca	1991	Hélio de Carvalho Garcia
Check-livro	1993	Hélio de Carvalho Garcia
Janelas da Leitura	1995	Eduardo Brandão de Azeredo
Uma biblioteca em cada município	1996	Eduardo Brandão de Azeredo
Programa Bibliotecas do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	2001	Itamar Augusto Cautiero Franco
Livro Aberto	2003	Aécio Neves da Cunha
Unindo as Pontas	2003	Aécio Neves da Cunha
Leituras Gerais: Bibliotecas-modelo para uma Minas leitora	2003	Aécio Neves da Cunha
Construindo uma Minas Leitora	2005	Aécio Neves da Cunha
Quero Ler: biblioteca para todos	2003	Aécio Neves da Cunha
Programa Fome de Livro	2006	Aécio Neves da Cunha
Tim Estado de Minas Grandes Escritores	2005-2008	Aécio Neves da Cunha



**APÊNDICE D - EVENTOS RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PARA  
BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS**

<b>Evento</b>	<b>Ano</b>	<b>Governo</b>
1º Encontro de Bibliotecas Públicas de Minas	1985	Hélio de Carvalho Garcia
Encontros regionais das bibliotecas-pólo nos municípios de Juiz de Fora, Governador Valadares, Divinópolis e Uberlândia	1986	Hélio de Carvalho Garcia
1º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Grande BH	1988	Newton Cardoso
2º Encontro das Bibliotecas- Pólo de Minas Gerais	1988	Newton Cardoso
Encontro Mineiro de prefeitos para criação de bibliotecas públicas municipais	1989	Newton Cardoso
Jornada Mineira de bibliotecas públicas e escolares/Encontro das Bibliotecas- Pólo	1991	Hélio de Carvalho Garcia
Fórum técnico documentação e informação: arquivos, bibliotecas e museus	1992	Hélio de Carvalho Garcia
IV Encontro das Bibliotecas- Pólo	1994	Hélio de Carvalho Garcia
Seminário de Ação Cultural: Promoção da Leitura e organização de Bibliotecas Públicas	1994	Hélio de Carvalho Garcia
V Encontro de Bibliotecas-Pólo	1996	Eduardo Brandão de Azeredo
3º Encontro Regional de Bibliotecas Públicas da Zona da Mata	2001	Itamar Augusto Cautiero Franco
Encontro Regional das bibliotecas públicas municipais do Sul de Minas	2001	Itamar Augusto Cautiero Franco
Forma Leitores	2008	Aécio Neves da Cunha
Seminário Políticas de incentivo à leitura	2009	Aécio Neves da Cunha
Seminário Leitura e Biblioteca: experiências francesas	2009	Aécio Neves da Cunha
Pré-Conferência Estadual Setorial do Livro, Leitura e Literatura	2009	Aécio Neves da Cunha
I Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais	2005	Aécio Neves da Cunha
II Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais	2007	Aécio Neves da Cunha

III Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais	2010	Antonio Augusto Junho Anastasia
IV Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais	2014	Antonio Augusto Junho Anastasia
Minas Território da Cultura	2013-2014	Antonio Augusto Junho Anastasia

## APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome:

Data da entrevista:

Horário:

Local:

1. Conte-me um pouco de sua história.
2. Fale-me um pouco sobre sua formação acadêmica.
3. Agora, gostaria que você falasse sobre sua trajetória profissional.
4. Em qual período você foi Superintendente de Bibliotecas Públicas?
5. Você foi convidado por quem para ocupar este cargo?
6. Quem era(m) o(s) Governador(es) deste período e qual seu partido?
7. Quem era(m) o(s) Secretário(s) de Estado de Cultura deste período?
8. Você se lembra de alguma política ou programa criada neste período que fosse direcionada especialmente para as bibliotecas públicas?
9. Se sim, como você avalia o impacto destas políticas para a melhoria das bibliotecas públicas em Minas Gerais (considerando as bibliotecas da capital e do interior, especialmente)?
10. Se não, a que fato você atribui esta falta?
11. Hoje, em 2015, o que você entende como uma política pública eficiente para as bibliotecas públicas?
12. Conte-me uma história de sucesso e de fracasso relacionado ao tema.
13. O que você acha que melhorou ou piorou desde sua passagem pela SUBSL?

## APÊNDICE F- BIBLIOGRAFIA DE INTERESSE PARA FUTUROS PESQUISADORES

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico - biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n. 2, p. 2-25, abr./jun. 2012. Disponível em:< <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1390>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. Imagem da biblioteca pública na sociedade da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 130-142, jan./jun. 2011.

BERNARDINO, Maria Cleide; SILVA, Joselina da; CARMO, Nicacia Lina do. As bibliotecas públicas e os suportes para a lei 10.639/03. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2011, Maceió. **Anais...** Maceio: FEBAB, 2011. Disponível em:< <http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/304>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

CORRÊA, Izabela Moreira. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 487-504, maio/jun. 2007.

CUNHA, Vanda Angélica da. A biblioteca pública no cenário da sociedade da informação. **Biblios**, [S.l.], v. 4, n. 15, abr./jun. 2003. Disponível em:< [http://eprints.rclis.org/5540/1/2003\\_014.pdf](http://eprints.rclis.org/5540/1/2003_014.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2014.

FARIAS, Fabíola Ribeiro. **A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**: uma análise crítica. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte.

FIGUEIREDO, Marcus; FIGUEIREDO, Argelina C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Anál. & Conj.**, v.1, n.3, p.107-127, set./dez. 1986. Disponível em:< <http://www.josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

FREITAS, Marília Augusta de; SILVA, Vanessa Barbosa da. Bibliotecas públicas brasileiras: panorama e perspectivas. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, v.12, n. 1, p. 123-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <

<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/3890>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina : Eduel, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>>. Acesso em 12 out. 2012.

GARCIA ROSA, Flavia Goulart Mota; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciainformacao/index.php/ciinf/article/view/814/655>>. Acesso em: 29 Abr. 2015.

GARDNER, Frank M. **Public library legislation**: a comparative study. Paris: Unesco, 1971. 285 p.

GOLDIN, Daniel. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. In: **PASAJES de la edición**: hablan los profesionales. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 162-168.

LE MOS, Antônio Agenor Briquet de. A biblioteca pública em face da demanda social brasileira. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 3/4, p. 203-210, jul./dez. 1979.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. **Biblioteca pública**: a contradição de seu papel. 1985. 108 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Biblioteconomia, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca fora do tempo**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. Biblioteca pública: seu lugar na cidade. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-29, maio 2009. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/ojs/crb8digital>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

POLÍTICAS públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em:<<https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Politiclas-Publicas---Conceitos-e-Praticas>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SANTOS, André Pequeno dos. A nova perspectiva para as bibliotecas públicas, o livro e a leitura: discutindo as políticas públicas culturais no Brasil. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições, 2013. p. 599-614. Disponível em:< <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1273>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, 1980.

VIANA, Ana Luíza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917>>. Acesso em: 10 fev. 2015.